

Informações Trimestrais - ITR

*Em 30 de junho de 2018 e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais*

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo	4
DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo	5
DFs Individuais / Demonstração do Resultado	6
DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente	7
DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 01/01/2018 a 30/06/2018	8
DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 01/01/2017 a 30/06/2017 ...	9
DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa	10
DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado	11
DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo	12
DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo	13
DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado	14
DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente	15
DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 01/01/2018 a 30/06/2018	16
DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 01/01/2017 a 30/06/2017	17
DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa	18
DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado	19
NOTAS EXPLICATIVAS	20
1. A companhia e suas operações	20
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias	21
3. “Operação Lava Jato” e seus reflexos na companhia	21
4. Sumário das principais práticas contábeis	22
5. Uso de estimativas	27
6. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	27
7. Contas a receber	29
8. Estoques	32
9. Vendas de ativos e outras reestruturações societárias	32
10. Investimentos	38
11. Imobilizado	40
12. Intangível	42
13. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás	42
14. Fornecedores	43
15. Financiamentos	44
16. Arrendamentos mercantis	47
17. Partes relacionadas	47
18. Provisões para desmantelamento de áreas	55
19. Tributos	55
20. Benefícios concedidos a empregados	59
21. Patrimônio líquido	63
22. Receita de vendas	65
23. Outras despesas (receitas) operacionais líquidas	66
24. Custos e despesas por natureza	66
25. Resultado financeiro líquido	67
26. Informações complementares a demonstração do fluxo de caixa	67
27. Informações por segmento	68
28. Processos judiciais e contingências	73
29. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo	82
30. Gerenciamento de riscos	82
31. Valor justo dos ativos e passivos financeiros	88
32. Eventos subsequentes	89

33. Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2017 e 30 de junho de 2018	90
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	91
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR.....	93

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo
PETROBRAS
(Reais mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	774.115.000	723.855.000
1.01	Ativo Circulante	90.213.000	81.883.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.125.000	1.305.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.990.000	3.531.000
1.01.03	Contas a Receber	33.626.000	34.239.000
1.01.04	Estoques	30.809.000	23.165.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.788.000	6.183.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.788.000	6.183.000
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social corrente	723.000	669.000
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	6.065.000	5.514.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.875.000	13.460.000
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	325.000	9.520.000
1.01.08.03	Outros	7.550.000	3.940.000
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedor	135.000	173.000
1.01.08.03.02	Outros	7.415.000	3.767.000
1.02	Ativo Não Circulante	683.902.000	641.972.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	60.068.000	50.816.000
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	193.000	204.000
1.02.01.04	Contas a Receber	17.220.000	15.211.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	12.351.000	8.999.000
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.604.000	-
1.02.01.07.02	Impostos e Contribuições	8.747.000	8.999.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	30.304.000	26.402.000
1.02.01.10.03	Adiantamento a Fornecedores	431.000	502.000
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	21.026.000	17.085.000
1.02.01.10.05	Outros Realizáveis a Longo Prazo	8.847.000	8.815.000
1.02.02	Investimentos	175.644.000	149.356.000
1.02.03	Imobilizado	442.017.000	435.536.000
1.02.04	Intangível	6.173.000	6.264.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo
PETROBRAS
(Reais mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	774.115.000	723.855.000
2.01	Passivo Circulante	161.063.000	132.319.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.203.000	3.662.000
2.01.02	Fornecedores	27.072.000	22.179.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.438.000	243.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.438.000	243.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.438.000	243.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	94.317.000	75.985.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	92.981.000	74.724.000
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.336.000	1.261.000
2.01.05	Outras Obrigações	19.826.000	20.590.000
2.01.05.02	Outros	19.826.000	20.590.000
2.01.05.02.04	Outros Impostos e contribuições	15.172.000	14.485.000
2.01.05.02.05	Outras contas e despesas a pagar	4.654.000	6.105.000
2.01.06	Provisões	13.207.000	9.054.000
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.543.000	6.397.000
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	10.543.000	6.397.000
2.01.06.02	Outras Provisões	2.664.000	2.657.000
2.01.06.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	2.664.000	2.657.000
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	-	606.000
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	-	606.000
2.02	Passivo Não Circulante	330.913.000	327.551.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	203.595.000	197.501.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	200.135.000	193.393.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	3.460.000	4.108.000
2.02.02	Outras Obrigações	2.131.000	2.169.000
2.02.02.02	Outros	2.131.000	2.169.000
2.02.02.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social	2.131.000	2.169.000
2.02.03	Tributos Diferidos	-	2.762.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	2.762.000
2.02.04	Provisões	125.187.000	125.119.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.190.000	12.680.000
2.02.04.02	Outras Provisões	114.997.000	112.439.000
2.02.04.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	66.293.000	64.519.000
2.02.04.02.05	Provisão para Desmantelamento de áreas	45.898.000	45.677.000
2.02.04.02.06	Outras Provisões	2.806.000	2.243.000
2.03	Patrimônio Líquido	282.139.000	263.985.000
2.03.01	Capital Social Realizado	205.432.000	205.432.000
2.03.02	Reservas de Capital	2.673.000	2.673.000
2.03.04	Reservas de Lucros	92.546.000	77.148.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	(18.512.000)	(21.268.000)

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

PETROBRAS

(Reais mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre	Acumulado do
				do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	65.284.000	121.151.000	55.463.000	109.559.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(40.460.000)	(76.000.000)	(38.387.000)	(74.018.000)
3.03	Resultado Bruto	24.824.000	45.151.000	17.076.000	35.541.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	(9.142.000)	(15.004.000)	(4.339.000)	(11.356.000)
3.04.01	Despesas com Vendas	(5.034.000)	(9.439.000)	(4.595.000)	(8.828.000)
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	(1.552.000)	(3.027.000)	(1.555.000)	(3.133.000)
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	(6.826.000)	(9.092.000)	762.000	(3.101.000)
3.04.05.01	Tributárias	(205.000)	(571.000)	(2.441.000)	(2.610.000)
3.04.05.02	Custo com Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	(592.000)	(1.085.000)	(548.000)	(885.000)
3.04.05.03	Custo Exploratório para Extração de Petróleo e Gás	(579.000)	(1.017.000)	(585.000)	(888.000)
3.04.05.05	Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	(5.450.000)	(6.419.000)	4.336.000	1.282.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.270.000	6.554.000	1.049.000	3.706.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	15.682.000	30.147.000	12.737.000	24.185.000
3.06	Resultado Financeiro	(2.109.000)	(6.628.000)	(5.698.000)	(11.186.000)
3.06.01	Receitas Financeiras	2.725.000	3.455.000	677.000	1.370.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.725.000	3.455.000	677.000	1.370.000
3.06.02	Despesas Financeiras	(4.834.000)	(10.083.000)	(6.375.000)	(12.556.000)
3.06.02.01	Despesas Financeiras	(3.357.000)	(6.676.000)	(5.316.000)	(9.420.000)
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	(1.477.000)	(3.407.000)	(1.059.000)	(3.136.000)
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	13.573.000	23.519.000	7.039.000	12.999.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(3.501.000)	(6.486.000)	(6.723.000)	(8.234.000)
3.08.01	Corrente	(3.520.000)	(6.260.000)	(1.909.000)	(1.909.000)
3.08.02	Diferido	19.000	(226.000)	(4.814.000)	(6.325.000)
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.072.000	17.033.000	316.000	4.765.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	10.072.000	17.033.000	316.000	4.765.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,772000	1,310000	0,024000	0,370000
3.99.01.02	PN	0,772000	1,310000	0,024000	0,370000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,772000	1,310000	0,024000	0,370000
3.99.02.02	PN	0,772000	1,310000	0,024000	0,370000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

PETROBRAS

(Reais mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre	Acumulado do
				do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	10.072.000	17.033.000	316.000	4.765.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	756.000	2.829.000	487.000	3.629.000
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão	19.938.000	20.790.000	4.046.000	1.575.000
4.02.04	Resultados não realizados em títulos mensurados a vlr justo por meio de outros resultados abrangente	(14.000)	(16.000)	-	-
4.02.07	Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa reconhecidos no PL	(30.239.000)	(31.355.000)	(7.691.000)	(2.428.000)
4.02.08	Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa transferidos para o resultado	2.634.000	5.036.000	1.870.000	3.834.000
4.02.09	IR e CSLL diferidos s/ resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa	9.385.000	8.948.000	1.980.000	(478.000)
4.02.10	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em Investidas	(948.000)	(574.000)	282.000	1.126.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	10.828.000	19.862.000	803.000	8.394.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 01/01/2018 a 30/06/2018

PETROBRAS

(Reais mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em		Lucros ou Prejuízos		Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
			Tesouraria	Reservas de Lucro	Acumulados			
5.01	Saldos Iniciais	205.432.000	2.673.000	77.148.000	-	(21.268.000)		263.985.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	(989.000)	(67.000)		(1.056.000)
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	205.432.000	2.673.000	77.148.000	(989.000)	(21.335.000)		262.929.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	(647.000)	(5.000)		(652.000)
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	(652.000)	-		(652.000)
5.04.09	Realização do custo atribuído	-	-	-	5.000	(5.000)		-
5.05	Resultado Abrangente Total	-	-	-	17.033.000	2.829.000		19.862.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	-	-	-	17.033.000	-		17.033.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	2.829.000		2.829.000
5.07	Saldos Finais	205.432.000	2.673.000	77.148.000	15.397.000	(18.511.000)		282.139.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 01/01/2017 a 30/06/2017

PETROBRAS

(Reais mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e		Lucros ou Prejuízos		Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
			Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Acumulados			
5.01	Saldo Iniciais	205.432.000	1.251.000	77.584.000	-	(34.037.000)	250.230.000	
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	205.432.000	1.251.000	77.584.000	-	(34.037.000)	250.230.000	
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-	11.000	-	5.000	(5.000)	11.000	
5.04.08	Transação de Capital	-	11.000	-	-	-	11.000	
5.04.09	Realização do custo atribuído	-	-	-	5.000	(5.000)	-	
5.05	Resultado Abrangente Total	-	-	-	4.765.000	3.629.000	8.394.000	
5.05.01	Lucro Líquido do Período	-	-	-	4.765.000	-	4.765.000	
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	3.629.000	3.629.000	
5.07	Saldo Finais	205.432.000	1.262.000	77.584.000	4.770.000	(30.413.000)	258.635.000	

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa
PETROBRAS
(Reais mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	23.468.000	13.427.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	42.630.000	33.552.000
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	17.033.000	4.765.000
6.01.01.02	Despesa atuarial com plano de pensão e saúde	3.564.000	3.996.000
6.01.01.03	Resultado de Participações em Investimentos	(6.554.000)	(3.706.000)
6.01.01.04	Depreciação, Depleção e Amortização	17.112.000	16.180.000
6.01.01.05	Perda na Recuperação de Ativos	72.000	91.000
6.01.01.06	Baixa de Poços Secos	232.000	324.000
6.01.01.07	Resultado com alienação e baixa de ativos	(2.573.000)	(5.633.000)
6.01.01.08	Var. Cambial Monetária e Enc. sobre Financiamentos	10.920.000	10.453.000
6.01.01.09	Imposto de Renda e Contrib. Soc. Dif. Líquidos	226.000	6.325.000
6.01.01.10	Perdas de Créditos Esperadas	1.444.000	276.000
6.01.01.13	Revisão e Atualização financeira de abandono	1.154.000	1.179.000
6.01.01.15	Ganhos/ perdas na remensuração - Participações societárias	-	(698.000)
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(19.162.000)	(20.125.000)
6.01.02.01	Contas a Receber	(12.998.000)	(14.497.000)
6.01.02.02	Estoques	(7.535.000)	639.000
6.01.02.03	Depósitos judiciais	(3.944.000)	(1.729.000)
6.01.02.04	Outros Ativos	754.000	(858.000)
6.01.02.05	Fornecedores	1.630.000	(2.981.000)
6.01.02.06	Impostos, Taxas e Contribuições	6.425.000	3.304.000
6.01.02.07	Plano de Pensão e Saúde	(1.784.000)	(1.298.000)
6.01.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.956.000)	(77.000)
6.01.02.09	Outros Passivos	1.246.000	(2.628.000)
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(12.888.000)	(3.320.000)
6.02.01	Aquisições de Imobilizados e Intangíveis	(20.901.000)	(14.017.000)
6.02.02	Adições em Investimentos	(5.463.000)	(2.694.000)
6.02.03	Recebimentos pela venda de ativos (desinvestimentos)	8.906.000	7.854.000
6.02.04	Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários	2.157.000	2.161.000
6.02.05	Dividendos recebidos	2.413.000	3.376.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(4.760.000)	(15.356.000)
6.03.02	Captações	48.443.000	41.390.000
6.03.03	Amortizações de Principal	(47.944.000)	(46.692.000)
6.03.04	Amortizações de Juros	(4.664.000)	(10.054.000)
6.03.05	Dividendos Pagos a Acionistas	(595.000)	-
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.820.000	(5.249.000)
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.305.000	6.267.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.125.000	1.018.000

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado
PETROBRAS
(Reais mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	189.755.000	170.174.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	166.549.000	143.616.000
7.01.02	Outras Receitas	4.317.000	10.752.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	20.333.000	16.082.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	(1.444.000)	(276.000)
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(54.600.000)	(57.494.000)
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(18.138.000)	(19.272.000)
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	(25.007.000)	(28.723.000)
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	(72.000)	(91.000)
7.02.04	Outros	(11.383.000)	(9.408.000)
7.02.04.01	Créditos Fiscais sobre Insumos adquiridos de terceiros	(11.383.000)	(9.408.000)
7.03	Valor Adicionado Bruto	135.155.000	112.680.000
7.04	Retenções	(17.112.000)	(16.180.000)
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(17.112.000)	(16.180.000)
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	118.043.000	96.500.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.456.000	5.536.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.554.000	3.706.000
7.06.02	Receitas Financeiras	3.455.000	1.371.000
7.06.03	Outros	447.000	459.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	128.499.000	102.036.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	128.499.000	102.036.000
7.08.01	Pessoal	12.376.000	11.666.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.318.000	6.742.000
7.08.01.02	Benefícios	4.543.000	4.365.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	515.000	559.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	61.759.000	46.106.000
7.08.02.01	Federais	47.002.000	32.702.000
7.08.02.02	Estaduais	14.576.000	13.292.000
7.08.02.03	Municipais	181.000	112.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.331.000	39.499.000
7.08.03.01	Juros	12.667.000	14.823.000
7.08.03.02	Aluguéis	24.664.000	24.676.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	17.033.000	4.765.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	652.000	-
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	16.381.000	4.765.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo
PETROBRAS
(Reais mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	850.282.000	831.515.000
1.01	Ativo Circulante	144.255.000	155.909.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	65.536.000	74.494.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.060.000	6.237.000
1.01.03	Contas a Receber	19.385.000	16.446.000
1.01.04	Estoques	35.534.000	28.081.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.006.000	8.062.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.006.000	8.062.000
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social correntes	1.816.000	1.584.000
1.01.06.01.02	Impostos e contribuições	7.190.000	6.478.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.734.000	22.589.000
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.542.000	17.592.000
1.01.08.03	Outros	9.192.000	4.997.000
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	193.000	258.000
1.01.08.03.02	Outros ativos	8.999.000	4.739.000
1.02	Ativo Não Circulante	706.027.000	675.606.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	80.530.000	70.955.000
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	200.000	211.000
1.02.01.04	Contas a Receber	19.091.000	17.120.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	25.616.000	21.544.000
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.606.000	11.373.000
1.02.01.07.02	Impostos e Contribuições	10.010.000	10.171.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	35.623.000	32.080.000
1.02.01.10.03	Adiantamento a Fornecedores	3.074.000	3.413.000
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	22.545.000	18.465.000
1.02.01.10.05	Outros Realizáveis a Longo Prazo	10.004.000	10.202.000
1.02.02	Investimentos	12.287.000	12.554.000
1.02.03	Imobilizado	605.484.000	584.357.000
1.02.04	Intangível	7.726.000	7.740.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo
PETROBRAS
(Reais mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	850.282.000	831.515.000
2.01	Passivo Circulante	84.649.000	82.535.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.013.000	4.331.000
2.01.02	Fornecedores	20.769.000	19.077.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.648.000	990.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.648.000	990.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.648.000	990.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	15.353.000	23.244.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	15.266.000	23.160.000
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	87.000	84.000
2.01.05	Outras Obrigações	25.498.000	23.344.000
2.01.05.02	Outros	25.498.000	23.344.000
2.01.05.02.04	Outros Impostos e contribuições	15.775.000	15.046.000
2.01.05.02.05	Outras contas e despesas a pagar	9.723.000	8.298.000
2.01.06	Provisões	15.203.000	10.254.000
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	12.398.000	7.463.000
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	12.398.000	7.463.000
2.01.06.02	Outras Provisões	2.805.000	2.791.000
2.01.06.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	2.805.000	2.791.000
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	165.000	1.295.000
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	165.000	1.295.000
2.02	Passivo Não Circulante	478.185.000	479.371.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	338.270.000	338.239.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	337.604.000	337.564.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	666.000	675.000
2.02.02	Outras Obrigações	2.180.000	2.219.000
2.02.02.02	Outros	2.180.000	2.219.000
2.02.02.02.03	Imposto de renda e contribuição social	2.180.000	2.219.000
2.02.03	Tributos Diferidos	1.637.000	3.956.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.637.000	3.956.000
2.02.04	Provisões	136.098.000	134.957.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.376.000	15.778.000
2.02.04.02	Outras Provisões	122.722.000	119.179.000
2.02.04.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	71.522.000	69.421.000
2.02.04.02.05	Provisão para Desmantelamento de Áreas	47.335.000	46.785.000
2.02.04.02.06	Outras Provisões	3.865.000	2.973.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	287.448.000	269.609.000
2.03.01	Capital Social Realizado	205.432.000	205.432.000
2.03.02	Reservas de Capital	2.457.000	2.457.000
2.03.04	Reservas de Lucros	92.761.000	77.364.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	(18.511.000)	(21.268.000)
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	5.309.000	5.624.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado
PETROBRAS
(Reais mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre	Acumulado do
				do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	84.395.000	158.856.000	66.996.000	135.361.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(52.772.000)	(100.460.000)	(45.627.000)	(90.206.000)
3.03	Resultado Bruto	31.623.000	58.396.000	21.369.000	45.155.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	(14.647.000)	(23.094.000)	(5.764.000)	(14.668.000)
3.04.01	Despesas com Vendas	(4.748.000)	(8.876.000)	(3.889.000)	(6.279.000)
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	(2.206.000)	(4.348.000)	(2.221.000)	(4.528.000)
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	(8.003.000)	(10.691.000)	(269.000)	(5.088.000)
3.04.05.01	Tributárias	(359.000)	(840.000)	(3.069.000)	(3.360.000)
3.04.05.02	Custo com Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	(593.000)	(1.088.000)	(549.000)	(886.000)
3.04.05.03	Custo Exploratório para Extração de Petróleo e Gás	(584.000)	(1.026.000)	(603.000)	(899.000)
3.04.05.05	Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	(6.467.000)	(7.737.000)	3.952.000	57.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	310.000	821.000	615.000	1.227.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	16.976.000	35.302.000	15.605.000	30.487.000
3.06	Resultado Financeiro	(2.647.000)	(9.893.000)	(8.835.000)	(16.590.000)
3.06.01	Receitas Financeiras	4.596.000	5.697.000	1.051.000	1.984.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	4.596.000	5.697.000	1.051.000	1.984.000
3.06.02	Despesas Financeiras	(7.243.000)	(15.590.000)	(9.886.000)	(18.574.000)
3.06.02.01	Despesas Financeiras	(5.346.000)	(11.196.000)	(6.868.000)	(12.813.000)
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	(1.897.000)	(4.394.000)	(3.018.000)	(5.761.000)
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	14.329.000	25.409.000	6.770.000	13.897.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(4.638.000)	(8.593.000)	(6.478.000)	(8.798.000)
3.08.01	Corrente	(4.108.000)	(7.429.000)	(2.573.000)	(3.399.000)
3.08.02	Diferido	(530.000)	(1.164.000)	(3.905.000)	(5.399.000)
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.691.000	16.816.000	292.000	5.099.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	9.691.000	16.816.000	292.000	5.099.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	10.072.000	17.033.000	316.000	4.765.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	(381.000)	(217.000)	(24.000)	334.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,77000	1,31000	0,02400	0,37000
3.99.01.02	PN	0,77000	1,31000	0,02400	0,37000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,77000	1,31000	0,02400	0,37000
3.99.02.02	PN	0,77000	1,31000	0,02400	0,37000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente
PETROBRAS
(Reais mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual	Acumulado do	Igual Trimestre	Acumulado do
		01/04/2018 à 30/06/2018	Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	do Exercício Anterior Exercício 01/04/2017 à 30/06/2017	Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	9.691.000	16.816.000	292.000	5.099.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.109.000	3.225.000	543.000	3.640.000
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão	20.291.000	21.186.000	4.102.000	1.586.000
4.02.04	Resultados não realizados em títulos mensurados a vlr justo por meio de ORA	(14.000)	(16.000)	(2.000)	(42.000)
4.02.07	Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa Reconhecidos no PL	(30.589.000)	(31.688.000)	(7.742.000)	(2.281.000)
4.02.08	Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa transferidos para o resultado	2.846.000	5.507.000	2.371.000	4.806.000
4.02.09	IR e CSLL diferidos s/ Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa	9.433.000	8.902.000	1.825.000	(859.000)
4.02.10	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em Investidas	(858.000)	(666.000)	(11.000)	430.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	10.800.000	20.041.000	835.000	8.739.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	10.828.000	19.862.000	803.000	8.394.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	(28.000)	179.000	32.000	345.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 01/01/2018 a 30/06/2018

PETROBRAS

(Reais mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Reservas de Capital, Opções Outorgadas			Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
		Capital Social Integralizado	e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro					
5.01	Saldos Iniciais	205.432.000	2.673.000	77.148.000	-	(21.268.000)	263.985.000	5.624.000	269.609.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	(989.000)	(67.000)	(1.056.000)	(51.000)	(1.107.000)
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	205.432.000	2.673.000	77.148.000	(989.000)	(21.335.000)	262.929.000	5.573.000	268.502.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	(647.000)	(5.000)	(652.000)	(443.000)	(1.095.000)
5.04.06	Dividendos	-	-	-	-	-	-	(420.000)	(420.000)
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	(652.000)	-	(652.000)	-	(652.000)
5.04.08	Transação de Capital	-	-	-	-	-	-	(23.000)	(23.000)
5.04.09	Realização do Custo Atribuído	-	-	-	5.000	(5.000)	-	-	-
5.05	Resultado Abrangente Total	-	-	-	17.033.000	2.829.000	19.862.000	179.000	20.041.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	-	-	-	17.033.000	-	17.033.000	(217.000)	16.816.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	2.829.000	2.829.000	396.000	3.225.000
5.07	Saldos Finais	205.432.000	2.673.000	77.148.000	15.397.000	(18.511.000)	282.139.000	5.309.000	287.448.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 01/01/2017 a 30/06/2017

PETROBRAS

(Reais mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria			Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
		Capital Social Integralizado								
5.01	Saldos Iniciais	205.432.000	1.251.000	77.584.000	-	(34.037.000)	250.230.000	2.513.000	252.743.000	
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	205.432.000	1.251.000	77.584.000	-	(34.037.000)	250.230.000	2.513.000	252.743.000	
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-	11.000	-	5.000	(5.000)	11.000	(349.000)	(338.000)	
5.04.06	Dividendos	-	-	-	-	-	-	(207.000)	(207.000)	
5.04.08	Transação de Capital	-	11.000	-	-	-	11.000	(142.000)	(131.000)	
5.04.09	Realização do Custo Atribuído	-	-	-	5.000	(5.000)	-	-	-	
5.05	Resultado Abrangente Total	-	-	-	4.765.000	3.629.000	8.394.000	345.000	8.739.000	
5.05.01	Lucro Líquido do Período	-	-	-	4.765.000	-	4.765.000	334.000	5.099.000	
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	3.629.000	3.629.000	11.000	3.640.000	
5.07	Saldos Finais	205.432.000	1.262.000	77.584.000	4.770.000	(30.413.000)	258.635.000	2.509.000	261.144.000	

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa
PETROBRAS
(Reais mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	47.813.000	42.878.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	58.610.000	48.175.000
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	16.816.000	5.099.000
6.01.01.02	Despesa Atuarial com Plano de Pensão e Saúde	3.882.000	4.352.000
6.01.01.03	Resultado de Participações em Investimentos	(821.000)	(1.227.000)
6.01.01.04	Depreciação, Depleção e Amortização	22.020.000	21.148.000
6.01.01.05	Perda na Recuperação de Ativos	(119.000)	207.000
6.01.01.06	Baixa de Poços Secos	232.000	324.000
6.01.01.07	Resultado com alienação e baixa de ativos	(2.123.000)	(5.685.000)
6.01.01.08	Variação Cambial Monetária e Enc. sobre Financiamentos	14.830.000	16.153.000
6.01.01.09	Imposto de Renda e Contrib. Soc. Dif. Líquidos	1.164.000	5.399.000
6.01.01.10	Perdas de crédito esperadas	1.483.000	1.458.000
6.01.01.11	Ajuste ao valor de mercado dos estoques	55.000	249.000
6.01.01.12	Realização de ajustes acumulados de conversão - CTA e outros resultados abrangentes	-	185.000
6.01.01.13	Revisão e Atualização financeira de desmantelamento de áreas	1.191.000	1.211.000
6.01.01.14	Ganhos/ perdas na remensuração - Participações societárias	-	(698.000)
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(10.797.000)	(5.297.000)
6.01.02.01	Contas a Receber	(5.034.000)	383.000
6.01.02.02	Estoques	(6.526.000)	823.000
6.01.02.03	Depósitos judiciais	(3.971.000)	(1.608.000)
6.01.02.04	Outros Ativos	601.000	(1.053.000)
6.01.02.05	Fornecedores	1.046.000	(2.381.000)
6.01.02.06	Impostos, Taxas e Contribuições	6.289.000	3.904.000
6.01.02.07	Plano de Pensão e Saúde	(1.879.000)	(1.364.000)
6.01.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(3.714.000)	(626.000)
6.01.02.09	Outros Passivos	2.391.000	(3.375.000)
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	666.000	(11.311.000)
6.02.01	Aquisições de Imobilizados e Intangíveis	(20.023.000)	(20.681.000)
6.02.02	Adições em Investimentos	(97.000)	(50.000)
6.02.03	Recebimentos pela venda de ativos (Desinvestimentos)	16.880.000	9.455.000
6.02.04	Resgate (Investimentos) em Títulos e Valores Mobiliários	2.233.000	(610.000)
6.02.05	Dividendos Recebidos	1.673.000	575.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(65.732.000)	(24.039.000)
6.03.01	Participação de Acionistas não Controladores	(23.000)	(142.000)
6.03.02	Captações	27.231.000	43.988.000
6.03.03	Amortizações de Principal	(81.506.000)	(55.345.000)
6.03.04	Amortizações de Juros	(10.531.000)	(12.130.000)
6.03.05	Dividendos Pagos a Acionistas	(595.000)	-
6.03.06	Dividendos Pagos a Acionistas não controladores	(308.000)	(410.000)
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	8.295.000	1.334.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	(8.958.000)	8.862.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	74.494.000	69.108.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	65.536.000	77.970.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado
PETROBRAS
(Reais mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	229.077.000	198.822.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	203.257.000	170.758.000
7.01.02	Outras Receitas	4.866.000	12.102.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	22.437.000	17.420.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	(1.483.000)	(1.458.000)
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(74.197.000)	(68.311.000)
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(33.298.000)	(28.077.000)
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	(28.649.000)	(29.580.000)
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	119.000	(207.000)
7.02.04	Outros	(12.369.000)	(10.447.000)
7.02.04.01	Créditos Fiscais sobre Insumos adquiridos de terceiros	(12.314.000)	(10.198.000)
7.02.04.02	Ajuste Ao Valor De Mercado Dos Estoques	(55.000)	(249.000)
7.03	Valor Adicionado Bruto	154.880.000	130.511.000
7.04	Retenções	(22.020.000)	(21.148.000)
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(22.020.000)	(21.148.000)
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	132.860.000	109.363.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.675.000	3.477.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	821.000	1.227.000
7.06.02	Receitas Financeiras	5.697.000	1.984.000
7.06.03	Outros	157.000	266.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	139.535.000	112.840.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	139.535.000	112.840.000
7.08.01	Pessoal	14.949.000	14.366.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.203.000	8.834.000
7.08.01.02	Benefícios	5.151.000	4.893.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	595.000	639.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	75.789.000	58.219.000
7.08.02.01	Federais	50.996.000	35.835.000
7.08.02.02	Estaduais	24.416.000	22.087.000
7.08.02.03	Municipais	377.000	297.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	31.981.000	35.156.000
7.08.03.01	Juros	18.973.000	21.654.000
7.08.03.02	Aluguéis	13.008.000	13.502.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	16.816.000	5.099.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	652.000	-
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	16.381.000	4.765.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	(217.000)	334.000

1. A companhia e suas operações

A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, doravante denominada “Petrobras” ou “companhia”, é uma sociedade de economia mista, sob controle da União com prazo de duração indeterminado, que se regerá pelas normas de direito privado - em geral - e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e por seu Estatuto Social.

Com a admissão da Petrobras no segmento especial de listagem denominado Nível 2, da B3, a companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da Brasil Bolsa Balcão – B3 (Regulamento do Nível 2).

As disposições do Regulamento do Nível 2 prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social da companhia, exceto quanto: (i) às hipóteses de assessoramento prévio aos acionistas realizado pelo Comitê de Minoritários e eventual manifestação divergente do acionista controlador(artigo 30, parágrafos 4º e 5º e artigo 40, parágrafos 3º e 4º do Estatuto Social); (ii) disputas ou controvérsias que se refiram às atividades da Petrobras fundamentadas no art. 1º da Lei nº 9.478/97, observando o disposto no Estatuto Social, no que tange ao interesse público que justificou a criação da companhia; e (iii) disputas ou controvérsias que envolvam direitos indisponíveis, consoante previsto no artigo 58, parágrafo único do Estatuto Social.

A companhia tem como objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins.

As atividades econômicas vinculadas ao seu objeto social serão desenvolvidas pela companhia em caráter de livre competição com outras empresas, segundo as condições de mercado, observados os demais princípios e diretrizes da Lei nº 9.478/97, e da Lei nº 10.438/02.

A Petrobras, diretamente ou através de suas subsidiárias integrais e de suas controladas, associada ou não a terceiros, poderá exercer no País ou fora do território nacional qualquer das atividades integrantes de seu objeto social.

A Petrobras poderá ter suas atividades, desde que consentâneas com seu objeto social, orientadas pela União de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional, previsto no artigo 1º, inciso V, da Lei nº 9.478/97. O exercício de tal prerrogativa será objeto da carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, de que trata o artigo 13, inciso I, do Decreto nº 8.945/16.

No exercício da prerrogativa de que trata o parágrafo acima, a União somente poderá orientar a companhia a assumir obrigações ou responsabilidades, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos/resultados operacionais específicos, como aqueles relativos à comercialização de combustíveis, bem como outras atividades correlatas, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, quando:

I – estiver definida em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e

II – tiver seu custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Além disso, conforme Estatuto Social alterado para considerar as exigências da Lei nº 13.303/16, pelo Decreto nº 8.945/16 e regulamento no Novo Mercado, na hipótese de a Petrobras ser orientada pela União a perseguir o interesse público que justificou a sua criação em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, o Comitê Financeiro e o Comitê de Minoritários, em suas atribuições de assessoramento ao Conselho de Administração, e com base nos critérios de avaliação técnico-econômica para projetos de investimentos e para custos/resultados operacionais específicos praticados pela administração da companhia, avaliarão e mensurarão a diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida pela companhia. Nesta hipótese, a União compensará, a cada exercício social, a companhia por essa diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais da Controladora foram preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no período, sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, e consideram as informações consolidadas, que no entendimento da administração proporcionam uma visão abrangente da posição patrimonial e financeira da companhia e do desempenho de suas operações, complementadas por algumas informações individuais da controladora. Portanto, tais informações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que contemplam o conjunto completo de notas explicativas.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 2 de agosto de 2018, autorizou a divulgação destas informações trimestrais.

3. “Operação Lava Jato” e seus reflexos na companhia

A companhia reconheceu no terceiro trimestre de 2014 uma baixa no montante de R\$ 6.194 (R\$ 4.788 na Controladora) de gastos capitalizados, referente à estimativa de valores que a Petrobras pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em períodos anteriores. Para mais informações sobre a baixa, veja nota explicativa 3 das demonstrações financeiras anuais auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2018, a companhia considerou todas as informações disponíveis, não tendo identificado nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e conseqüentemente o registro contábil de baixas complementares. A companhia monitorou as investigações da “Operação Lava Jato”, efetuadas pelas autoridades brasileiras e pela investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. Como resultado, não foram identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014, ou impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela companhia. A Petrobras continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

Somos oficialmente reconhecidos como vítima dos crimes apurados na “Operação Lava Jato” pelo Ministério Público Federal e pelo juiz competente para julgar os processos criminais relacionados ao caso. A nossa posição de vítima foi reconhecida também em decisões do Supremo Tribunal Federal. Por esse motivo, ingressamos em 49 ações penais como assistentes de acusação e em outras quatro como parte interessada, bem como renovamos o nosso compromisso de continuar cooperando para a elucidação dos fatos e comunicá-los regularmente aos nossos investidores e ao público em geral.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Além disso, temos tomados as medidas necessárias para recuperar danos sofridos em função do esquema de pagamentos indevidos, inclusive os relacionados à nossa imagem corporativa.

Com esse objetivo, ingressamos 15 ações civis públicas por atos de improbidade administrativa, ajuizadas pelo Ministério Público Federal pela União Federal, incluindo pedido de indenização por danos morais.

À medida que as investigações da “Operação Lava Jato” resultem em acordos de leniência com empresas ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, a Petrobras pode ter direito a receber uma parte de tais recursos. Não obstante, a companhia não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável adicional neste momento. Esses valores serão reconhecidos no resultado do exercício como outras receitas operacionais quando forem recebidos ou quando sua realização se tornar praticamente certa.

Nesse sentido, até o primeiro semestre de 2018 a Petrobras reconheceu o ressarcimento de gastos referentes à “Operação Lava Jato” no montante acumulado de R\$ 1.477 (sendo R\$ 1.476 até 31 de dezembro de 2017).

3.1. Investigações envolvendo a companhia

A Petrobras não é um dos alvos das investigações da “Operação Lava Jato” e é reconhecida formalmente pelas autoridades brasileiras como vítima do esquema de pagamentos indevidos.

Em 21 de novembro de 2014, a Petrobras recebeu uma intimação (subpoena) da *Securities and Exchange Commission* (SEC) requerendo documentos relativos à companhia sobre, dentre outros itens, Operação Lava Jato e qualquer acusação relacionada à violação da Lei de Prática de Corrupção no Exterior (*U.S. Foreign Corrupt Practices Act*). O Departamento de Justiça dos EUA (*U.S. Department of Justice - DoJ*) está conduzindo um procedimento semelhante. A companhia tem atendido às solicitações oriundas de ambas as investigações e pretende continuar contribuindo, atuando em conjunto com os escritórios de advocacia brasileiro e norte-americano contratados para realizar uma investigação interna independente. As investigações da SEC e DoJ podem ocasionar em penalidades cíveis ou criminais, pagamento de multas ou outra reparação financeira, determinações ou ordens judiciais quanto a condutas futuras ou outras penalidades.

Considerando que apurações da SEC e do DoJ permanecem em curso até a presente data, não é possível estimar a duração, o alcance ou os resultados dessas apurações. Dessa forma, a companhia não é capaz de fazer uma estimativa confiável sobre eventuais valores e a probabilidade de penalidades que possam ser exigidos.

Em 15 de dezembro de 2015, foi editada a Portaria de Inquérito Civil nº 01/2015, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, instaurando Inquérito Civil para apuração de potenciais danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários, tendo a Petrobras como Representada. A companhia vem prestando todas as informações pertinentes.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações trimestrais consolidadas são os mesmos adotados na preparação das demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2018, dos requerimentos contidos nos pronunciamentos: IFRS 9 *Financial Instruments*, análogo ao CPC 48 Instrumentos Financeiros, inclusive aqueles reativos à contabilidade de *hedge*; IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers*, análogo ao CPC 47 Receita de Contrato com Cliente; e IFRIC 22 *Foreign Currency Transactions and Advance Consideration*, análogo ao ICPC 21 Transação em moeda estrangeira e adiantamento.

4.1. IFRS 9 Financial Instruments / CPC 48 Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de *hedge* e divulgação.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

De acordo com as disposições transitórias previstas pelo IFRS 9, a companhia não reapresentou suas demonstrações financeiras de períodos anteriores em relação aos novos requerimentos referentes a: classificação e mensuração de ativos financeiros, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e modificações nos termos de ativos e passivos financeiros. Nestes casos, as diferenças nos valores contábeis de ativos financeiros e passivos financeiros resultantes da adoção do IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidas em lucros acumulados no patrimônio líquido. Informações sobre os impactos consolidados em 1º de janeiro de 2018 sobre os itens do balanço patrimonial são apresentados a seguir:

Item do balanço patrimonial	Divulgado em 31.12.2017	Ajuste pela adoção inicial do IFRS 9	Nota	Saldo em 01.01.2018
Ativo Circulante				
Contas a receber, líquidas	16.446	(341)	4.1.3	16.105
Ativo Não Circulante				
Contas a receber, líquidas	17.120	(64)	4.1.3	17.056
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.373	484		11.857
Outros ativos	10.202	(7)	4.1.3	10.195
Passivo Circulante				
Financiamentos	23.160	3	4.1.2	23.163
Passivo Não Circulante				
Financiamentos	337.564	1.175	4.1.2	338.739
Patrimônio Líquido				
Outros resultados abrangentes	(21.268)	(67)	4.1.1	(21.335)
Lucros acumulados	-	(989)		(989)
Atribuído aos acionistas não controladores	5.624	(51)		5.573

Os novos requerimentos de contabilidade de *hedge* foram aplicados de forma prospectiva. As relações de *hedge* de fluxo de caixa das exportações futuras altamente prováveis para fins de IAS 39 foram consideradas como relações de proteções contínuas para fins de IFRS 9, uma vez que também se qualificam para contabilização de *hedge* de acordo com o novo pronunciamento.

A seguir são apresentadas as principais práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2018 adotadas em razão dos requerimentos do IFRS 9:

4.1.1. Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros.

A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração originais no CPC 38/ IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para títulos e valores mobiliários em 1º de janeiro de 2018:

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Classificação original de acordo com CPC 38 / IAS 39	Valor contábil original de acordo com CPC 38 / IAS 39 em 31 de dezembro de 2017			Nova classificação de acordo com CPC 48 / IFRS 9	Novo valor contábil de acordo com CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018		
	País	Exterior	Total		País	Exterior	Total
Para negociação	3.531	-	3.531	Valor justo por meio do resultado	4.222	-	4.222
Disponíveis para venda	505	2.015	2.520	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	42	2.015	2.057
Mantidos até o vencimento	397	-	397	Custo amortizado	169	-	169
	4.433	2.015	6.448		4.433	2.015	6.448

4.1.2. Modificação de fluxo de caixa contratual de passivos financeiros

Os saldos contábeis de passivos financeiros mensurados a custo amortizado, cujos termos contratuais foram modificados não substancialmente, refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

4.1.3. Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (*Impairment*)

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Aumento significativo do risco de crédito

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

A companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Para tais fins, o risco de crédito do instrumento financeiro é considerado baixo se o mutuário tiver sólida capacidade de cumprir suas obrigações de fluxos de caixa contratuais em curto prazo e alterações adversas nas condições econômicas e de negócios em longo prazo possam, mas não necessariamente, reduzir a capacidade do mutuário de cumprir suas obrigações de fluxos de caixa contratuais. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Definição de inadimplência (*default*)

A companhia considera um ativo financeiro como inadimplente (*default*) quando:

- ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias; ou
- a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos.

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

A perda de crédito esperada sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original, ponderada pela probabilidade de perdas de crédito.

A mensuração da perda de crédito esperada é função da: probabilidade de inadimplência (*default*), perda dada à inadimplência (a magnitude da perda caso um *default* ocorra) e exposição à inadimplência (*default*).

A avaliação da probabilidade de inadimplência (*default*) considera publicações das principais agências classificadoras de riscos, bem como metodologias internas de avaliação. A perda, dada a inadimplência, considera também a probabilidade dos fluxos de caixa esperados da execução da garantia (ativos colaterais) e outras melhorias de crédito que são partes dos termos contratuais, menos os custos de obtenção e venda dessas garantias. A exposição à inadimplência (*default*) é representada pelo valor contábil bruto do ativo financeiro na data do balanço.

Apresentação

Provisões para *impairment* sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos tendo como contrapartida ganhos ou perdas no resultado.

4.1.4. Contabilidade de *Hedge*

No início da relação de proteção, a companhia documenta a relação de proteção e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para assumir o *hedge*, incluindo identificação: do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e avaliação dos requerimentos de efetividade de *hedge*. A relação de proteção atende a todos os seguintes requisitos de efetividade de *hedge* quando:

- existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;
- o efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- o índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

A companhia aplica a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa para determinadas transações. As relações de *hedge* de fluxos de caixa se referem a *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, que possam afetar o resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em tais *hedges*, a parcela eficaz dos ganhos e perdas decorrentes dos instrumentos de proteção é reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e transferida para o resultado financeiro quando o item protegido afetar o resultado do período. A parcela não eficaz é registrada no resultado financeiro do período.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é liquidado antecipadamente ou quando a relação de proteção (ou parte da relação de proteção) deixar de atender aos critérios de qualificação para contabilidade de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* de fluxo de caixa: i) permanece na reserva de *hedge* de fluxo de caixa até que ocorram os fluxos de caixa futuros se ainda se espera que ocorram os fluxos de caixa futuros protegidos, ou, ii) se não se espera mais que ocorram fluxos de caixa futuros protegidos, esse valor deve ser imediatamente reclassificado da reserva de *hedge* de fluxo de caixa para o resultado.

Adicionalmente, quando um instrumento financeiro designado como instrumento de *hedge* vence ou é liquidado, a companhia pode substituí-lo por outro instrumento financeiro, de maneira a garantir a continuidade da relação de *hedge*. Similarmente, quando uma transação designada como objeto de proteção ocorre, a companhia pode designar o instrumento financeiro que protegia essa transação como instrumento de *hedge* em uma nova relação de *hedge*.

4.2. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers/CPC 47 Receita de Contrato com Cliente

A companhia determinou quando (ou a que medida) e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

Em conformidade com as disposições transitórias previstas pelo IFRS 15, a companhia adotou o pronunciamento retrospectivamente com reconhecimento dos efeitos da aplicação inicial em lucros acumulados. No entanto, as mudanças em função da adoção do IFRS 15 apenas alteraram a forma como certas receitas de contratos com clientes são apresentadas na demonstração de resultados da companhia. Desta forma, não foram reconhecidos impactos em lucros acumulados.

Estão apresentados a seguir os impactos na demonstração de resultado, para o período findo em 30 de junho de 2018:

	Divulgado em 30.06.2018	Impactos da adoção do IFRS 15			Saldo sem impactos do IFRS 15 em 30.06.2018
		Receitas de direitos não exercidos	Agente (breakage)	Outros	
Receita de vendas	158.856	4.117	(450)	(77)	162.446
Custo dos produtos e serviços vendidos	(100.460)	(4.117)	28	-	(104.549)
Lucro bruto	58.396	-	(422)	(77)	57.897
Receitas e despesas operacionais	(23.915)	-	422	77	(23.416)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos	34.481	-	-	-	34.481

Atuação da companhia como agente

De acordo com as práticas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2017, a companhia considera que atuava como principal em algumas transações, de maneira que apresentava separadamente as receitas dessas vendas, o custo do produto vendido e as despesas de vendas. No entanto, segundo os requerimentos contidos no IFRS 15, a companhia atua como agente, pois não chega a obter o controle dos bens ou serviços que são subsequentemente vendidos ao cliente. Assim, a partir de 1º de janeiro de 2018, as receitas dessas operações estão sendo apresentadas na mesma linha na demonstração de resultado, mas líquidas do custo do produto vendido e despesas de vendas.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Receitas de direitos não exercidos (*breakage*)

De acordo com as práticas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2017, a companhia considerava como receitas de penalidades, apresentadas na linha de "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração de resultado, as receitas oriundas de direitos não exercidos por clientes em certos contratos com cláusulas de *take or pay* e *ship or pay*. No entanto, segundo os requerimentos contidos no IFRS 15, as receitas oriundas de direitos não exercidos por clientes devem ser consideradas como receitas de vendas e estão sendo apresentadas como tal a partir de 1º de janeiro de 2018.

4.3. IFRIC 22 *Foreign Currency Transactions and Advance Consideration* / ICPC 21 transação em moeda estrangeira e adiantamento.

A companhia aplicou prospectivamente os requerimentos estabelecidos pelo IFRIC 22 que esclarecem que a data da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do ativo, da despesa ou da receita relacionada a determinados adiantamentos é a mesma utilizada no reconhecimento inicial do adiantamento.

5. Uso de estimativas

Na elaboração das informações contábeis é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem: reservas de petróleo e gás natural e seus impactos em outros itens das demonstrações financeiras, premissas e definição das unidades geradoras de caixa para teste de recuperabilidade de ativos, benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego, processos judiciais e contingências, custos com obrigações de desmantelamento de áreas, tributos diferidos sobre o lucro, contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa de exportação e perdas de crédito esperadas. Embora a Administração utilize premissas e julgamentos, revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Para mais informações sobre estimativas relevantes, vide nota explicativa 5 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, exceto pelas perdas em crédito de liquidação duvidosa que, em razão da adoção do IFRS 9/CPC 48 devem ser mensuradas de acordo com as perdas de crédito esperadas, conforme nota explicativa 4.1.3.

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos *inputs* para cálculo da perdas de crédito esperadas.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

6.1. Caixa e bancos

	Consolidado	
	30.06.2018	31.12.2017
Caixa e bancos	1.748	5.193
Aplicações financeiras de curto prazo		
- No País		
Fundos de investimentos DI e operações compromissadas	8.801	3.889
Outros fundos de investimentos	12	57
	8.813	3.946
- No exterior		
<i>Time deposits</i>	20.345	20.632
Auto Invest e contas remuneradas	31.314	37.337
Outras aplicações financeiras	3.316	7.386
	54.975	65.355
Total das aplicações financeiras de curto prazo	63.788	69.301
Total de caixa e equivalentes de caixa	65.536	74.494

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

As principais aplicações de caixa no primeiro semestre de 2018 foram para cumprimento do serviço da dívida, incluindo pré-pagamentos, no total de R\$ 92.037, além dos investimentos nos segmentos de negócio no montante de R\$ 20.023. Essas aplicações foram substancialmente proporcionadas por uma geração de caixa operacional de R\$ 47.813, captações de R\$ 27.231 e recebimentos pela venda de ativos e de participações de R\$ 16.880.

Os fundos de investimentos no país têm seus recursos aplicados em títulos públicos federais brasileiros e em operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas), cujos prazos de vencimentos são de até três meses contados a partir da data de aquisição. As aplicações no exterior são compostas por *time deposits* com prazos de até três meses contados a partir da data de aquisição, por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo.

A mensuração das perdas de crédito esperadas sobre o caixa em 30 de junho de 2018 resultou em valores imateriais.

6.2. Títulos e valores mobiliários

	30.06.2018			Consolidado 01.01.2018		
	País	Exterior	Total	País	Exterior	Total
Valor justo por meio do resultado	4.060	-	4.060	4.222	-	4.222
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	26	-	26	42	2.015	2.057
Custo amortizado	174	-	174	169	-	169
Total	4.260	-	4.260	4.433	2.015	6.448
Circulante	4.060	-	4.060	4.222	2.015	6.237
Não circulante	200	-	200	211	-	211

Os títulos classificados como valor justo por meio de resultado referem-se principalmente a investimentos em títulos públicos federais brasileiros. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

A mensuração das perdas de crédito esperadas sobre os títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes em 30 de junho de 2018 resultou em valores imateriais e a classificação dos saldos conforme divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 estão apresentadas na nota explicativa 4.1

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber, líquidas

	30.06.2018	Consolidado 31.12.2017
Recebíveis de contratos com clientes		
Terceiros	26.553	23.138
Partes relacionadas		
Investidas (nota explicativa 17.7)	1.799	1.752
Recebíveis do setor elétrico (nota explicativa 7.4) ^(*)	16.157	17.362
Subtotal	44.509	42.252
Outros contas a receber		
Terceiros		
Recebíveis por desinvestimento ^(**)	4.909	2.885
Arrendamento mercantil financeiro	2.059	1.818
Outras	3.998	5.449
Partes relacionadas		
Subvenção de Diesel (nota explicativa 17.7)	590	-
Contas petróleo e álcool - créditos junto ao Governo Federal	829	829
Subtotal	12.385	10.981
Total do Contas a receber	56.894	53.233
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Terceiros	(13.591)	(12.194)
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Partes Relacionadas	(4.827)	(7.473)
Total do Contas a receber, líquidas	38.476	33.566
Circulante	19.385	16.446
Não circulante	19.091	17.120

^(*) Inclui o valor de R\$ 772 em 30 de junho de 2018 (R\$ 771 em 31 de dezembro de 2017) referente a arrendamento mercantil financeiro a receber com empresa AME.

^(**) Refere-se a valores a receber do desinvestimento na Nova Transportadora do Sudeste e parcela contingente de Roncador

As contas a receber que eram classificadas de acordo com o IAS 39/CPC 38 na categoria empréstimos e recebíveis, após a adoção do IFRS 9/CPC 48, encontram-se classificados na categoria custo amortizado, exceto para determinados recebíveis com formação de preço final após a transferência de controle dos produtos dependente da variação do valor da *commodity*, classificados na categoria valor justo por meio do resultado, cujo valor em 30 de junho de 2018 totalizou R\$ 149, conforme nota explicativa 4.1.3.

7.2. Aging do Contas a receber - Terceiros

	30.06.2018		Consolidado 31.12.2017	
	Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE
A vencer	23.573	(1.409)	19.053	(906)
Vencidos:				
Até 3 meses	685	(47)	1.972	(241)
De 3 a 6 meses	130	(57)	171	(120)
De 6 a 12 meses	340	(246)	275	(156)
Acima de 12 meses	12.791	(11.832)	11.819	(10.771)
Total	37.519	(13.591)	33.290	(12.194)

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

7.3. Movimentação das perdas de crédito esperadas – PCE

	Consolidado	
	30.06.2018	31.12.2017
Saldo inicial	19.667	17.682
Adoção inicial IFRS 9	405	-
Adições	1.548	2.269
Baixas	(4.006)	(349)
Transferência de ativos mantidos para venda	21	-
Ajuste Acumulado de Conversão	783	65
Saldo final	18.418	19.667
Circulante	7.244	6.842
Não circulante	11.174	12.825

No primeiro semestre de 2017, a companhia reconheceu perdas em contas a receber no valor de R\$ 1.458.

7.4. Contas a receber – Setor Elétrico (Sistema Isolado de Energia)

	Receíveis fora do escopo dos CCDs					Arrendamento mercantil		Outros		Total
Setor Elétrico (Sistema Isolado de Energia)	Receíveis fora do escopo dos CCDs	CCD 2014	CCD 2018	Arrendamento mercantil	Outros	Total				
Contas a Receber	7.878	10.277	-	771	12	18.938				
PCE	(7.235)	(1.097)	-	-	(12)	(8.344)				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	643	9.180	-	771	-	10.594				
Faturamentos	2.235	-	-	-	-	2.235				
Recebimento	(1.406)	(484)	(191)	(76)	(9)	(2.166)				
Juros	84	240	11	82	-	417				
Desreconhecimento de recebíveis	(3.945)	-	-	(5)	-	(3.950)				
Acordo em 30/04/2018	-	434	1.634	-	-	2.068				
Ajuste a valor justo	-	-	304	-	-	304				
(Constituição) reversão de PCE	(1.011)	(372)	(1)	-	9	(1.375)				
Baixa de PCE	3.945	-	-	-	-	3.945				
Saldo em 30 de junho de 2018	545	8.998	1.757	772	-	12.072				
Contas a Receber	4.846	10.467	1.758	772	3	17.846				
PCE	(4.301)	(1.469)	(1)	-	(3)	(5.774)				
Saldo em 30 de junho de 2018	545	8.998	1.757	772	-	12.072				

	Contas a Receber		PCE	Total
Partes Relacionadas				
Amazonas Energia - AME	14.393	(3.976)		10.417
Centrais Elétricas de Rondônia - CERON	1.297	(529)		768
Outros	467	(101)		366
	16.157	(4.606)		11.551
Terceiros				
Cia de Gás do Amazonas - CIGÁS	598	(108)		490
Cia de Eletricidade do Amapá - CEA	826	(826)		-
Outros	265	(234)		31
	1.689	(1.168)		521
Saldo em 30 de junho de 2018	17.846	(5.774)		12.072
Saldo em 31 de dezembro de 2017	18.938	(8.344)		10.594

O Sistema Petrobras fornece óleo combustível e gás natural, entre outros produtos, para as concessionárias de distribuição de energia controladas pela Eletrobras e produtores independentes de energia (PIE) integrantes do Sistema Isolados de Energia localizado na região norte do país. O Sistema Isolado corresponde a sistemas de produção e transmissão de energia elétrica não conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

O custo do Sistema Isolado é reembolsado em sua maior parte pela CCC (Conta de Consumo de Combustíveis), um fundo setorial regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A CCC tem como fonte de recursos tarifas pagas por todas as concessionárias de distribuição e de transmissão de energia elétrica no contexto da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), um fundo destinado à promoção do desenvolvimento energético em todo o território nacional. No entanto, questões regulatórias e administrativas da CCC e CDE causaram reduções nos reembolsos da CCC a partir do ano de 2013, impactando diretamente os pagamentos à companhia pelo fornecimento de combustíveis às concessionárias do grupo Eletrobras.

A fim de regularizar essa situação, em 31 de dezembro de 2014, foram celebrados contratos de confissão de dívida (CCDs 2014) pela Petrobras e pela Petrobras Distribuidora S.A (BR) com as subsidiárias da Eletrobras, abrangendo débitos vencidos até 30 de novembro de 2014 para liquidação em 120 parcelas mensais e sucessivas atualizadas pela SELIC, sendo que 89% da dívida possuía garantia por Penhor de créditos oriundos da CDE. O Sistema Eletrobras vem cumprindo com os pagamentos dos CCDs 2014, mesmo que com atrasos intermitentes, e seus saldos em 31 de dezembro de 2017 totalizavam R\$ 10.277.

A companhia realizou diversas medidas visando à proteção de seus direitos, incluindo ações de cobrança perante o Poder Judiciário para receber a totalidade dos créditos inadimplidos pós CCDs 2014, bem como suspensão de fornecimentos a prazo. Assim, em 31 de dezembro de 2017, o total de R\$ 8.344 do saldo de recebíveis relativos ao setor elétrico se encontravam com provisão para perdas de créditos, principalmente em função do histórico de inadimplências de empresas integrantes dos sistemas isolados para as vendas fora do escopo dos CCDs 2014.

No final de 2017, as distribuidoras de energia elétrica controladas pela Eletrobras foram incluídas no Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, programa criado pelo governo federal que prevê novos investimentos em projetos de infraestrutura e de desestatização, e o processo de privatização das concessionárias de distribuição do grupo Eletrobras, foram realizadas novas negociações visando à composição de um acordo para equacionar as disputas judiciais e mitigar novas inadimplências.

Desta forma, a Petrobras e a BR Distribuidora celebraram com a Eletrobras e suas concessionárias de distribuição de energia, em 30 de abril de 2018, instrumentos contratuais para recomposição das garantias previstas nos CCDs 2014 e novos CCDs (CCDs 2018) abrangendo parte dos recebíveis cobrados judicialmente. Adicionalmente, as partes também celebraram Instrumentos de Assunção de Dívidas, onde uma significativa parcela da dívida será assumida pela Eletrobras em caso de privatização das distribuidoras.

Diante de melhora no risco de crédito da Eletrobras, o acordo contemplou a substituição das garantias anteriores nos CCDs 2014 por garantia corporativa direta da Eletrobras (54%), além de garantias lastreadas a créditos junto ao Tesouro Nacional (34%) e novos penhores de créditos da CDE (12%).

No entanto, a efetiva troca das garantias lastreadas a créditos junto ao Tesouro Nacional, que era prevista até 30 de junho de 2018, não foi possível em função da Medida Provisória 814/17 ter perdido sua eficácia em 1 de junho de 2018. Adicionalmente, o projeto de Lei 10.332/18, cujo texto atual reestabelece as condições anteriores das garantias, foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 11 de julho de 2018 e se encontra em trâmite legislativo no Senado Federal, porém somente produzirá efeitos quando convertido em lei. Quanto aos novos créditos da CDE, as tratativas da Eletrobras junto aos órgãos responsáveis na obtenção de documentação adequada para respaldar a assinatura do contrato de penhor respectivo permanecem em andamento.

Em função da necessidade de alongamento dos prazos para reconstituição das garantias lastreadas a créditos junto ao Tesouro Nacional e dos novos penhores de créditos da CDE, a companhia reconheceu perdas de créditos esperadas no montante de R\$ 372, com base na atual redução na efetividade das garantias dos CCDs 2014. Os termos de aditivos contratuais estão sendo negociados para refletir as novas condições nos instrumentos já firmados, bem como garantir para ambas a segurança jurídica necessária à transação. Em 30 de junho de 2018, o saldo dos CCDs 2014, líquidos de PCE, totalizou R\$ 8.998.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os CCDs 2018 abrangem recebíveis sob disputas judiciais oriundos de fornecimentos de óleo combustível e gás natural vencidos a partir de dezembro de 2014, totalizando R\$ 6.100, e preveem a liquidação financeira em 36 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas por 124,75% do CDI. Esse valor inclui R\$ 4.500 referentes à BR, com garantias corporativas da Eletrobras até a privatização das distribuidoras, sendo que o cenário de não privatização das distribuidoras é fator de perda das garantias. Os R\$ 1.600 restantes referem-se à Petrobras e contam com garantia corporativa da Eletrobras até a efetiva privatização das distribuidoras, sendo esta mantida em caso de não privatização. Em 30 de junho de 2018, o saldo dos CCDs 2018, líquidos de PCE, totalizou R\$ 1.757.

Como resultado do acordo de 30 de abril de 2018, a companhia reconheceu um ganho de R\$ 2.068 no resultado financeiro, principalmente em função dos recebíveis no contexto dos CCDs 2018, que em grande parte estavam sob disputas judiciais e com provisões, os quais foram reconhecidos pelos seus valores justos considerando as modificações substanciais em seus termos contratuais.

No primeiro semestre de 2018, a companhia reconheceu perdas de créditos esperadas no valor de R\$ 1.375 (R\$ 72 no primeiro semestre de 2017), constituídas principalmente pelo fornecimento corrente de gás e pelo cenário atual de menor efetividade das garantias relacionadas aos CCDs 2014.

8. Estoques

	Consolidado	
	30.06.2018	31.12.2017
Petróleo	16.993	12.065
Derivados de petróleo	10.355	9.309
Intermediários	2.738	2.027
Gás Natural e GNL ^(*)	494	222
Biocombustíveis	596	572
Fertilizantes	153	83
Total de produtos	31.329	24.278
Materiais, suprimentos e outros	4.205	3.803
Total	35.534	28.081

^(*) GNL - Gás Natural Liquefeito

Os estoques consolidados são apresentados deduzidos de provisão, para ajuste ao seu valor realizável líquido, sendo estes ajustes decorrentes, principalmente, de oscilações nas cotações internacionais do petróleo e seus derivados e quando constituídos são reconhecidos no resultado do exercício como custos dos produtos e serviços vendidos. Em 30 de junho de 2018, houve constituição de provisão de R\$ 55 (R\$ 249, no primeiro semestre de 2017).

Em 30 de junho de 2018, a companhia possuía um volume de estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos Termos de Compromisso Financeiro – TCF, assinados em 2008 com a Petros, no valor de R\$ 16.720 (R\$ 13.454, em 31 de dezembro de 2017), conforme nota explicativa 20.1.

9. Vendas de ativos e outras reestruturações societárias

A companhia tem em vigor um programa de parcerias e desinvestimentos e avalia oportunidades de desinvestimentos em suas diversas áreas de atuação. A carteira de desinvestimentos é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais, legais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos seus negócios e é composta por projetos que seguem os procedimentos de sistemática de desinvestimentos revisada e aprovada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O programa de parcerias e desinvestimentos é uma iniciativa importante do Plano de Negócios e Gestão 2018-2022 (PNG 2018-2022) e para o biênio 2017-2018 a meta é atingir o valor de US\$ 21 bilhões, a qual permitirá, em conjunto com as demais iniciativas listadas do Plano, ter um indicador financeiro (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado) declinante e convergente para 2,5 em dezembro de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 3 de julho de 2018 foi proferida decisão cautelar pelo Supremo Tribunal Federal, no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5624 MC/DF), que questiona dispositivos da Lei das Estatais (Lei 13.303/2016), suspendendo os processos competitivos para formação de parcerias em refino e que resultem em alienação de controle. Com isso, os seguintes desinvestimentos estão suspensos:

- Araucária Nitrogenados S.A.;
- Transportadora Associada de Gás (TAG). Este processo já estava suspenso em razão de decisão da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região;
- Parcerias nas refinarias Landulpho Alves (RLAM) e Abreu e Lima (RNEST), bem como nas refinarias Alberto Pasqualini (REFAP) e Presidente Getúlio Vargas (REPAR), por meio da criação de subsidiárias, e posterior alienação de suas ações.

9.1. Vendas de ativos

Segunda parcela da venda de participação no Bloco Exploratório BM-S-8

Em 28 de julho de 2016, a Petrobras realizou a venda do total de sua participação (equivalente a 66%) no bloco exploratório BM-S-8 onde está localizada a área de Carcará, no pré-sal da Bacia de Santos, para a Statoil Brasil Óleo e Gás LTDA, pelo valor de US\$ 2,5 bilhões.

A primeira parcela de US\$ 1,25 bilhão, correspondente a 50% do valor da transação, foi recebida em 22 de novembro de 2016. O restante do valor refere-se a duas parcelas contingentes.

Em 2 de fevereiro de 2018, foi publicado no Diário Oficial da União o extrato do Contrato de Partilha de Produção de Norte de Carcará celebrado entre Statoil, Petrogal e Exxon com a União, sendo esta publicação uma das condições precedentes previstas contratualmente para o recebimento da segunda parcela, no valor de R\$ 987 (US\$ 300 milhões), depositada em 21 de março de 2018 e registrada em outras receitas operacionais.

A terceira parcela, no valor de US\$ 950 milhões, permanece contingente, na dependência da ocorrência de eventos futuros relativos à celebração do Acordo de Individualização da Produção.

Venda da Liquigás

Em 17 de novembro de 2016, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda da Liquigás Distribuidora S.A., empresa do segmento de abastecimento, para a Companhia Ultragas S.A., subsidiária da Ultrapar Participações S.A. Em janeiro de 2017, a operação foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Ultrapar e da Petrobras, pelo valor de R\$ 2.666.

Em 30 de junho de 2017, a Superintendência-Geral (SG) do CADE publicou despacho declarando complexo o Ato de Concentração e determinou diligências adicionais a serem executadas. Em 28 de agosto de 2017, encerrou-se a fase de análise da operação pela referida SG, onde foram apresentadas preocupações concorrenciais nessa operação, razão pela qual a SG submeteu sua recomendação de reprovação dessa operação ao Tribunal do CADE.

Neste sentido, levando-se em consideração a necessidade de cumprimento de condições precedentes, incluindo a aprovação pelo CADE, os ativos e passivos correspondentes objetos da transação mantiveram-se classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2017.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 28 de fevereiro de 2018, o Tribunal do CADE decidiu, por maioria de seus membros, pela reprovação da alienação da Liquigás para a Ultragas S.A. A referida decisão constitui hipótese de rescisão do contrato de compra e venda da Liquigás, aplicando-se à Companhia Ultragas S.A. multa, em favor da Petrobras, no valor total de R\$ 286, devida a partir da data da publicação da decisão no Diário Oficial da União, cuja liquidação financeira ocorreu em 13 de março de 2018. Desta forma, os ativos e passivos objetos da transação deixaram de ser classificados como mantidos para venda.

Venda da PetroquímicaSuape e da Citepe

Em 28 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a assinatura do contrato de compra e venda das ações da Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape) e da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe), empresa do segmento de abastecimento, para o Grupo Petrotemex S.A. de C.V. e para a Dak Americas Exterior S.L, subsidiárias da Alpek, S.A.B. de C.V. (Alpek) pelo valor de US\$ 385 milhões, sujeito a ajustes de capital de giro, dívida líquida e impostos a recuperar, a serem pagos na data do fechamento da operação. A Alpek é uma empresa mexicana do Grupo Alfa, S.A.B. de C.V. (Alfa), de capital aberto.

A operação foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Petrobras em 27 de março de 2017.

Em 7 de fevereiro de 2018, o Tribunal do CADE aprovou a operação de alienação da PetroquímicaSuape e da Citepe para as subsidiárias da empresa Alpek acima qualificadas, condicionada à celebração de um Acordo em Controle de Concentrações (ACC).

Em 30 de abril de 2018 a Petrobras finalizou a operação de venda de 100% das ações detidas na PetroquímicaSuape e na Citepe para as subsidiárias da empresa Alpek. A operação foi concluída com o recebimento pela Petrobras de R\$ 1.523 (US\$ 435 milhões), após ajustes previstos no contrato de compra e venda e cumprimento de todas as condições precedentes.

Em função da variação do preço de venda no fechamento da operação, a companhia apurou uma reversão de *impairment* no valor de R\$ 277, reconhecida em outras despesas operacionais.

Aliança Estratégica entre Petrobras e a Total

Em 21 de dezembro de 2016, a companhia e a empresa Total assinaram um Acordo Geral de Colaboração (*Master Agreement*), em conexão com a Aliança Estratégica estabelecida no Memorando de Entendimentos firmado em 24 de outubro de 2016. Desta forma, certos ativos do segmento de E&P foram classificados como mantidos para venda na data base de 31 de dezembro de 2016, em função do compartilhamento de gestão em participações, conforme apresentado a seguir:

- cessão de direitos de 22,5% da Petrobras para a Total, na área da concessão denominada lara (campos de Sururu, Berbigão e Oeste de Atapu, que estão sujeitos a acordos de unitização com a área denominada Entorno de lara, sob regime de cessão onerosa, na qual a Petrobras detém 100% de participação), no Bloco BM-S-11. A companhia permanece como operadora do Bloco;
- cessão de direitos de 35% da Petrobras para a Total, assim como a operação, na área da concessão do campo de Lapa, no Bloco BM-S-9, ficando a Petrobras com 10%; e
- venda de 50% de participação detida pela Petrobras na Termobahia para a Total, incluindo as térmicas Rômulo Almeida e Celso Furtado, localizadas na Bahia. Em 31 de dezembro de 2016, a companhia reconheceu uma perda por *impairment* de R\$ 156.

Em 28 de fevereiro de 2017, a Petrobras e a Total assinaram os contratos de compra e venda relacionados aos referidos ativos no valor de US\$ 1,675 bilhão pelos ativos e serviços, sujeito a ajuste de preço, além de pagamentos contingentes no valor de US\$ 150 milhões, associado ao volume produzido no campo de Lapa. Adicionalmente, será disponibilizado pela Total uma linha de crédito de longo prazo no valor de US\$ 400 milhões que poderá ser acionada para financiar os investimentos da Petrobras nos campos da área de lara.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os contratos acima se somam a outros acordos já firmados em 21 de dezembro de 2016, que são: (i) carta que concede à Petrobras a opção de aquisição de 20% de participação no bloco 2 da área de Perdido Foldbelt, no setor mexicano do Golfo do México, assumindo apenas as obrigações futuras proporcionais à sua participação; (ii) carta de intenção para estudos exploratórios conjuntos nas áreas exploratórias da Margem Equatorial, e na Bacia de Santos; e (iii) acordo de parceria tecnológica nas áreas de petrofísica digital, processamento geológico e sistemas de produção submarinos.

Em 15 de janeiro de 2018, diante do cumprimento das condições precedentes relativas às cessões de direitos, a Petrobras e a Total concluíram as transações referentes à cessão de direitos de 35% da Petrobras para a Total, assim como a operação, do campo de Lapa no bloco BM-S-9A, no pré-sal da Bacia de Santos, além da Cessão de direitos de 22,5% da Petrobras para a Total da área de Iara, que contém os campos de Sururu, Berbigão e Oeste de Atapu, no bloco BM-S-11A, no pré-sal da Bacia de Santos.

O valor pago nessas transações totalizou US\$ 1,95 bilhão, incluindo ajustes de preço no fechamento da operação, tendo sido apurado um ganho de R\$ 2.236, reconhecido em outras receitas operacionais. O valor pago não contempla a linha de crédito e os pagamentos contingentes.

Em 30 de junho de 2018, a Petrobras e a Total continuam em negociação em relação à parceria na Termobahia. Desta forma, os ativos e passivos correspondentes objetos dessa transação permanecem classificados como mantidos para venda.

Cessão de Direitos do Campo de Azulão

Em 22 de novembro de 2017, a companhia assinou, com a Parnaíba Gás Natural S.A., subsidiária da empresa Eneva S.A., o contrato de cessão da totalidade de sua participação no Campo de Azulão (Concessão BA-3), localizado no estado do Amazonas. O valor total da transação é de US\$ 54,5 milhões a serem pagos na data do fechamento da operação.

Em 30 de abril de 2018, a operação de venda foi concluída com o pagamento de US\$ 56,5 milhões pela Parnaíba Gás Natural S.A, após o cumprimento de todas as condições precedentes e ajustes previstos no contrato, tendo sido apurado um ganho de R\$ 163, reconhecido em outras receitas operacionais.

Parceria Estratégica entre Petrobras e Equinor (ex-Statoil)

Em 18 de dezembro de 2017, a companhia e a empresa norueguesa Equinor assinaram contratos relacionados aos ativos da parceria estratégica, em continuidade ao Acordo Preliminar ("*Heads of Agreement*" ou "HoA"), firmado e divulgado em 29 de setembro de 2017. Os principais contratos assinados são:

- *Strategic Alliance Agreement* ("SAA") - acordo que descreve todos os documentos e iniciativas relacionadas à Parceria Estratégica abrangendo todas as iniciativas negociadas;
- *Sale and Purchase Agreement* ("SPA") - cessão de 25% da participação da Petrobras no campo de Roncador para a Equinor;
- *Strategic Technical Alliance Agreement* ("STAA") - acordo estratégico de cooperação técnica visando a maximização do valor do ativo e com foco em aumentar o volume recuperável de petróleo (fator de recuperação), incluindo a extensão da vida útil do campo;
- *Gas Term Sheet* - Equinor poderá contratar uma determinada capacidade de processamento de gás natural no terminal de Cabiúnas (TECAB) para o desenvolvimento da área do BM-C-33, onde as companhias já são parceiras, sendo a Statoil a operadora da área.

A Parceria Estratégica tem entre seus objetivos aproveitar a experiência da Equinor no gerenciamento de campos maduros no Mar do Norte, aplicando esse conhecimento para o aumento do fator de recuperação do Campo de Roncador. Com esse objetivo, as empresas assinaram o STAA para cooperação técnica e o desenvolvimento em conjunto de projetos para o aumento do fator de recuperação, controle de custos, e aplicação de novas tecnologias.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

O contrato SPA prevê a cessão de 25% de participação no campo de Roncador pelo valor total de US\$ 2,9 bilhões, sendo US\$ 2,35 bilhões no fechamento da operação e o restante em pagamentos contingentes relacionados aos investimentos dos projetos que visam o aumento do fator de recuperação do campo, limitados a US\$ 550 milhões. Na data da assinatura dos contratos, a Equinor realizou um adiantamento no valor de US\$ 117,50 milhões referente a esta aquisição.

Em 14 de junho de 2018, a companhia finalizou a transação referente à cessão de participação do campo de Roncador para a Equinor. A operação foi concluída com o recebimento pela Petrobras de US\$ 2,0 bilhões, incluindo ajustes do fechamento da operação e parte do pagamento contingente no montante de US\$ 14 milhões, adicionalmente aos US\$ 117,5 milhões recebidos como adiantamento na data de assinatura dos contratos. Além desse valor, a Equinor realizará pagamentos contingentes até o limite de US\$ 550 milhões, à medida que os investimentos dos projetos que visam ao aumento do fator de recuperação desse campo forem realizados. Este valor, líquido do recebimento de US\$ 14 milhões, foi reconhecido como outras contas a receber pelo seu valor presente de US\$ 386 milhões.

Com a finalização da operação foi apurada uma perda de R\$ 801, reconhecido em outras despesas operacionais.

Todas as condições precedentes para a conclusão dessa transação foram cumpridas, incluindo a aprovação pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a negociação de contratos de uso de facilidades de produção e de compra de gás associado pela Petrobras, restando apenas o ajuste de preço final a ser realizado em até 120 dias após o fechamento da operação.

Venda de empresas de distribuição no Paraguai

Em 26 de junho de 2018, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou, a assinatura do contrato de compra e venda (*Sale and Purchase Agreement – SPA*) referente à alienação integral da participação societária da Petrobras, por meio da sua subsidiária integral Petrobras International Braspetro B.V. (PIB BV), nas empresas Petrobras Paraguay Distribución Limited (PPDL UK), Petrobras Paraguay Operaciones y Logística SRL (PPOL) e Petrobras Paraguay Gas SRL (PPG) para o Grupo Copetrol.

A entrada de caixa estimada com a venda é de US\$ 383,5 milhões (cerca de R\$ 1,45 bilhão), sendo que US\$ 49,3 milhões foram depositados na data da assinatura (27 de junho de 2018) em uma conta garantia (*escrow account*) e o restante no dia do encerramento da transação, incluindo uma previsão de US\$ 55 milhões referentes ao caixa das empresas. O valor da venda ainda está sujeito a ajustes em razão das variações de capital de giro até o fechamento da operação.

A conclusão da transação está sujeita aos trâmites de aprovação segundo as normas e leis do Paraguai e demais condições precedentes. Desta forma, os ativos e passivos correspondentes objetos dessa transação estão classificados como mantidos para venda, em 30 de junho de 2018.

9.2. Ativos classificados como mantidos para venda

As principais classes de ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentadas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

					30.06.2018	Consolidado 31.12.2017
	E&P	Distribuição	Abastecimen- to	Gás & Energia	Total	Total
Ativos classificados como mantidos para venda						
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	145	-	-	145	26
Contas a receber	-	137	-	-	138	540
Estoques	-	230	-	-	230	423
Investimentos	-	3	-	-	3	17
Imobilizado	13	262	-	313	588	15.562
Outros	-	438	-	-	438	1.024
Total	13	1.215	-	313	1.542	17.592
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda						
Fornecedores	-	71	-	-	71	334
Financiamentos	-	-	-	-	-	-
Provisão para desmantelamento de área	-	-	-	-	-	563
Outros	-	94	-	-	94	398
Total	-	165	-	-	165	1.295

Em 30 de junho de 2018, os ativos e passivos transferidos após aprovação de venda contemplam: Térmicas Rômulo Almeida e Celso Furtado e as empresas PPD UK, PPOL e PPG. Em 31 de dezembro de 2017, os ativos e passivos transferidos após aprovação de venda também contemplavam: os ativos e passivos da Liquegás, Petroquímica Suape e Citepe, cessão de direitos das áreas de concessão denominadas Iara e Lapa, a totalidade na participação no campo de Azulão e 25% no campo de Roncador.

9.3. Outras reestruturações societárias

Incorporação da Nova Fronteira Bioenergia

Em 15 de dezembro de 2016, a Petrobras celebrou um acordo de incorporação e outras avenças com o grupo São Martinho S.A. (São Martinho), por meio de sua subsidiária Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO), empresa do segmento de biocombustíveis. O acordo previa que a participação de 49% detida pela PBIO na Nova Fronteira Bioenergia S.A. fosse incorporada pela São Martinho.

Em 23 de fevereiro de 2017, a operação foi concluída com o recebimento pela PBIO de 24.000.000 de novas ações ordinárias emitidas pela São Martinho, representando 6,593% das ações totais desta companhia. Estas ações foram classificadas como títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

Em 27 de dezembro de 2017, foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da PBIO, a autorização da venda das ações da São Martinho em bloco de ações (modalidade *block trade*).

Em 16 de fevereiro de 2018, a PBIO alienou, por meio de leilão na B3, os 24.000.000 de ações da São Martinho, ao preço de R\$ 18,51 (dezoito reais e cinquenta e um centavos) por ação, encerrando com essa venda sua participação no capital social total da São Martinho. A liquidação da operação ocorreu em 21 de fevereiro de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Investimentos

10.1. Mutação dos investimentos (Controladora)

	Saldo em 31.12.2017	Aportes de capital	Reorganiza- ções, redução de capital e outros	Resultado de participação em investi- mentos (*)	Ajuste acumulado de conversão (CTA)	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Saldo em 30.06.2018
Controladas								
PNBV	87.093	-	(252)	3.780	15.261	-	-	105.882
PIB BV(**)	25.290	3.107	(474)	251	5.019	-	-	33.193
TAG	12.347	-	-	906	-	205	(1.497)	11.961
BR Distribuidora	5.986	-	(126)	304	-	-	(584)	5.580
Transpetro	4.102	-	-	70	170	-	(83)	4.259
PB-LOG	2.937	-	-	366	-	-	(777)	2.526
PBIO	1.490	-	-	49	-	-	-	1.539
Gaspetro	994	-	-	75	-	-	(55)	1.014
Breitener	678	-	-	46	-	-	(22)	702
Logigás	621	-	-	132	-	-	(147)	606
Araucária Nitrogenados	175	264	-	(190)	-	-	-	249
Termomacê Ltda	86	-	-	(56)	-	-	-	30
Liquigás	-	-	1.071	2	-	-	(43)	1.030
Outras Controladas	1.041	-	298	(197)	(8)	(113)	(168)	853
Operações em conjunto	223	-	-	28	-	-	(48)	203
Empreendimentos controlados em conjunto	264	11	-	62	-	3	(61)	279
Coligadas								
Nova Transportadora do Sudeste - NTS	1.094	-	-	93	-	-	(103)	1.084
Demais coligadas	4.916	-	-	598	348	(669)	(558)	4.635
Subsidiárias, controladas, operações/empreendimentos em conjunto e coligadas	149.337	3.382	517	6.319	20.790	(574)	(4.146)	175.625
Outros investimentos	19	-	-	-	-	-	-	19
	149.356	3.382	517	6.319	20.790	(574)	(4.146)	175.644
Provisão para perda em controladas				269				
Resultado de empresas classificadas como mantidas para venda				(34)				
				6.554				

(*) Inclui lucros não realizados de transações entre empresas

(**) Os aportes de capital foram realizados, principalmente, para pagamento de dívida.

A adoção inicial do IFRS 9 alterou o investimento nas controladas PNBV (R\$ 252), PIB BV (R\$ 474) e BR Distribuidora (R\$ 126), em virtude da modificação de fluxo de caixa contratual de passivos financeiros e de perdas no valor recuperável de ativos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

10.2. Mutação dos investimentos (Consolidado)

	Saldo em 31.12.2017	Aportes de capital	Reorganiza- ções, redução de capital e outros	Resultado de participação em investi- mentos	Ajuste acumulado de conversão (CTA)	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Saldo em 30.06.2018
Empreendimentos controlados em Conjunto								
Petrobras Oil & Gas B.V. - PO&G	4.664	-	-	17	636	-	(842)	4.475
Distribuidoras Estaduais de Gás Natural	1.140	1	-	134	-	-	(147)	1.128
Compañia Mega S.A. - MEGA	163	-	-	(47)	180	-	-	296
Setor Petroquímico	95	-	(3)	31	-	-	(22)	101
Demais empresas	346	68	2	(4)	-	3	(41)	374
Coligadas								
Nova Transportadora do Sudeste - NTS	1.094	-	-	93	-	-	(103)	1.084
Setor Petroquímico	4.833	-	-	581	348	(669)	(543)	4.550
Demais empresas	158	28	12	15	2	-	-	215
Outros Investimentos	61	-	-	1	2	-	-	64
Total dos Investimentos	12.554	97	11	821	1.168	(666)	(1.698)	12.287

10.3. Investimentos em coligada com ações negociadas em bolsas

Empresa	Lote de mil ações		Cotação em bolsa de valores (R\$ por ação)	Valor de mercado			
	30.06.2018	31.12.2017		30.06.2018	31.12.2017		
Coligada			Tipo				
Braskem S.A.	212.427	212.427	ON	48,77	43,50	10.360	9.241
Braskem S.A.	75.793	75.793	PNA	50,76	42,87	3.846	3.248
						14.206	12.489

O valor de mercado para essas ações não reflete, necessariamente, o valor de realização na venda de um lote representativo de ações.

Braskem S.A. - Investimento em coligada com ações negociadas em bolsas de valores

A Braskem é uma companhia de capital aberto, com ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior. Com base nas cotações de mercado no Brasil, em 30 de junho de 2018, a participação da Petrobras nas ações ordinárias (47,0% do total) e nas ações preferenciais (21,9% do total) da Braskem, foi avaliada em R\$ 14.206. Entretanto, apenas aproximadamente 3% das ações ordinárias dessa investida são de titularidade de não signatários do Acordo de Acionistas e sua negociação é extremamente limitada.

Em 18 julho de 2017, a Petrobras iniciou tratativas com a Odebrecht S.A. para promover a revisão dos termos e condições do Acordo de Acionistas da Braskem S.A., celebrado em 08 de fevereiro de 2010, com o objetivo de aprimorar a governança corporativa da Braskem e o relacionamento societário entre as partes, visando à criação de valor para todos os acionistas.

Em 14 de junho de 2018, a Petrobras recebeu correspondência da Odebrecht S.A., acionista controladora da Braskem S.A., na qual comunica que iniciou tratativas com a LyondellBasell, companhia aberta com sede em Roterdã, para uma potencial transação envolvendo a transferência da totalidade da participação detida pela Odebrecht no capital da Braskem. As negociações encontram-se em estágio preliminar e as partes celebraram um acordo de confidencialidade.

A transação ainda está sujeita, dentre outras condições, à conclusão de *due diligence*, negociações dos contratos definitivos e obtenções das aprovações necessárias, não havendo ainda qualquer obrigação vinculante entre as partes para a efetiva conclusão da transação.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Caso a negociação seja finalizada com êxito, a Petrobras irá analisar os termos e condições da oferta da LyondellBasell, de forma avaliar o exercício dos seus direitos previstos no Acordo de Acionistas da Braskem.

Considerando a relação operacional entre a Petrobras e a Braskem, em 31 de dezembro de 2017, foi realizado teste de recuperabilidade do investimento nessa coligada com base em seu valor em uso, proporcional à participação da companhia no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados da Braskem, representando fluxos futuros de dividendos e outras distribuições da investida. As avaliações de recuperabilidade não indicaram a existência de perdas por *impairment*.

As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da Braskem, estão sendo apresentadas na nota explicativa 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

11. Imobilizado

11.1. Por tipo de ativos

					Consolidado	Controladora
	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens ^(*)	Ativos em construção ^(**)	Gastos c/exploração e desenvolvimento (campos produtores de petróleo e gás) ^(***)	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	22.756	256.571	125.702	166.847	571.876	424.771
Adições	6	3.720	35.232	98	39.056	26.930
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	-	-	-	14.617	14.617	14.366
Juros capitalizados	-	-	6.299	-	6.299	4.593
Baixas	(47)	(19)	(1.745)	(113)	(1.924)	(1.708)
Transferências (****)	1.007	10.406	(24.259)	9.766	(3.080)	546
Depreciação, amortização e depleção	(1.393)	(23.383)	-	(17.115)	(41.891)	(31.793)
Impairment - constituição	(470)	(3.041)	(1.842)	(2.895)	(8.248)	(6.516)
Impairment - reversão	169	2.698	536	2.247	5.650	4.347
Ajuste acumulado de conversão	20	1.156	733	93	2.002	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	22.048	248.108	140.656	173.545	584.357	435.536
Custo	32.795	425.419	140.656	286.112	884.982	664.479
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(10.747)	(177.311)	-	(112.567)	(300.625)	(228.943)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	22.048	248.108	140.656	173.545	584.357	435.536
Adições	9	2.181	16.791	11	18.992	21.484
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	-	-	-	86	86	-
Juros capitalizados	-	-	3.377	-	3.377	2.578
Baixas	(157)	(26)	(460)	(18)	(661)	(653)
Transferências (****)	755	5.493	(17.354)	13.071	1.965	100
Depreciação, amortização e depleção	(762)	(11.158)	-	(9.893)	(21.813)	(16.956)
Impairment - constituição	-	-	(137)	-	(137)	(72)
Ajuste acumulado de conversão	127	12.475	5.572	1.144	19.318	-
Saldo em 30 de junho de 2018	22.020	257.073	148.445	177.946	605.484	442.017
Custo	33.444	452.695	148.445	297.618	932.202	682.907
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(11.424)	(195.622)	-	(119.672)	(326.718)	(240.890)
Saldo em 30 de junho de 2018	22.020	257.073	148.445	177.946	605.484	442.017
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	40 (25 a 50) (exceto terrenos)	20 (3 a 31)		Método da unidade produzida		

^(*) Composto por plataformas, refinarias, termelétricas, unidades de tratamento de gás, dutos, direito de uso e outras instalações de operação, armazenagem e produção, contemplando ativos de exploração e produção depreciados pelo método das unidades produzidas.

^(**) Os saldos por segmento de negócio são apresentados na nota explicativa 27.

^(***) Composto por ativos de exploração e produção relacionados a poços, abandono de áreas, bônus de assinatura associados a reservas provadas e outros gastos diretamente vinculados a exploração e produção.

^(****) Inclui transferências de/para ativos classificados como mantidos para venda.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os investimentos realizados pela companhia no primeiro semestre de 2018 foram destinados, principalmente, para o desenvolvimento da produção de campos de petróleo e gás natural, prioritariamente no polo pré-sal da Bacia de Santos, com destaque para os campos de Lula, Búzios, Atapu e área de Libra.

O imobilizado do Consolidado e da Controladora inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento que transfiram os benefícios, riscos e controles no montante de R\$ 382 e de R\$ 5.891, respectivamente (R\$ 390 e R\$ 5.969 em 31 de dezembro de 2017).

11.2. Direito de exploração de petróleo - Cessão Onerosa

A Petrobras e a União assinaram, em 2010, o Contrato de Cessão Onerosa, pelo qual a União cedeu à Petrobras o direito de exercer as atividades de pesquisa e lavra de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos localizados na área do pré-sal, com produção limitada ao volume máximo de 5 bilhões de barris equivalentes de petróleo, em até 40 anos, renováveis por mais cinco anos sob determinadas condições. Em contrapartida, a Petrobras pagou à União o montante de R\$ 74.808 que em 30 de junho de 2018, encontra-se registrado no Ativo Imobilizado da companhia.

A Petrobras já declarou comercialidade em campos de todos os seis blocos previstos no Contrato: Franco (Búzios), Florim (Itapu), Nordeste de Tupi (Sépia), Entorno de Iara (Norte de Berbigão, Sul de Berbigão, Norte de Sururu, Sul de Sururu, Atapu), Sul de Guará (Sul de Sapinhoá) e Sul de Tupi (Sul de Lula).

O Contrato estabelece que, imediatamente após a declaração de comercialidade de cada área, sejam iniciados os procedimentos de revisão, os quais devem estar baseados em laudos técnicos de certificadores independentes, contratados pela Petrobras e pela ANP.

Caso a revisão conclua que os direitos adquiridos alcançam um valor maior do que o inicialmente pago, a companhia poderá pagar a diferença à União ou reduzir proporcionalmente o volume total de barris adquiridos. Se a revisão concluir que os direitos adquiridos resultam em um valor menor do que o inicialmente pago pela companhia, a União reembolsará a diferença em moeda corrente, títulos ou outro meio de pagamento, sujeito às leis orçamentárias.

Para a referida revisão, estão sendo considerados os custos realizados na fase de exploração e as previsões de custo e de produção estimadas para o desenvolvimento. Como previsto no Contrato, para a conclusão do processo de revisão, poderão ser renegociados: (i) Valor do Contrato; (ii) Volume Máximo de barris a serem produzidos; (iii) Prazo de Vigência; e (iv) Percentuais mínimos de Conteúdo Local.

Com o volume de informações adquiridas através da perfuração de mais de 50 poços e de testes de produção de longa duração, e com o amplo conhecimento da camada pré-sal da Bacia de Santos, foi possível caracterizar a existência de volumes excedentes aos 5 bilhões de barris equivalentes de petróleo contratados originalmente.

Em novembro de 2017, a companhia constituiu uma comissão interna responsável pela negociação da revisão do Contrato com representantes da União Federal, com representantes das diretorias de Exploração e Produção e Financeira e de Relacionamento com Investidores.

Em 15 de janeiro de 2018, a União Federal instituiu, via Portaria Interministerial 15/2018, Comissão Interministerial com a finalidade de negociar e concluir os termos da revisão do Contrato.

Com a instituição das comissões e a disponibilização dos laudos contratados pela Petrobras e pela ANP, encontram-se em andamento as negociações relativas à revisão do contrato. Até o momento, não há definições sobre o resultado da revisão.

A Petrobras considera que a existência de volumes excedentes nas áreas sob Cessão Onerosa constitui oportunidade para ambas as partes, Governo e a companhia, construir um acordo relacionado ao ressarcimento à Petrobras no processo de revisão do Contrato. Visando embasar uma eventual negociação relacionada ao pagamento na forma de direitos sobre os volumes excedentes, a Petrobras está complementando sua avaliação acerca desses volumes através de opinião de certificadora independente.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

O processo de revisão do Contrato está sendo acompanhado pelo Comitê de Acionistas Minoritários, composto por dois conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários e por um membro externo independente com notório saber na área de análise técnico financeira de projetos de investimento, emitindo opinião que respalde decisões do Conselho de Administração a respeito desse tema.

Em 5 de julho de 2018 a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei que altera o Contrato da Cessão Onerosa assinado em 2010, viabilizando a revisão dos termos do contrato e o leilão de excedentes da área, concedendo a Petrobras a possibilidade de transferência parcial a terceiros de áreas contratadas sob este regime. Para entrar em vigor, o Projeto de Lei precisa ser aprovado também pelo Senado Federal e sancionado pelo Presidente da República.

12. Intangível

12.1. Por tipo de ativos

	Consolidado					Controladora
	Direitos e Concessões	Adquiridos	Softwares Desenvolvidos internamente	Ágio (goodwill)	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	8.725	222	998	718	10.663	8.764
Adições	3.035	51	194	-	3.280	3.145
Juros capitalizados	-	-	14	-	14	14
Baixas	(256)	-	(8)	-	(264)	(34)
Transferências	(5.376)	5	-	-	(5.371)	(5.257)
Amortização	(64)	(91)	(323)	-	(478)	(366)
Impairment - constituição	(108)	(1)	-	-	(109)	(2)
Ajuste acumulado de conversão	3	-	-	2	5	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.959	186	875	720	7.740	6.264
Custo	6.637	1.638	4.055	720	13.050	10.266
Amortização acumulada	(678)	(1.452)	(3.180)	-	(5.310)	(4.002)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.959	186	875	720	7.740	6.264
Adições	9	48	81	-	138	101
Juros capitalizados	-	-	6	-	6	6
Baixas	(42)	-	-	-	(42)	(38)
Transferências	(2)	22	(12)	42	50	(4)
Amortização	(27)	(44)	(136)	-	(207)	(156)
Impairment - constituição	-	-	-	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão	17	1	-	23	41	-
Saldo em 30 de junho de 2018	5.914	213	814	785	7.726	6.173
Custo	6.748	1.821	4.150	785	13.504	10.319
Amortização acumulada	(834)	(1.608)	(3.336)	-	(5.778)	(4.146)
Saldo em 30 de junho de 2018	5.914	213	814	785	7.726	6.173
Tempo de vida útil estimado em anos	(*)	5	5	Indefinida		

(*) O saldo é composto, preponderantemente, por ativos com vida útil indefinida. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se continua justificável.

Em 29 de março de 2018, a Petrobras adquiriu sete blocos na 15ª Rodada de Licitações no Regime de Concessão, realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Na Bacia de Campos foram adquiridos dois blocos em parceria com a Exxon e a Statoil, os quais serão operados pela Petrobras, e dois blocos em parceria com a Exxon e a Qatar Petroleum, os quais serão operados pela Exxon. Na Bacia Potiguar, foram adquiridos dois blocos em parceria com a Shell, os quais serão operados pela Petrobras, e um com 100% de participação da Petrobras.

O valor total do bônus de assinatura a ser pago, até setembro de 2018, é de R\$ 2,2 bilhões.

13. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás

As atividades de exploração e avaliação abrangem a busca por reservas de petróleo e gás natural desde a obtenção dos direitos legais para explorar uma área específica até a declaração da viabilidade técnica e comercial das reservas.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

As movimentações dos custos capitalizados relativos aos poços exploratórios e os saldos dos valores pagos pela obtenção dos direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural, ambos diretamente relacionados a atividades exploratórias em reservas não provadas, são apresentados na tabela a seguir:

	Consolidado	
	30.06.2018	31.12.2017
Custos exploratórios reconhecidos no Ativo ^(*)		
Imobilizado		
Saldo inicial	14.957	16.728
Adições	1.136	2.543
Baixas	(12)	(345)
Transferências	(650)	(3.974)
Ajustes acumulados de conversão	60	5
Saldo final	15.491	14.957
Intangível	4.558	4.599
Total dos custos exploratórios reconhecidos no ativo	20.049	19.556

(*) Líquido de valores capitalizados e subsequentemente baixados como despesas no mesmo período.

Os custos exploratórios reconhecidos no resultado e os fluxos de caixa vinculados às atividades de avaliação e exploração de petróleo e gás natural estão demonstrados a seguir:

	Consolidado			
	2018		2017	
	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Custos exploratórios reconhecidos no resultado				
Despesas com geologia e geofísica	271	566	302	568
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	206	232	300	324
Penalidades contratuais de conteúdo local	88	204	-	-
Outras despesas exploratórias	19	24	1	7
Total das despesas	584	1.026	603	899
Caixa utilizado nas atividades				
Operacionais	290	590	315	587
Investimentos	590	1.318	724	1.374
Total	880	1.908	1.039	1.961

No primeiro semestre de 2018, a Petrobras reconheceu provisão de R\$ 204 decorrente de potenciais penalidades contratuais pelo não atendimento aos percentuais mínimos exigidos de conteúdo local para 125 blocos com fase exploratória encerrada.

14. Fornecedores

	Consolidado	
	30.06.2018	31.12.2017
Terceiros no país	12.901	12.144
Terceiros no exterior	5.349	4.564
Partes relacionadas	2.519	2.369
Saldo total no Passivo Circulante	20.769	19.077

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. Financiamentos

15.1. Saldo por tipo de financiamento

	Consolidado	
	30.06.2018	31.12.2017
Mercado Bancário	39.044	41.924
Mercado de Capitais	12.037	12.070
Bancos de fomento	16.340	18.428
Outros	141	124
Total no país	67.562	72.546
Mercado Bancário	105.805	103.420
Mercado de Capitais	162.580	171.721
Agência de Crédito à Exportação	15.897	12.142
Outros	1.026	895
Total no exterior	285.308	288.178
Total de financiamentos	352.870	360.724
Circulante	15.266	23.160
Não circulante	337.604	337.564

Os contratos de financiamentos vigentes em 1º de janeiro de 2018, cujos termos contratuais foram objetos de trocas de dívidas que não envolveram liquidações financeiras e resultaram em modificações, em função dos seus respectivos termos não terem sido alterados substancialmente, tiveram seus valores remensurados para refletir a mudança de prática contábil descrita na nota explicativa 4.1, cujo efeito é um aumento de R\$ 1.178 no saldo de financiamentos em contrapartida de lucros acumulados.

15.2. Movimentação e reconciliação com os fluxos de caixa das atividades de financiamento

	Saldo final em 31.12.2016	Adoção do IFRS 9	Amortizações de Principal (*)	Amortizações de Juros (*)	Encargos incorridos no período (**)	Variações monetárias e cambiais	Ajuste acumulado de conversão	Saldo final em 31.12.2017
País	84.477	-	21.647	(33.986)	7.326	356	50	72.546
Exterior	300.512	-	60.033	(81.276)	(13.577)	3.439	3.549	288.178
Total	384.989	-	81.680	(115.262)	(20.901)	3.795	3.599	360.724

	Saldo final em 31.12.2017	Adoção do IFRS 9	Amortizações de Principal (*)	Amortizações de Juros (*)	Encargos incorridos no período (**)	Variações monetárias e cambiais	Ajuste acumulado de conversão	Saldo final em 30.06.2018
País	72.546	215	6.740	(12.680)	2.494	(50)	438	67.565
Exterior	288.178	963	20.634	(66.845)	7.681	5.351	37.516	285.305
Total	360.724	1.178	27.374	(79.525)	10.175	5.301	37.954	352.870

Aquisição de imobilizado a prazo	(143)	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com reestruturação de dívida	-	(2.027)	-	-	-	-	-	-
Depósitos vinculados a financiamentos	-	9	(220)	-	-	-	-	-
Movimentação de arrendamento financeiro	-	37	-	-	-	-	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	27.231	(81.506)	(10.531)	-	-	-	-	-

(*) Inclui pré-pagamentos.

(**) Inclui apropriações de ágios, deságios e custos de transações associados.

Em linha com o Plano de Negócios e Gestão da companhia, os empréstimos e financiamentos vêm se destinando, principalmente, à liquidação de dívidas antigas e ao gerenciamento de passivos, visando melhoria no perfil da dívida e maior adequação aos prazos de maturação de investimentos de longo prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

De janeiro a junho de 2018, a companhia captou R\$ 27.231, destacando-se: (i) oferta de títulos no mercado de capitais internacional (Global Notes) com vencimentos em 2029, no valor de R\$ 6.359 (US\$ 1.962); (ii) captações no mercado bancário nacional e internacional, com vencimentos de aproximadamente 6,5 anos em média, no valor total de R\$ 17.038; e (iii) captação de R\$ 3.549 em financiamentos com agências de crédito à exportação.

Adicionalmente, a companhia liquidou diversos empréstimos e financiamentos, destacando-se: (i) a recompra e/ou resgate de R\$ 41.228 (US\$ 11.760 milhões) de títulos no mercado de capitais internacional, com o pagamento de prêmio líquido aos detentores dos títulos que entregaram seus papéis na operação no valor de R\$ 1.154; (ii) o pré-pagamento de R\$ 31.809 de empréstimos no mercado bancário nacional e internacional; e (iii) pré-pagamento de R\$ 2.385 de financiamentos junto ao BNDES.

15.3. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

Vencimento em	2018	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Consolidado	
							Total (**)	Valor justo
Financiamentos em Dólares (US\$) ^(*) :	7.155	4.893	13.144	22.108	33.293	183.031	263.624	303.174
Indexados a taxas flutuantes	3.030	4.643	12.893	12.392	27.133	62.976	123.067	
Indexados a taxas fixas	4.125	250	251	9.716	6.160	120.055	140.557	
Taxa média dos Financiamentos	5,0%	6,0%	6,0%	6,0%	5,9%	6,5%	6,2%	
Financiamentos em Reais (R\$):	2.550	4.828	10.806	8.458	15.014	24.740	66.396	58.500
Indexados a taxas flutuantes	1.610	3.495	9.812	7.480	13.752	19.439	55.588	
Indexados a taxas fixas	940	1.333	994	978	1.262	5.301	10.808	
Taxa média dos Financiamentos	6,4%	6,8%	7,1%	7,9%	7,7%	6,4%	6,9%	
Financiamentos em Euro (€):	73	195	861	1.272	2.691	8.501	13.593	16.973
Indexados a taxas flutuantes	4	-	683	-	-	-	687	
Indexados a taxas fixas	69	195	178	1.272	2.691	8.501	12.906	
Taxa média dos Financiamentos	4,3%	4,5%	4,6%	4,8%	4,9%	4,6%	4,6%	
Financiamentos em Libras (£):	214	91	-	-	-	8.741	9.046	9.122
Indexados a taxas fixas	214	91	-	-	-	8.741	9.046	
Taxa média dos Financiamentos	6,3%	6,2%	-	-	-	6,3%	6,3%	
Financiamentos Outras Moedas:	211	-	-	-	-	-	211	211
Indexados a taxas flutuantes	187	-	-	-	-	-	187	
Indexados a taxas fixas	24	-	-	-	-	-	24	
Taxa média dos Financiamentos	1,9%	-	-	-	-	-	1,9%	
Total em 30 de junho de 2018	10.203	10.007	24.811	31.838	50.998	225.013	352.870	387.980
Taxa média dos financiamentos	5,2%	6,1%	6,2%	6,2%	6,1%	6,4%	6,2%	
Total em 31 de dezembro de 2017	23.160	21.423	31.896	42.168	59.594	182.483	360.724	385.780
Taxa média dos financiamentos	5,6%	5,9%	5,9%	5,9%	5,7%	6,4%	6,1%	

(*) Inclui financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação do dólar.

(**) Em 30 de junho de 2018, o prazo médio de vencimento dos financiamentos é de 9,11 anos (8,62 anos em 31 de dezembro de 2017).

Em 30 de junho de 2018, os valores justos dos financiamentos são principalmente determinados pela utilização de:

- Nível 1 - preços cotados em mercados ativos, quando aplicável, no valor de R\$ 184.991 (R\$ 179.451, em 31 de dezembro de 2017); e
- Nível 2 - método de fluxo de caixa descontado pelas taxas *spot* interpoladas dos indexadores (ou *proxies*) dos respectivos financiamentos, observadas às moedas atreladas, e pelo risco de crédito da Petrobras, no valor de R\$ 202.989 (R\$ 206.329, em 31 de dezembro de 2017).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 30.2.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

15.4. Taxa média ponderada da capitalização de juros

A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos sem destinação específica a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção foi de 6,36 % a.a. no primeiro semestre de 2018 (6,18 % a.a no primeiro semestre de 2017).

15.5. Linhas de Crédito

Empresa	Instituição financeira	Data da abertura	Prazo	Contratado	Utilizado	Valor
						Saldo
No exterior (Valores em US\$ milhões)						
PGT BV	CHINA EXIM	24/10/2016	23/05/2019	1.000	900	100
PGT BV	Sindicato de Bancos	07/03/2018	07/02/2023	4.350	-	4.350
PGT BV	Credit Agricole Corporate	12/04/2018	20/06/2020	400	150	250
Total				5.750	1.050	4.700
No país						
PNBV	BNDES	03/09/2013	31/01/2019	9.878	2.782	7.096
Petrobras	Banco do Brasil	23/03/2018	26/01/2023	2.000	-	2.000
Petrobras	Bradesco	01/06/2018	31/05/2023	2.000	-	2.000
Transpetro	BNDES	07/11/2008	12/08/2041	915	326	589
Transpetro	Banco do Brasil	09/07/2010	10/04/2038	78	38	40
Transpetro	Caixa Econômica Federal	23/11/2010	Indefinido	329	-	329
Total				15.200	3.146	12.054

Em 7 de março de 2018, a PGT assinou com um sindicato de 17 bancos, uma linha de crédito compromissada (*revolving credit facility*- RCF) no valor de US\$ 4,35 bilhões. Esta linha pode ser sacada imediatamente em caso de necessidade. Além disso, a Petrobras assinou duas linhas, de R\$ 2 bilhões cada, uma com o Banco do Brasil e outra com o Bradesco, que também podem ser sacadas imediatamente a critério da companhia.

Em 12 de abril de 2018, a companhia celebrou um financiamento com o Credit Agricole Corporate Investment Bank (CACIB) com garantia da Agência de Crédito à Exportação do Reino Unido - UK Export Finance (UKEF)

15.6. Covenants e Garantias

15.6.1. Covenants

Em 30 de junho de 2018, a companhia possui obrigações atendidas relacionadas aos contratos de dívida (*covenants*), com destaque para: (i) apresentação das demonstrações financeiras no prazo de 90 dias para os períodos intermediários, sem revisão dos auditores independentes, e de 120 dias para o encerramento do exercício, com prazos de cura que ampliam esses períodos em 30 e 60 dias, dependendo do contrato; (ii) cláusula de *Negative Pledge/Permitted Liens*, onde a Petrobras e suas subsidiárias materiais se comprometem a não criar gravames sobre seus ativos para garantia de dívidas além dos permitidos; (iii) cláusulas de cumprimento às leis, regras e regulamentos aplicáveis à condução de seus negócios incluindo (mas não limitado) às leis ambientais; (iv) cláusulas em contratos de financiamento que exigem que tanto o tomador quanto o garantidor conduzam seus negócios em cumprimento às leis anticorrupção e às leis antilavagem de dinheiro e que instituem e mantenham políticas necessárias a tal cumprimento; (v) cláusulas em contratos de financiamento que restringem relações com entidades ou mesmo países sancionados principalmente pelos Estados Unidos (incluindo, mas não limitado ao Office of Foreign Assets Control -OFAC) Departamento de Estado e Departamento de Comércio, pela União Europeia e pelas Nações Unidas; e (vi) cláusulas relacionadas ao nível de endividamento em determinados contratos de dívidas com o BNDES.

15.6.2. Garantias

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Controladora. Entretanto, existem financiamentos concedidos por instrumentos específicos, que contam com garantias reais. Adicionalmente, os contratos de financiamento obtidos junto ao China Development Bank (CDB) também possuem garantias reais, conforme nota explicativa 17.5.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os empréstimos obtidos por entidades estruturadas estão garantidas pelos próprios projetos, bem como por penhor de direitos creditórios.

Os financiamentos junto ao mercado de capitais, que correspondem a títulos emitidos pela companhia, não possuem garantias reais.

16. Arrendamentos mercantis

16.1. Recebimentos / pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro

	Recebimentos		Pagamentos		Consolidado	
	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente
Compromissos estimados						
2018	230	(128)	102	106	(49)	57
2019 - 2022	2.230	(996)	1.234	597	(314)	283
2023 em diante	1.829	(334)	1.495	1.255	(842)	413
Em 30 de junho de 2018	4.289	(1.458)	2.831	1.958	(1.205)	753
Circulante			202			87
Não circulante			2.629			666
Em 30 de junho de 2018			2.831			753
Circulante			180			84
Não circulante			2.433			675
Em 31 de dezembro de 2017			2.613			759

16.2. Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais incluem, principalmente, unidades de produção de petróleo e gás natural, sondas de perfuração e outros equipamentos de exploração e produção, navios, embarcações de apoio, helicópteros, terrenos e edificações.

	Consolidado
2018	23.928
2019	29.827
2020	26.153
2021	26.803
2022	23.623
2023 em diante	243.135
Em 30 de junho de 2018	373.469
Em 31 de dezembro de 2017	304.398

Em 30 de junho de 2018, os saldos de contratos de arrendamento mercantil operacional que ainda não tinham sido iniciados em função dos ativos relacionados estarem em construção ou não terem sido disponibilizados para uso, representam o montante de R\$ 195.116 no Consolidado (R\$ 174.336 em 31 de dezembro de 2017).

No primeiro semestre de 2018, a companhia reconheceu gastos com arrendamento mercantil operacional no montante de R\$ 14.647 (R\$ 16.739 no primeiro semestre de 2017).

17. Partes relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, que também se aplica às demais Sociedades do Sistema Petrobras, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da Petrobras.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Esta política orienta a Petrobras e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa, com base nas seguintes regras e princípios:

- Priorização dos interesses da companhia independente da contraparte no negócio;
- Aplicação de condições estritamente comutativas, prezando pela transparência, equidade e interesses da companhia;
- Condução de transações sem conflito de interesses e em observância às condições de mercado, especialmente no que diz respeito a prazos, preços e garantias, conforme aplicável, ou com pagamento compensatório adequado; e
- Divulgação de forma adequada e tempestiva em observância à legislação vigente

As transações que atendam aos critérios de materialidade estabelecidos na política e celebradas com coligadas, União, incluindo suas autarquias, fundações e empresas controladas, e com a Fundação Petros, são previamente aprovadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), com reporte mensal destas análises ao Conselho de Administração.

Transações com sociedades controladas por pessoal chave da administração, ou membro próximo de sua família, também são previamente aprovadas pelo CAE e reportadas mensalmente para ao Conselho de Administração, independente do valor da transação.

No caso específico das transações com partes relacionadas envolvendo a União, suas autarquias, fundações e empresas estatais federais, estas últimas quando classificadas como fora do curso normal dos negócios da companhia pelo CAE, que estejam na alçada de aprovação do Conselho de Administração, deverão ser precedidas de avaliação pelo CAE e pelo Comitê de Minoritários e deverá ser aprovada por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros presentes do Conselho de Administração.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

17.1. Transações comerciais por operação com empresas do sistema (controladora)

	30.06.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Contas a receber						
Contas a receber, principalmente por vendas	9.511	-	9.511	11.776	-	11.776
Dividendos a receber	2.911	-	2.911	1.161	-	1.161
Operações de mútuo	-	29	29	-	34	34
Adiantamento para aumento de capital	-	204	204	-	-	-
Valores vinculados à construção de gasoduto	-	839	839	-	845	845
Arrendamentos mercantis financeiros	97	-	97	103	-	103
Outras operações	768	512	1.280	491	466	957
Ativos mantidos para venda	-	-	-	820	-	820
Total	13.287	1.584	14.871	14.351	1.345	15.696
Passivo						
Arrendamentos mercantis financeiros	(1.317)	(2.941)	(4.258)	(1.242)	(3.592)	(4.834)
Operações de mútuo	-	-	-	-	(3.315)	(3.315)
Pré pagamento de exportação	(69.523)	(113.591)	(183.114)	(37.373)	(112.835)	(150.208)
Fornecedores	(14.227)	-	(14.227)	(9.525)	-	(9.525)
Compras de petróleo, derivados e outras	(8.775)	-	(8.775)	(5.001)	-	(5.001)
Afretamento de plataformas	(4.769)	-	(4.769)	(3.927)	-	(3.927)
Adiantamento de clientes	(683)	-	(683)	(597)	-	(597)
Outras operações	(82)	(441)	(523)	(69)	(439)	(508)
Passivos mantidos para venda	-	-	-	(44)	-	(44)
Total	(85.149)	(116.973)	(202.122)	(48.253)	(120.181)	(168.434)

	2018	2017
	Jan-Jun	Jan-Jun
Resultado		
Receitas, principalmente de vendas	72.918	64.530
Variações monetárias e cambiais líquidas	(4.407)	(2.936)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(5.058)	(5.498)
Total	63.453	56.096

(*) Inclui a compra da plataforma P-74 da PNBV.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

17.2. Transações comerciais com Empresas do Sistema (controladora)

	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	30.06.2018 Ativo Total	31.12.2017 Ativo Total	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	30.06.2018 Passivo Total	31.12.2017 Passivo Total
Controladas (*)								
BR	1.810	-	1.810	1.566	(160)	-	(160)	(307)
PIB BV	3.603	137	3.740	6.330	(72.173)	(113.591)	(185.764)	(154.072)
Gaspetro	1.121	107	1.228	953	(459)	-	(459)	(372)
PNBV	2.350	15	2.365	1.812	(6.693)	-	(6.693)	(4.281)
Transpetro	778	242	1.020	1.011	(1.461)	-	(1.461)	(1.216)
Logigás	44	839	883	1.149	(144)	-	(144)	(238)
Termoelétricas	25	231	256	86	(182)	(755)	(937)	(1.012)
Fundo de Investimento Imobiliário	100	-	100	98	(132)	(1.272)	(1.404)	(1.483)
TAG	2.138	-	2.138	612	(1.053)	-	(1.053)	(1.068)
PDET Off Shore (**)	-	-	-	-	(642)	-	(642)	(837)
Outras Controladas	1.055	12	1.067	1.723	(725)	-	(725)	(679)
	13.024	1.583	14.607	15.340	(83.824)	(115.618)	(199.442)	(165.565)
Entidades estruturadas								
CDMPI	-	-	-	-	(392)	(914)	(1.306)	(1.562)
	-	-	-	-	(392)	(914)	(1.306)	(1.562)
Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto								
Empresas do Setor Petroquímico	144	-	144	172	(59)	-	(59)	(34)
Outras Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto	119	1	120	184	(874)	(441)	(1.315)	(1.273)
	263	1	264	356	(933)	(441)	(1.374)	(1.307)
Total	13.287	1.584	14.871	15.696	(85.149)	(116.973)	(202.122)	(168.434)

(*) Inclui suas controladas e operações em conjunto.

(**) Em 23 de agosto de 2017, a Petrobras adquiriu ações da PDET Offshore S.A., que deixou de ser uma Entidade Estruturada para ser uma controlada com 100% de participação.

17.2.1. Resultado

	2018 Jan-Jun	2017 Jan-Jun
Controladas		
BR	36.577	32.958
PIB BV	13.688	10.218
Gaspetro	4.007	3.561
PNBV	181	1.115
Transpetro	460	461
Logigás	106	33
Termoelétricas	(93)	(80)
Fundo de Investimento Imobiliário	(12)	(106)
TAG	75	207
PDET Off Shore	(30)	(63)
Outras Controladas	2.022	1.156
	56.981	49.460
Entidades estruturadas		
CDMPI	(79)	(90)
	(79)	(90)
Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto		
Empresas do Setor Petroquímico	6.318	6.709
Outras Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto	233	17
	6.551	6.726
Total	63.453	56.096

17.3. Taxas anuais de operações de mútuo

	30.06.2018	Ativo 31.12.2017	Passivo 31.12.2017
De 5,01% a 7%	-	-	(3.315)
Acima de 9,01%	29	34	-
Total	29	34	(3.315)

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

O mútuo passivo foi quitado em janeiro de 2018.

17.4. Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados (FIDC-NP)

A controladora mantém recursos investidos no FIDC-NP que são destinados, preponderantemente, à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por controladas do Sistema Petrobras. Os valores investidos estão registrados em contas a receber.

As cessões de direitos creditórios, performados e não performados, estão registradas como financiamentos no passivo circulante.

	Controladora	
	30.06.2018	31.12.2017
Contas a receber, líquidas	12.135	14.222
Cessões de direitos creditórios	(20.441)	(25.499)
	2018	2017
	Jan-Jun	Jan-Jun
Receita Financeira FIDC-NP	412	594
Despesa Financeira FIDC-NP	(646)	(1.143)
Resultado financeiro	(234)	(549)

17.5. Garantias

A Petrobras tem como procedimento conceder garantias às subsidiárias e controladas para algumas operações financeiras realizadas no Brasil e no exterior.

As garantias oferecidas pela Petrobras, principalmente fidejussórias, são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias/controladas e terceiros, garantindo assunção do cumprimento de obrigação de terceiro, caso o devedor original não o faça.

As operações financeiras realizadas por estas subsidiárias e garantidas pela Petrobras apresentam os seguintes saldos a liquidar:

Data de Vencimento das Operações						30.06.2018	31.12.2017
	PGF ^(*)	PGT ^(**)	PNBV	TAG	Outros	Total	Total
2018	1.070	-	187	-	18	1.275	1.780
2019	1.276	-	-	-	-	1.276	7.926
2020	1.189	4.434	460	-	3.569	9.652	15.497
2021	10.749	-	578	-	781	12.108	22.722
2022	8.572	10.893	3.856	3.612	434	27.367	40.152
2023 em diante	142.536	50.331	10.922	-	1.132	204.921	175.312
Total	165.392	65.658	16.003	3.612	5.934	256.599	263.389

(*) Petrobras Global Finance B.V., controlada da PIB BV.

(**) Petrobras Global Trading B.V., controlada da PIB BV.

A PGT, subsidiária integral da Petrobras, presta garantia real em duas operações de financiamento que a Petrobras obteve junto ao China Development Bank (CDB), com vencimentos em 2026 e 2027, por meio da colateralidade de seus recebíveis futuros das vendas de petróleo bruto, originadas das exportações da Petrobras, para compradores específicos (no máximo 200.000 bbl/d até 2019, máximo 300.000 bbl/d de 2020 até 2026 e 100.000 bbl/d em 2027), sendo o valor da garantia limitado ao saldo devedor da dívida, que em 30 de junho de 2018 é de R\$ 33.656 (US\$ 10.125 milhões), e em 31 de dezembro de 2017 era R\$ 35.775 (US\$ 10.815 milhões).

Destaque-se que, em 30 de janeiro de 2018, foi liquidado o saldo de US\$ 2,8 bilhões do financiamento que vencia em 2019.

Em linha com o Plano de Negócios e Gestão da companhia, o alongamento dos prazos de garantia está associado à melhoria do perfil da dívida, conforme nota explicativa 15.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

17.6. Investimentos em títulos de dívidas de controladas

Em 30 de junho de 2018, uma controlada da PIB BV mantinha recursos investidos diretamente ou por meio de fundo de investimento no exterior que detinha, entre outros, títulos de dívidas da PGF, da controlada PDET e de entidades estruturadas consolidadas relacionados principalmente aos projetos CDMPI e Charter, equivalentes a R\$ 7.094 (R\$ 4.675, em 31 de dezembro de 2017).

17.7. Transações com empreendimentos em conjunto, coligadas, entidades governamentais e fundos de pensão

A companhia realiza, e espera continuar a realizar, negócios no curso normal de várias transações com seus empreendimentos em conjunto, coligadas, fundos de pensão, bem como com seu acionista controlador, o governo federal brasileiro, que inclui transações com os bancos e outras entidades sob o seu controle, tais como financiamentos e serviços bancários, gestão de ativos e outras.

As transações significativas resultaram nos seguintes saldos:

	30.06.2018		Consolidado 31.12.2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas				
Distribuidoras estaduais de gás natural	1.191	448	971	468
Empresas do setor petroquímico	155	86	194	53
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	453	2.434	587	2.286
Subtotal	1.799	2.968	1.752	2.807
Entidades governamentais				
Títulos públicos federais	6.816	-	5.631	-
Bancos controlados pela União Federal	23.495	44.534	19.317	49.375
Setor elétrico (nota explicativa 7.4)	16.157	-	17.362	1
Contas petróleo e álcool - créditos junto a União Federal	829	-	829	-
Subvenção do Diesel	590			
Outros	132	300	149	716
Subtotal	48.019	44.834	43.288	50.092
Planos de Pensão	182	184	226	311
Total	50.000	47.986	45.266	53.210
Circulante	12.040	5.873	8.347	6.659
Não circulante	37.960	42.113	36.919	46.551

A seguir é apresentado o efeito no resultado das transações significativas :

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

			Consolidado	
	Abr-Jun	2018 Jan-Jun	Abr-Jun	2017 Jan-Jun
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas				
Distribuidoras estaduais de gás natural	1.887	3.652	1.941	3.424
Empresas do setor petroquímico	2.987	6.023	2.677	6.446
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	(1.110)	(1.740)	(901)	(456)
Subtotal	3.764	7.935	3.717	9.414
Entidades governamentais				
Títulos públicos federais	76	175	116	227
Bancos controlados pela União Federal	(574)	(1.685)	(1.178)	(2.589)
Setor elétrico	2.629	2.883	680	1.291
Contas petróleo e álcool - créditos junto a União Federal	-	-	1	3
Subvenção do Diesel	590	590	-	-
Outros	86	278	218	434
Subtotal	2.807	2.241	(163)	(634)
Planos de Pensão	-	-	-	-
Total	6.571	10.176	3.554	8.780
Receitas, principalmente de vendas	6.158	11.900	5.917	12.168
Compras e serviços	(1.597)	(2.960)	(1.598)	(1.598)
Variações monetárias e cambiais líquidas	(241)	(515)	364	573
Receitas (despesas) financeiras líquidas	2.251	1.751	(1.129)	(2.363)
Total	6.571	10.176	3.554	8.780

Em adição às transações acima apresentadas, a Petrobras e a União assinaram, em 2010, o Contrato de Cessão Onerosa, pelo qual a União cedeu à Petrobras o direito de exercer as atividades de pesquisa e lavra de hidrocarbonetos na área do pré-sal, com produção limitada ao volume máximo de 5 bilhões de barris equivalentes de petróleo.

Vide nota explicativa 11.2 para maiores informações sobre o Contrato de Cessão Onerosa.

17.7.1. Programa de subvenção econômica à comercialização ao óleo diesel

No segundo trimestre de 2018, a companhia aderiu às duas primeiras fases do programa de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel no território nacional estabelecido pelo Governo Federal, conforme Medida Provisória (MP) 838/18 e Decretos 9.392 e 9.403 de 2018. Este programa prevê o ressarcimento aos produtores e aos importadores de óleo diesel que comprovarem preços de venda desse derivado praticados às distribuidoras iguais ou inferiores ao preço determinado pela União. A apuração da subvenção é determinada pelos seguintes parâmetros:

- R\$ 0,07 centavos por litro para o período de 1º de junho a 7 de junho de 2018; e
- Diferença entre o preço de referência estabelecido pela ANP (PR) e o preço de comercialização (PC), limitada à R\$ 0,30 centavos por litro, para o período de 8 de junho de 2018 a 31 de julho de 2018.

O PR determinado pela ANP tem como base a cotação internacional do diesel e o dólar americano. Diferenças superiores a R\$ 0,30 centavos na segunda fase do programa serão incorporadas ao PR e PC na fase seguinte, com metodologia ainda a ser definida. Em caso do PR ser inferior ao preço de comercialização (PC), o programa prevê ressarcimento à União.

A União limitou o valor total da subvenção econômica em R\$ 9.500 e, na hipótese de atingimento deste montante antes de 31 de dezembro de 2018, haverá o seu encerramento.

O recebimento da subvenção ocorre mediante disponibilização à ANP de toda a informação necessária para comprovar regularidade fiscal e aplicação dos preços comercializados conforme legislação. A apuração da subvenção é realizada no período de até trinta dias e o ressarcimento em até nove dias úteis após o recebimento de toda a documentação necessária, caso não seja necessária nenhuma retificação.

Em função da complexidade de atendimento aos requisitos da primeira fase do programa, a companhia está buscando formas de evidenciar para ANP que a comercialização do diesel no período de 1º a 7 de junho de 2018 foi inferior ao estabelecido pelo Governo Federal, para possibilitar reconhecimento e recebimento de R\$ 63.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em relação à primeira parte da segunda fase do programa, a companhia enviou todas as informações requeridas para o recebimento de R\$ 871 relativos às vendas de 8 de junho a 07 de julho de 2018. Até presente data, a avaliação da documentação pela ANP está em andamento. O reconhecimento dessa receita ocorre na medida em que o diesel é vendido e entregue às distribuidoras, e o direito ao ressarcimento em função da venda é reconhecido em contas a receber. A companhia reconheceu o total de R\$ 590 como recebíveis do programa (vide nota 7.1), compreendendo as vendas em sua segunda fase até 30 de junho de 2018.

Em 31 de julho de 2018, o Governo Federal editou a Medida Provisória 847/18, renovando os termos da subvenção econômica até 31 de dezembro de 2018, restringindo o subsídio à comercialização do óleo diesel rodoviário. Além disso, foram publicados o Decreto 9.454/18 e a resolução ANP 738/18, em 31 de julho de 2018 e 1º de agosto de 2018, respectivamente, que trazem as novas regulamentações para a continuidade do programa de subvenção. A adesão à terceira fase do programa está em processo de avaliação pela companhia, sendo que, no caso de adesão até o quinto dia útil do período de apuração (1º de agosto a 30 de agosto de 2018), os efeitos serão retroativos a 1º de agosto.

17.8. Remuneração da administração da companhia

As remunerações totais dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Petrobras Controladora são apresentadas a seguir:

	Jan-Jun/2018			Jan-Jun/2017		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total
Salários e benefícios	6,6	0,4	7,0	6,5	0,5	7,0
Encargos sociais	1,9	0,1	2,0	1,8	0,1	1,9
Previdência complementar	0,5	-	0,5	0,6	-	0,6
Remuneração total	9,0	0,5	9,5	8,9	0,6	9,5
Número de membros - média no período ^(*)	7,83	9,50	17,33	8,00	9,00	17,00
Número de membros remunerados - média no período ^(**)	7,83	5,83	13,66	8,00	6,50	14,50

^(*) Corresponde à média do período do número de membros apurados mensalmente.

^(**) Corresponde à média do período do número de membros remunerados apurados mensalmente.

No primeiro semestre de 2018, a despesa consolidada com a remuneração total de diretores e conselheiros do Sistema Petrobras totalizou R\$ 45,8 (R\$ 38,0 no primeiro semestre de 2017).

A remuneração dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração deve ser considerada à parte do limite global da remuneração fixado para os administradores, ou seja, os valores percebidos não são classificados como remuneração dos administradores.

Os membros do Conselho de Administração que participarem do Comitê de Auditoria Estatutário renunciam à remuneração de Conselheiro de Administração, conforme estabelece o art. 38, § 8º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e os mesmos fizeram jus a uma remuneração total de R\$ 194 mil no período de janeiro a junho de 2018 (R\$ 233 mil, considerando os encargos sociais).

Os honorários mensais dos membros do Comitê de Auditoria são fixados a 10% da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios.

O Conselho de Administração aprovou, no primeiro trimestre de 2018, o programa de remuneração variável (PRV) para os membros da Diretoria Executiva da Petrobras para o exercício de 2018. A remuneração a ser paga varia conforme o percentual de atingimento das metas financeiras e operacionais. O programa prevê o pagamento diferido em cinco anos, e também está condicionado ao atendimento dos pré-requisitos definidos que se forem atingidos poderão gerar o pagamento a partir de 2019.

A Assembleia Geral Ordinária da Petrobras, realizada em 26 de abril de 2018, fixou a remuneração dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) em até R\$ 28,3 como limite global de remuneração a ser paga no período compreendido entre abril de 2018 e março de 2019, além de aprovar o aumento do número de integrantes do Conselho de Administração que passou a contar com 11 (onze) participantes.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

18. Provisões para desmantelamento de áreas

Passivo não circulante	Consolidado	
	30.06.2018	31.12.2017
Saldo inicial	46.785	33.412
Revisão de provisão	92	13.522
Transferências referentes a passivos mantidos para venda	-	(379)
Utilização por pagamentos	(925)	(2.265)
Atualização de juros	1.183	2.418
Outros	200	77
Saldo final	47.335	46.785

A companhia revisa anualmente, com data base em 31 de dezembro, seus custos estimados com desmantelamento de áreas de produção de petróleo e gás, em conjunto com seu processo de certificação anual de reservas ou quando houver indicativo de mudanças em suas premissas.

No primeiro semestre de 2017, a atualização de juros sobre provisões para desmantelamento foi no valor de R\$ 1.204.

19. Tributos

19.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante		Passivo Circulante		Consolidado	
	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017
No país						
Tributos sobre o lucro	1.699	1.464	1.387	130	0	0
Programas de regularização de débitos federais	-	-	209	753	2.180	2.219
	1.699	1.464	1.596	883	2.180	2.219
No exterior	117	120	52	107	-	-
Total	1.816	1.584	1.648	990	2.180	2.219

Demais impostos e contribuições	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante*	
	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017
Impostos no país:								
ICMS / ICMS diferido	3.411	3.089	2.149	2.338	3.447	3.377	-	-
PIS e COFINS / PIS e COFINS diferido	3.053	2.711	7.549	7.548	2.512	2.711	-	-
CIDE	50	47	-	-	193	344	-	-
Participação especial/Royalties	-	-	-	-	7.706	5.311	-	-
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	-	-	-	-	305	520	-	-
Programas de regularização de débitos federais (**)	-	-	-	-	1.007	2.144	-	-
Outros	612	566	255	237	498	545	358	284
Total no país	7.126	6.413	9.953	10.123	15.668	14.952	358	284
Impostos no exterior	64	65	57	48	107	94	-	-
Total	7.190	6.478	10.010	10.171	15.775	15.046	358	284

(*) Os valores de demais impostos e contribuições no passivo não circulante estão classificados em "Outras contas e despesas a pagar".

(**) Inclui valor de R\$ 6 referente REFIS de exercícios anteriores

19.2. Programas de regularização de débitos federais

Em 2017, foram instituídos programas de regularização tributária de débitos que possibilitaram à companhia a quitação de débitos beneficiando-se de reduções de juros, multas e encargos legais, bem como da utilização de créditos de prejuízo fiscal, observando as obrigações impostas por cada programa, permitindo assim o encerramento de relevantes disputas judiciais com redução de débitos de natureza tributária e não tributária no total de R\$ 38.136, junto a Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e de autarquias e fundações públicas federais, conforme demonstrado a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Medida Provisória	Convertida em Lei	Programas	Débitos Existentes	Benefício de Redução	Valor a ser pago, após benefício
766	-	Instituiu o Programa de Regularização Tributária (PRT) (*)	1.660	-	1.660
783	13.496	Instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	7.259	3.285	3.974
780	13.494	Instituiu o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD)	1.076	358	718
795	13.586	Regularização de IRRF sobre remessas ao exterior para pagamento de afretamento de embarcações	28.141	26.418	1.723
			38.136	30.061	8.075

(*) Benefício de quitação de 80% dos débitos com créditos de prejuízo fiscal

Informações mais detalhadas sobre os Programas de regularização de débitos federais são apresentados na nota explicativa 21.2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A seguir está apresentada a movimentação das obrigações da companhia referentes aos programas de regularização de débitos federais:

	31.12.2017	Pagamento	Prejuízo Fiscal	Atualização Monetária	Outros	Consolidado 30.06.2018
PRT						
IRPJ/CSLL	507	-	(504)	-	-	3
PERT						
IRPJ/CSLL	2.461	(101)	-	87	(61)	2.386
Outros tributos	131	(195)	-	7	57	-
	2.592	(296)	-	94	(4)	2.386
PRD						
Participações especiais e royalties	288	(310)	-	6	16	-
Lei nº 13.586/17						
IRRF	1.723	(771)	-	42	7	1.001
Total	5.110	(1.377)	(504)	142	19	3.390
Circulante	2.891					1.210
Não Circulante	2.219					2.180

Os saldos relativos aos programas de regularização de débitos federais apresentam os prazos de vencimento a seguir:

	2018	2019	2020	2021	2022	A partir de 2023	Consolidado Total
PRT	-	3	-	-	-	-	3
PERT	103	206	206	206	206	1.459	2.386
LEI 13.586/17	1.001	-	-	-	-	-	1.001
TOTAL	1.104	209	206	206	206	1.459	3.390

19.3. Programas de anistias estaduais

No primeiro semestre de 2018, a Petrobras aderiu a programas de anistias e de remissão estadual para pagamento à vista de débitos de ICMS conforme apresentado a seguir:

Estado	Lei Estadual Decreto nº	Benefícios auferidos	Débitos Existentes	Benefício de Redução	Valor a ser pago, após benefício (*)
TO	3.346/18	Redução de 90% dos débitos cujos montantes totais decorram exclusivamente de multa ou juros ou de ambos.	18	11	7
RN	10.341/18 27.679/18	Redução de 95% de multa e de 80% dos juros garantidos pela legislação e remissão de 50% de crédito tributário de ICMS	796	678	118
			814	689	125

(*) Reconhecido em despesas tributárias

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

19.4. Novo modelo tributário para a indústria de petróleo e gás

Em 28 de dezembro de 2017, o Governo Federal promulgou a Lei nº 13.586, que define um novo modelo de tributação para a indústria de petróleo e gás e, juntamente com o Decreto nº 9.128/2017, estabelece um novo regime especial para exploração, desenvolvimento e produção de óleo, gás e outros hidrocarbonetos líquidos chamados Repetro-Sped.

Devido à aplicação deste novo modelo, a companhia espera maior estabilidade legal no setor de petróleo e gás no Brasil, o que pode incentivar maiores investimentos e reduzir o número de litígios envolvendo os participantes do setor.

Em relação ao Repetro-Sped, este regime reforça o antigo Repetro (Regime Aduaneiro Especial para a Exportação e Importação de Bens destinados à Exploração e Produção de Reservas de Petróleo e Gás Natural), prevendo desoneração de bens permanentemente detidos no Brasil em adição ao benefício anterior relacionado a admissões temporárias. Portanto, estamos avaliando transferências na propriedade de certos ativos de petróleo e gás de subsidiárias estrangeiras para a controladora no Brasil. O regime expirará em dezembro de 2040.

Após a criação do Repetro-Sped, os estados, por deliberação do Conselho Nacional de Políticas Fazendárias (CONFAZ), autorizaram a concessão de incentivos fiscais relacionados ao ICMS, na medida em que cada estado estabeleça sua regulamentação específica, possibilitando o benefício fiscal sobre a indústria de petróleo e gás.

Até o presente momento, os estados que regulamentaram os incentivos fiscais de ICMS autorizados pelo Governo Federal são: Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo, Sergipe, Minas Gerais e Piauí.

Para informações adicionais sobre as principais disposições da Lei 13.586/17, Decreto 9.128/17 e ICMS sobre o Repetro-Sped, vide notas 21.4.1 e 21.4.2 das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

19.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado									
	Imobilizado		Empréstimos, contas a receber / pagar e financiamentos	Arrendamentos mercantis financeiros	Provisão para processos judiciais	Prejuízos fiscais	Estoques	Benefícios concedidos a empregados	Outros	Total
	Custo com prospecção e desmantelamento de áreas	Outros (*)								
Em 1º de janeiro de 2017	(36.518)	3.055	11.446	(294)	3.676	19.684	1.398	9.807	928	13.182
Reconhecido no resultado do exercício	1.148	(4.108)	(3.569)	(200)	3.671	888	434	-	446	(1.290)
Reconhecido no patrimônio líquido (**)	-	-	(2.718)	-	-	(223)	-	(892)	28	(3.805)
Ajuste acumulado de conversão	-	10	-	-	-	88	-	-	-	98
Utilização de créditos tributários	-	-	-	-	-	(873)	-	-	-	(873)
Outros	-	(598)	(51)	64	(67)	386	51	(31)	351	105
Em 31 de dezembro de 2017	(35.370)	(1.641)	5.108	(430)	7.280	19.950	1.883	8.884	1.753	7.417
Adoção inicial IFRS 9	-	-	484	-	-	-	-	-	-	484
Em 1º de janeiro de 2018	(35.370)	(1.641)	5.592	(430)	7.280	19.950	1.883	8.884	1.753	7.901
Reconhecido no resultado do período	4.959	(3.491)	(3.117)	(164)	606	845	(275)	672	(1.199)	(1.164)
Reconhecido no patrimônio líquido (**)	-	-	8.902	-	-	-	-	-	-	8.902
Ajuste acumulado de conversão	-	83	(29)	-	-	716	-	-	(8)	762
Utilização de créditos tributários	-	-	-	-	-	(2.408)	-	-	(54)	(2.462)
Outros	-	(32)	11	(69)	6	37	-	33	44	30
Em 30 de junho de 2018	(30.411)	(5.081)	11.359	(663)	7.892	19.140	1.608	9.589	536	13.969
Impostos diferidos ativos										11.373
Impostos diferidos passivos										(3.956)
Em 31 de dezembro de 2017										7.417
Impostos diferidos ativos										15.606
Impostos diferidos passivos										(1.637)
Em 30 de junho de 2018										13.969

(*) Inclui, principalmente, ajustes de perda no valor de recuperação de ativos e juros capitalizados.

(**) Os valores reconhecidos como empréstimos, contas a receber/pagar e financiamentos, referem-se ao efeito tributário sobre a variação cambial registrada em outros resultados abrangentes (hedge de fluxo de caixa), conforme nota explicativa 30.2.

No primeiro semestre de 2018, a companhia apresenta um aumento na posição ativa líquida do imposto de renda diferido, basicamente pelo efeito da variação cambial sobre os financiamentos.

A companhia mantém o reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos com base na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo tal projeção revisada anualmente. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos fundamentados nas projeções baseadas no PNG e que não ultrapassam dez anos.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

19.6. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2018		Consolidado 2017	
	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Lucro do período antes dos impostos	14.329	25.409	6.770	13.897
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(4.872)	(8.639)	(2.302)	(4.725)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Juros sobre capital próprio, líquidos	222	222	-	-
Alíquotas diferenciadas de empresas no exterior	767	913	797	833
Tributação no Brasil de lucro de empresas no exterior ^(*)	(193)	(275)	(48)	(69)
Incentivos fiscais	59	133	144	280
Prejuízos fiscais não reconhecidos	(338)	(373)	(314)	(124)
Exclusões/(adições) permanentes, líquidas ^(**)	(258)	(518)	(718)	(965)
Adesão aos programas de regularização de tributos federais ^(***)	-	-	(4.331)	(4.331)
Outros	(25)	(56)	294	303
Imposto de renda e contribuição social	(4.638)	(8.593)	(6.478)	(8.798)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(530)	(1.164)	(3.905)	(5.399)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.108)	(7.429)	(2.573)	(3.399)
Total	(4.638)	(8.593)	(6.478)	(8.798)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	32,4%	33,8%	95,7%	63,3%

^(*) Imposto de renda e contribuição social no país referentes aos lucros auferidos nos períodos por investidas no exterior, conforme dispositivos previstos na Lei nº 12.973/2014.

^(**) Inclui equivalência patrimonial e despesa com plano de saúde.

^(***) Refere-se, a "IRPJ/CSLL - principal do auto de infração" e "IRPJ/CSLL - reversão do prejuízo fiscal (2012 a 2017)", conforme nota explicativa 19.2.

20. Benefícios concedidos a empregados

20.1. Planos de pensão e de saúde

A descrição detalhada dos planos de pensão e saúde patrocinados pela companhia para empregados (ativos e assistidos) e dependentes, no Brasil e no exterior, é apresentada na nota explicativa 22 das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Plano de equacionamento do déficit do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP)

O déficit de R\$ 22,6 bilhões acumulado até o exercício de 2015, atualizado até dezembro de 2017, com base na meta atuarial (IPCA + 5,70% a.a.), para R\$ 27,3 bilhões está sendo equacionado com base nas regras estabelecidas no Plano de equacionamento do déficit (PED), aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros, em 12 de setembro de 2017, e apreciado pelo Conselho de Administração da Petrobras e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

As contribuições extras por parte dos participantes e patrocinadoras iniciaram em março de 2018, exceto as que encontram-se suspensas por força de decisão judicial. No primeiro semestre de 2018, a companhia desembolsou R\$ 291 em contribuições referentes ao PED.

Conforme as Leis Complementares 108/2001 e 109/2001, bem como a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC 26/2008, o déficit deve ser equacionado paritariamente entre as patrocinadoras (Petrobras, Petrobras Distribuidora e Fundação Petros) e os participantes e assistidos do PPSP. Sendo assim, cabe à Petrobras um valor total de R\$ 12,8 bilhões e à Petrobras Distribuidora – BR, R\$ 0,9 bilhão.

Cisão do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP)

Em 15 de fevereiro de 2018, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) autorizou a cisão do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), que ocorreu em 1º de abril de 2018, com a divisão em dois novos planos independentes: PPSP - Repactuados (PPSP-R) e PPSP - Não Repactuados (PPSP-NR).

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

A cisão teve origem nos processos de repactuação das regras do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), ocorridos nos anos de 2006-2007 e 2012, quando os participantes tiveram a opção de escolher entre a alteração ou não das regras de reajuste do seu benefício. Neste processo, cerca de 75% dos participantes do plano aceitaram mudar a forma de reajuste e passaram a ter a correção de seu benefício vinculada apenas à inflação (variação do IPCA). E os demais, que não repactuaram, continuaram com o benefício atrelado aos reajustes de salário dos trabalhadores ativos da Petrobras e demais patrocinadoras do plano.

O saldo do Plano Petros foi transferido para os novos planos considerando a proporção dos compromissos futuros com cada grupo de participantes. Como não houve alteração nas regras dos benefícios, os respectivos passivos atuariais serão recalculados, individualmente, pelos atuários independentes somente na próxima avaliação atuarial anual para o exercício de 2018.

A movimentação das obrigações com planos de pensão e saúde com característica de benefício definido está representada a seguir:

	Planos de pensão						Saúde	Consolidado	
	Petros	Petros Repactuados	Petros Não Repactuados	Petros 2		Outros Planos			Total
				AMS					
Saldo em 1º de janeiro de 2017	35.040	-	-	955		36.549	124	72.668	
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em outros resultados abrangentes	(2.123)	-	-	(340)		(3.738)	2	(6.199)	
(+) Custos incorridos no exercício	4.015	-	-	246		4.410	34	8.705	
(-) Pagamento de contribuições	(733)	-	-	-		(1.489)	(10)	(2.232)	
(-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(712)	-	-	-		-	-	(712)	
Outros	-	-	-	-		-	(18)	(18)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	35.487	-	-	861		35.732	132	72.212	
Circulante	1.463	-	-	-		1.328	-	2.791	
Não Circulante	34.024	-	-	861		34.404	132	69.421	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	35.487	-	-	861		35.732	132	72.212	
(+) Custos incorridos no período	901	-	-	51		983	8	1.943	
(-) Pagamento de contribuições	(302)	-	-	-		(359)	(1)	(662)	
Outros	-	-	-	-		-	98	98	
Saldo em 31 de março de 2018	36.086	-	-	912		36.356	237	73.591	
Transferência decorrente da cisão	(36.086)	25.429	10.657	-		-	-	-	
(+) Custos incorridos no período	-	687	214	51		980	7	1.939	
(-) Pagamento de contribuições	-	(315)	(98)	-		(440)	(2)	(855)	
(-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	-	(258)	(104)	-		-	-	(362)	
Outros	-	-	-	-		-	14	14	
Saldo em 30 de junho de 2018	-	25.543	10.669	963		36.896	256	74.327	
Circulante	-	1.042	428	-		1.328	7	2.805	
Não Circulante	-	24.501	10.241	963		35.568	249	71.522	
Saldo em 30 de junho de 2018	-	25.543	10.669	963		36.896	256	74.327	

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

A despesa líquida com planos de pensão e saúde inclui os seguintes componentes:

	Planos de pensão				Saúde	Consolidado	
	Petros *	Petros Repactuados	Petros Não Repactuados	Petros 2	AMS	Outros Planos	Total
Custo do serviço	76	67	9	60	283	7	502
Juros líquidos sobre passivo/(ativo) líquido	825	620	205	42	1.680	8	3.380
Custo líquido em Jan-Jun/2018	901	687	214	102	1.963	15	3.882
Relativa a empregados ativos:							
Absorvida no custeio das atividades operacionais	148	118	30	53	425	-	774
Diretamente no resultado	72	57	14	30	221	12	406
Relativa aos assistidos	681	512	170	19	1.317	3	2.702
Custo líquido em Jan-Jun/2018	901	687	214	102	1.963	15	3.882
Custo líquido em Jan-Jun/2017	2.007	-	-	123	2.206	16	4.352
Custo do serviço	-	67	9	30	142	3	251
Juros líquidos sobre passivo/(ativo) líquido	-	620	205	21	838	4	1.688
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Custo líquido em Abr-Jun/2018	-	687	214	51	980	7	1.939
Relativa a empregados ativos:							
Absorvida no custeio das atividades operacionais	-	118	30	26	211	(1)	384
Diretamente no resultado	-	57	14	15	111	7	204
Relativa aos assistidos	-	512	170	10	658	1	1.351
Custo líquido em Abr-Jun/2018	-	687	214	51	980	7	1.939
Custo líquido em Abr-Jun/2017	1.003	-	-	61	1.103	8	2.175

(*) Referente à despesa do plano antes da cisão ocorrida em 01 de abril de 2018.

Em 30 de junho de 2018, a companhia possuía estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 com a Petros, no valor de R\$ 16.720 (R\$ 13.454, em 31 de dezembro de 2017).

O Plano Petros 2 possui uma parcela com característica de contribuição definida cujos pagamentos são reconhecidos no resultado. No primeiro semestre de 2018, a contribuição da companhia para a parcela de contribuição definida do Plano Petros 2 foi de R\$ 433 (R\$ 446 no primeiro semestre de 2017).

20.2. Participação nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada ao lucro líquido consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras.

O montante a ser distribuído aos empregados a título de PLR é calculado com base em seis indicadores corporativos cujas metas são definidas a cada ano pela Diretoria Executiva da companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração durante a revisão do Plano de Negócios e Gestão - PNG. Os indicadores são:

- Limite de volume de petróleo e derivados vazado;
- Custo unitário de extração sem participação governamental-Brasil;
- Produção de óleo e LGN-Brasil;
- Carga fresca processada-Brasil;
- Eficiência das Operações com Navio; e

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Atendimento à programação de entrega de gás natural.

O atingimento das metas individuais deste conjunto de indicadores leva a um percentual de cumprimento global de metas, utilizado como base na definição do percentual do lucro líquido consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras a ser distribuído aos empregados, que em 30 de junho de 2018, corresponde a 6,25%. Entretanto, caso a empresa não tenha lucro e todas as metas sejam alcançadas, o valor a ser pago individualmente será de metade da remuneração mensal do empregado acrescido de metade do menor valor pago da PLR no exercício anterior, conforme acordo de metodologia para definição e pagamento de PLR no Sistema Petrobras assinado com os sindicatos e válido até março de 2019.

As empresas Liquigás, FCC e Ibitermo possuem metodologia específica para cálculo de PLR, negociada com os seus respectivos sindicatos, por meio de convenção coletiva de trabalho, distinta do acordo de PLR das demais empresas do Sistema Petrobras.

O montante provisionado relativo à PLR no primeiro semestre de 2018, reconhecido em outras despesas operacionais, foi de R\$ 1.100 (R\$ 298, no primeiro semestre de 2017), dos quais R\$ 9 referem-se ao complemento de PLR do exercício de 2017.

20.3. Plano de incentivo ao desligamento voluntário

A companhia implementou alguns programas de incentivo ao desligamento voluntário, conforme descrito a seguir:

	Inscritos	Desligados	Desistentes	Empregados Ativos
Petrobras (PIDV 2014 e 2016)	19.499	(16.501)	(2.820)	178
Petrobras Distribuidora (PIDV BR 2014, 2015 e 2016)	2.165	(1.721)	(428)	16
Total	21.664	(18.222)	(3.248)	194

Desta forma, a companhia já registrou um total de 18.222 desligamentos nestes planos, cuja movimentação da provisão em 30 de junho de 2018, está representada a seguir:

	30.06.2018	Consolidado 31.12.2017
Saldo inicial	112	2.644
Inscritos no PIDV da BR 2016 ^(*)	32	
Revisão de provisão (desistências / atualização)	(20)	(757)
Utilização por desligamento	(36)	(1.775)
Saldo final	88	112
Circulante	88	112

(*) Em 29 de janeiro de 2018, a Petrobras Distribuidora reabriu seu PIDV (BR 2016) para os funcionários desistentes no programa inicial, encerrando as inscrições em 02 de março de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

20.4. Novo Plano de Carreiras e Remuneração (PCR)

Em 2 de julho de 2018, a companhia apresentou aos seus empregados o Plano de Carreiras e Remuneração (PCR), uma modernização no modelo de carreira e remuneração derivada de iniciativas estratégicas do PNG 2017-2021. O novo plano aprimora a gestão de pessoas da companhia, com uma série de critérios que permite maior valorização e reconhecimento das competências e desempenhos, ampla mobilidade e desenvolvimento profissional dos seus empregados.

O programa também resulta em um maior alinhamento com práticas sugeridas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e sua adesão poderá ser realizada até 14 de setembro de 2018, de forma voluntária. Os empregados que não aderirem ao novo plano permanecerão no atual Plano de Classificação e Avaliação de Cargos (PCAC).

A companhia concederá um abono aos empregados que migrarem para o PCR com o intuito de obter o maior número de adesões ao novo plano, já que este é mais alinhado aos objetivos estratégicos da companhia, evitando assim maiores custos administrativos com a manutenção de dois planos de cargos.

Desta forma, a implantação do PCR trará impactos nas demonstrações financeiras do 3º trimestre de 2018 na medida em que os empregados realizarem a adesão. Até a presente data, a companhia desembolsou R\$ 472 referentes aos 15.502 funcionários que aderiram ao plano no período de 2 a 10 de julho de 2018.

21. Patrimônio líquido

21.1. Capital social realizado

Em 30 de junho de 2018, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 205.432 está representado por 7.442.454.142 ações ordinárias e 5.602.042.788 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital, não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias.

21.2. Outros Resultados Abrangentes

No primeiro semestre de 2018 foram reconhecidos como outros resultados abrangentes, principalmente os seguintes efeitos:

- ajuste acumulado de conversão credor, no montante de R\$ 21.186, decorrente da tradução das demonstrações financeiras de controladas no exterior em moeda funcional diferente do real.
- *hedge* de fluxo de caixa de exportações, reduzindo o patrimônio líquido no período de R\$ 17.279, líquido de impostos e do efeito de reclassificação de parte da variação cambial para resultado. Em 30 de junho de 2018, o valor da variação cambial acumulada em outros resultados abrangentes é de R\$ 37.121, líquido de impostos, conforme nota explicativa 30.2.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

21.3. Resultado por ação

	Consolidado e Controladora			
	Abr-Jun	2018 Jan-Jun	Abr-Jun	2017 Jan-Jun
Numerador básico e diluído - Lucro atribuível aos acionistas da Petrobras atribuído igualmente entre as classes de ações				
Ordinárias	5.746	9.718	181	2.719
Preferenciais	4.326	7.315	135	2.046
	10.072	17.033	316	4.765
Denominador básico e diluído - Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)				
Ordinárias	7.442.454.142	7.442.454.142	7.442.454.142	7.442.454.142
Preferenciais	5.602.042.788	5.602.042.788	5.602.042.788	5.602.042.788
	13.044.496.930	13.044.496.930	13.044.496.930	13.044.496.930
Lucro básico e diluído por ação (R\$ por ação)				
Ordinárias	0,77	1,31	0,02	0,37
Preferenciais	0,77	1,31	0,02	0,37
	0,77	1,31	0,02	0,37

21.4. Remuneração aos Acionistas

A Assembleia Geral Extraordinária de 26 de abril de 2018 aprovou a reforma estatutária que dentre outras propostas, alterou o artigo nº 53, que trata da possibilidade de distribuição trimestral de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP). Esses dividendos e ou JCP, deverão ser descontados da remuneração que vier a ser distribuída aos acionistas no encerramento do exercício de 2018. O valor será atualizado monetariamente, de acordo com a variação da taxa Selic, desde a data do efetivo pagamento até o final do referido exercício social.

A composição da distribuição trimestral de JCP é apresentada a seguir:

Parcela	Data			Ações ordinárias (ON)		Ações preferenciais (PN)		Valor total da parcela
	aprovação CA (*)	Data posição acionária	Data de pagamento	Valor da parcela	Valor bruto por ação (R\$)	Valor da parcela	Valor bruto por ação (R\$)	
1ª. parcela JCP	07.05.2018	21.05.2018	29.05.2018	372	0,05	280	0,05	652
2ª. parcela JCP	02.08.2018	13.08.2018	-	372	0,05	280	0,05	652
				744	-	560	-	1.304

(*) Conselho de Administração

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

22. Receita de vendas

	2018		Consolidado 2017	
	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Receita bruta de vendas	107.782	203.257	84.273	170.758
Encargos de vendas ^(*)	(23.387)	(44.401)	(17.277)	(35.397)
Receita de vendas ^(**)	84.395	158.856	66.996	135.361
Diesel	25.436	45.654	19.138	38.345
Subvenção de Diesel	536	536	-	-
Gasolina automotiva	14.963	28.269	13.032	26.769
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	4.040	7.789	2.932	5.563
Querosene de aviação (QAV)	3.253	6.299	2.278	4.720
Nafta	1.959	3.815	1.873	4.515
Óleo combustível (incluindo bunker)	881	1.876	878	1.870
Outros derivados de petróleo	3.599	6.956	2.934	5.688
Subtotal de derivados	54.667	101.194	43.065	87.470
Gás natural	4.782	8.961	4.115	7.506
Etanol, nitrogenados e renováveis	1.654	3.367	2.812	5.638
Receitas de direitos não exercidos (breakage)	467	1.221	-	-
Eletricidade	1.878	3.027	2.394	3.959
Serviços e outros	620	1.613	666	1.353
Mercado interno	64.068	119.383	53.052	105.926
Exportações	14.353	27.882	9.869	21.446
Vendas no exterior ^(***)	5.974	11.591	4.075	7.989
Mercado externo	20.327	39.473	13.944	29.435
Receitas de vendas ^(**)	84.395	158.856	66.996	135.361

^(*) Inclui, principalmente, CIDE, PIS, COFINS e ICMS.

^(**) A receita de vendas por segmento de negócio está apresentada na nota explicativa 27.

^(***) Receita proveniente de vendas realizadas no exterior, incluindo trading e excluídas exportações.

No primeiro semestre de 2018 e de 2017, não houve clientes que representassem 10% do total de vendas da companhia isoladamente.

Conforme descrito na nota 17.7.1, o reconhecimento da receita referente ao Programa de subvenção econômica à comercialização ao óleo diesel ocorre na medida em que o diesel é vendido e entregue às distribuidoras. Até 30 de junho, a companhia reconheceu R\$ 590 como receita bruta oriunda do programa (R\$ 536 líquidos de encargos de vendas).

Os impactos da adoção do IFRS 15 sobre o resultado do primeiro semestre de 2018 estão apresentados na nota explicativa 4.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

23. Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

	2018		Consolidado 2017	
	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Plano de pensão e saúde (inativos)	(1.351)	(2.702)	(1.529)	(3.058)
(Perdas) / Ganhos com processos judiciais, administrativos e arbitrais (*)	(1.636)	(2.908)	92	(1.163)
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(997)	(1.772)	(1.224)	(2.583)
Resultado com derivativos de commodities	(1.252)	(1.957)	-	-
Participação nos lucros ou resultados	(649)	(1.100)	(20)	(298)
Relações institucionais e projetos culturais	(172)	(285)	(144)	(304)
Despesas operacionais c/ termelétricas	(90)	(172)	(83)	(158)
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(56)	(136)	(58)	(100)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	177	119	(228)	(207)
Gastos (reversões) com PIDV	11	(12)	394	669
PCE/perdas sobre outros recebíveis	(58)	(80)	(1.252)	(1.363)
Realização de ajustes acumulados de conversão - CTA	-	-	-	(116)
Ganhos/ perdas na remensuração - Participações societárias	-	-	698	698
Ressarcimento de gastos referentes à Operação Lava Jato	-	1	89	89
Contratos de Ship/Take or Pay e multas aplicadas	65	78	676	956
Subvenções e assistências governamentais	63	141	50	127
Gastos/Ressarcimentos com operações em parcerias de E&P	286	467	372	662
Resultado com alienações e baixas de ativos (**)	(1.138)	2.123	5.808	5.685
Outros	330	458	311	521
Total	(6.467)	(7.737)	3.952	57

(*)Inclui variação cambial de R\$ 1.576 referente a provisão da Class Action em 30 de junho de 2018.

(**)Em 2018, inclui basicamente o resultado com os desinvestimentos, conforme nota explicativa 9.1. Em 2017, inclui basicamente áreas devolvidas, projetos cancelados e o ganho no desinvestimento da NTS.

24. Custos e despesas por natureza

	2018		Consolidado 2017	
	Abr-Jun	Jan-Jun/2018	Abr-Jun	Jan-Jun/2017
Materiais, serviços, fretes, aluguéis e outros	(18.761)	(35.274)	(14.649)	(26.482)
Matérias-primas e produtos para venda	(18.845)	(33.298)	(15.461)	(28.077)
Depreciação, depleção e amortização	(10.963)	(22.020)	(10.382)	(21.148)
Participação governamental	(10.933)	(18.917)	(5.549)	(11.884)
Gastos com pessoal	(7.721)	(14.949)	(6.613)	(14.366)
(Perdas)/ganhos com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(1.636)	(2.908)	92	(1.163)
Resultado com derivativos de commodities	(1.252)	(1.957)	-	-
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(997)	(1.772)	(1.224)	(2.583)
Tributárias (*)	(359)	(840)	(3.069)	(3.360)
Perdas de créditos esperadas	(1.040)	(1.483)	(1.464)	(1.458)
Relações institucionais e projetos culturais	(172)	(285)	(144)	(304)
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	(206)	(232)	(300)	(324)
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(56)	(136)	(58)	(100)
Reversão/(perda) no valor de recuperação de ativos - Impairment	177	119	(228)	(207)
Realização de ajustes acumulados de conversão - CTA	-	-	-	(116)
Ganhos/ perdas na remensuração - Participações societárias	-	-	698	698
Ressarcimento de gastos referentes à Operação Lava Jato	-	1	89	89
Resultado com alienações e baixas de ativos (**)	(1.138)	2.123	5.808	5.685
Variação dos estoques	6.173	7.453	448	(1.001)
Total	(67.729)	(124.375)	(52.006)	(106.101)
Na Demonstração do Resultado				
Custo dos produtos e serviços vendidos	(52.772)	(100.460)	(45.627)	(90.206)
Despesas com vendas	(4.748)	(8.876)	(3.889)	(6.279)
Despesas gerais e administrativas	(2.206)	(4.348)	(2.221)	(4.528)
Tributárias (*)	(359)	(840)	(3.069)	(3.360)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(584)	(1.026)	(603)	(899)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(593)	(1.088)	(549)	(886)
Outras despesas (receitas) operacionais líquidas	(6.467)	(7.737)	3.952	57
Total	(67.729)	(124.375)	(52.006)	(106.101)

(*) Em 2017, inclui os efeitos do Programa de Regularização Tributária (PRT) e do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), no valor de R\$ 2.298.

(**) Em 2018, inclui basicamente o resultado com os desinvestimentos, conforme nota explicativa 9.1. Em 2017, inclui basicamente áreas devolvidas, projetos cancelados e o ganho no desinvestimento da NTS.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

25. Resultado financeiro líquido

	Consolidado			
	Abr-Jun	2018 Jan-Jun	Abr-Jun	2017 Jan-Jun
Despesa com endividamentos	(5.751)	(12.289)	(5.853)	(12.495)
Variações cambiais e monetárias sobre endividamento líquido ^(*)	(1.817)	(5.056)	(3.759)	(6.851)
Receita com aplicações financeiras e títulos públicos	529	979	454	874
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(7.039)	(16.366)	(9.158)	(18.472)
Encargos financeiros capitalizados	1.770	3.383	1.548	3.080
Ganhos (perdas) com instrumentos derivativos	(636)	(285)	166	275
Resultado com títulos e valores mobiliários	(14)	5	8	7
Atualização financeira da provisão de desmantelamento	(597)	(1.191)	(608)	(1.211)
Outras despesas e receitas financeiras líquidas (**)	3.310	3.611	(1.482)	(1.309)
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	559	950	691	1.040
Resultado financeiro líquido	(2.647)	(9.893)	(8.835)	(16.590)
Receitas	4.596	5.697	1.051	1.984
Despesas	(5.346)	(11.196)	(6.868)	(12.813)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(1.897)	(4.394)	(3.018)	(5.761)
Total	(2.647)	(9.893)	(8.835)	(16.590)

(*) Inclui variação monetária sobre financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação do dólar.

(**) Inclui R\$ 2.068 referente a setor elétrico, conforme nota explicativa 7.4.

26. Informações complementares a demonstração do fluxo de caixa

	Consolidado	
	Jan-Jun/2018	Jan-Jun/2017
Valores pagos e recebidos durante o período		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	1.513	1.535
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa		
Aquisição de imobilizado a prazo	152	167
Constituição (reversão) de provisão para desmantelamento de áreas	86	96
Utilização de créditos fiscais e depósitos judiciais para pagamento de contingência	26	980

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

27. Informações por segmento

As informações segmentadas refletem a estrutura de avaliação da alta administração em relação ao desempenho e à alocação de recursos aos negócios.

Ativo Consolidado por Segmento de Negócio - 30.06.2018

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Circulante	15.038	47.646	5.798	209	10.016	83.938	(18.390)	144.255
Não circulante	480.684	127.220	53.971	441	9.945	34.419	(653)	706.027
Realizável a longo prazo	28.834	11.591	6.008	11	3.299	31.286	(499)	80.530
Investimentos	4.591	4.661	2.867	146	-	22	-	12.287
Imobilizado	442.331	110.305	44.165	284	5.901	2.652	(154)	605.484
Em operação	318.923	96.336	34.826	270	5.126	1.712	(154)	457.039
Em construção	123.408	13.969	9.339	14	775	940	-	148.445
Intangível	4.928	663	931	-	745	459	-	7.726
Ativo	495.722	174.866	59.769	650	19.961	118.357	(19.043)	850.282

Ativo Consolidado por Segmento de Negócio - 31.12.2017

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Circulante	25.056	41.912	5.992	213	9.795	90.878	(17.937)	155.909
Não circulante	453.344	127.015	55.391	413	10.451	30.676	(1.684)	675.606
Realizável a longo prazo	25.206	11.014	7.924	12	3.553	24.772	(1.526)	70.955
Investimentos	4.727	4.937	2.747	108	16	19	-	12.554
Imobilizado	418.421	110.488	43.767	293	6.158	5.388	(158)	584.357
Em operação	302.308	96.652	34.999	280	5.300	4.320	(158)	443.701
Em construção	116.113	13.836	8.768	13	858	1.068	-	140.656
Intangível	4.990	576	953	-	724	497	-	7.740
Ativo	478.400	168.927	61.383	626	20.246	121.554	(19.621)	831.515

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração Consolidada do Resultado por Segmento de Negócio - Abr-Jun/2018

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	48.250	65.431	10.398	214	24.674	-	(64.572)	84.395
Intersegmentos	46.363	14.693	3.005	201	310	-	(64.572)	-
Terceiros	1.887	50.738	7.393	13	24.364	-	-	84.395
Custo dos produtos vendidos	(27.415)	(56.246)	(7.642)	(197)	(23.301)	-	62.029	(52.772)
Lucro bruto	20.835	9.185	2.756	17	1.373	-	(2.543)	31.623
Despesas	(3.297)	(1.953)	(2.144)	(18)	(1.104)	(6.404)	(37)	(14.957)
Vendas	(72)	(1.472)	(1.847)	(2)	(805)	(527)	(23)	(4.748)
Gerais e administrativas	(206)	(346)	(110)	(19)	(210)	(1.313)	(2)	(2.206)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(584)	-	-	-	-	-	-	(584)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(423)	(9)	(20)	-	-	(141)	-	(593)
Tributárias	(28)	(125)	(50)	(4)	(16)	(136)	-	(359)
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.984)	(1)	(117)	7	(73)	(4.287)	(12)	(6.467)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	17.538	7.232	612	(1)	269	(6.404)	(2.580)	16.666
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(2.647)	-	(2.647)
Resultado de participações em investimentos	12	307	15	(27)	-	3	-	310
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	17.550	7.539	627	(28)	269	(9.048)	(2.580)	14.329
Imposto de renda e contribuição social	(5.963)	(2.459)	(208)	1	(92)	3.206	877	(4.638)
Lucro líquido (prejuízo)	11.587	5.080	419	(27)	177	(5.842)	(1.703)	9.691
Atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	11.592	5.259	271	(27)	122	(5.442)	(1.703)	10.072
Acionistas não controladores	(5)	(179)	148	-	55	(400)	-	(381)
Lucro líquido (prejuízo)	11.587	5.080	419	(27)	177	(5.842)	(1.703)	9.691

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração Consolidada do Resultado por Segmento de Negócio - 30.06.2018

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	88.958	120.760	19.596	434	48.090	-	(118.982)	158.856
Intersegmentos	85.377	26.816	5.762	403	624	-	(118.982)	-
Terceiros	3.581	93.944	13.834	31	47.466	-	-	158.856
Custo dos produtos vendidos	(51.503)	(105.403)	(13.475)	(404)	(45.146)	-	115.471	(100.460)
Lucro bruto	37.455	15.357	6.121	30	2.944	-	(3.511)	58.396
Despesas	(2.447)	(4.321)	(4.718)	(39)	(2.133)	(10.185)	(72)	(23.915)
Vendas	(141)	(2.915)	(3.684)	(3)	(1.560)	(523)	(50)	(8.876)
Gerais e administrativas	(456)	(689)	(232)	(34)	(410)	(2.525)	(2)	(4.348)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(1.026)	-	-	-	-	-	-	(1.026)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(758)	(19)	(33)	-	(1)	(277)	-	(1.088)
Tributárias	(192)	(205)	(85)	(8)	(38)	(312)	-	(840)
Outras receitas (despesas), líquidas	126	(493)	(684)	6	(124)	(6.548)	(20)	(7.737)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	35.008	11.036	1.403	(9)	811	(10.185)	(3.583)	34.481
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(9.893)	-	(9.893)
Resultado de participações em investimentos	13	747	90	(32)	-	3	-	821
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	35.021	11.783	1.493	(41)	811	(20.075)	(3.583)	25.409
Imposto de renda e contribuição social	(11.903)	(3.752)	(477)	3	(276)	6.593	1.219	(8.593)
Lucro líquido (prejuízo)	23.118	8.031	1.016	(38)	535	(13.482)	(2.364)	16.816
Atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	23.128	8.315	752	(38)	393	(13.153)	(2.364)	17.033
Acionistas não controladores	(10)	(284)	264	-	142	(329)	-	(217)
Lucro líquido (prejuízo)	23.118	8.031	1.016	(38)	535	(13.482)	(2.364)	16.816

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração Consolidada do Resultado por Segmento de Negócio - Abr-Jun/2017

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	31.804	51.301	9.268	154	20.327	-	(45.858)	66.996
Intersegmentos	30.674	12.340	2.365	146	333	-	(45.858)	-
Terceiros	1.130	38.961	6.903	8	19.994	-	-	66.996
Custo dos produtos vendidos	(21.356)	(44.662)	(6.727)	(165)	(19.001)	-	46.284	(45.627)
Lucro bruto	10.448	6.639	2.541	(11)	1.326	-	426	21.369
Despesas	(3.315)	(1.997)	4.449	(19)	(967)	(4.583)	53	(6.379)
Vendas	(108)	(1.290)	(1.754)	(1)	(808)	13	59	(3.889)
Gerais e administrativas	(237)	(358)	(115)	(19)	(214)	(1.277)	(1)	(2.221)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(603)	-	-	-	-	-	-	(603)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(377)	(9)	(22)	-	(1)	(140)	-	(549)
Tributárias	(66)	(56)	(617)	(4)	(18)	(2.308)	-	(3.069)
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.924)	(284)	6.957	5	74	(871)	(5)	3.952
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	7.133	4.642	6.990	(30)	359	(4.583)	479	14.990
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(8.835)	-	(8.835)
Resultado de participações em investimentos	117	423	86	(8)	(1)	(2)	-	615
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	7.250	5.065	7.076	(38)	358	(13.420)	479	6.770
Imposto de renda e contribuição social	(2.425)	(1.578)	(2.376)	10	(123)	177	(163)	(6.478)
Lucro líquido (prejuízo)	4.825	3.487	4.700	(28)	235	(13.243)	316	292
Atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	4.871	3.470	4.603	(28)	235	(13.151)	316	316
Acionistas não controladores	(46)	17	97	-	-	(92)	-	(24)
Lucro líquido (prejuízo)	4.825	3.487	4.700	(28)	235	(13.243)	316	292

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração Consolidada do Resultado por Segmento de Negócio - 30.06.2017

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	65.055	105.230	16.971	317	41.239	-	(93.451)	135.361
Intersegmentos	62.805	25.103	4.579	303	661	-	(93.451)	-
Terceiros	2.250	80.127	12.392	14	40.578	-	-	135.361
Custo dos produtos vendidos	(42.786)	(91.213)	(11.987)	(343)	(38.370)	-	94.493	(90.206)
Lucro bruto	22.269	14.017	4.984	(26)	2.869	-	1.042	45.155
Despesas	(5.248)	(4.119)	3.561	(14)	(1.952)	(8.237)	114	(15.895)
Vendas	(211)	(2.667)	(1.989)	(3)	(1.556)	20	127	(6.279)
Gerais e administrativas	(482)	(725)	(283)	(42)	(429)	(2.566)	(1)	(4.528)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(899)	-	-	-	-	-	-	(899)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(539)	(19)	(35)	-	(1)	(292)	-	(886)
Tributárias	(100)	(113)	(679)	(13)	(37)	(2.418)	-	(3.360)
Outras receitas (despesas), líquidas	(3.017)	(595)	6.547	44	71	(2.981)	(12)	57
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	17.021	9.898	8.545	(40)	917	(8.237)	1.156	29.260
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(16.590)	-	(16.590)
Resultado de participações em investimentos	151	966	175	(63)	(1)	(1)	-	1.227
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	17.172	10.864	8.720	(103)	916	(24.828)	1.156	13.897
Imposto de renda e contribuição social	(5.787)	(3.365)	(2.905)	13	(312)	3.951	(393)	(8.798)
Lucro líquido (prejuízo)	11.385	7.499	5.815	(90)	604	(20.877)	763	5.099
Atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	11.371	7.530	5.624	(90)	604	(21.037)	763	4.765
Acionistas não controladores	14	(31)	191	-	-	160	-	334
Lucro líquido (prejuízo)	11.385	7.499	5.815	(90)	604	(20.877)	763	5.099

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

28. Processos judiciais e contingências

28.1. Processos judiciais provisionados

A companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

- Processos trabalhistas, destacando-se: (i) ações individuais de revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime (RMNR); (ii) diferenças de cálculo dos reflexos das horas extras nos repouso semanais remunerados; (iii) ações de terceirizados.
- Processos fiscais, incluindo: (i) não homologação de compensações de tributos federais; (ii) demandas relacionadas ao recolhimento de ICMS na venda de querosene de aviação; e (iii) aproveitamento de créditos de ICMS na importação de plataformas.
- Processos cíveis referentes a: (i) acordo para encerrar a ação coletiva consolidada perante a Corte Federal de Nova Iorque; (ii) cobrança de royalties sobre a atividade de extração de xisto; (iii) reclamação por descumprimento contratual relacionado à construção de plataforma; (iv) indenização decorrente de ação de desapropriação de área para constituição de servidão de passagem; (v) cobrança de royalties e participações governamentais sobre produção de gás; (vi) multas aplicadas pela ANP relativas a sistemas de medição; e (vii) ação de indenização de natureza cível.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado	
Passivo circulante e não circulante	30.06.2018	31.12.2017
Processos trabalhistas	4.456	4.513
Processos fiscais	4.381	4.065
Processos cíveis	16.536	14.362
Processos ambientais	400	300
Outros processos	1	1
Total	25.774	23.241
Passivo circulante	12.398	7.463
Passivo não circulante	13.376	15.778

	Consolidado	
	30.06.2018	31.12.2017
Saldo inicial	23.241	11.052
Adição, líquido de reversão	1.000	12.726
Utilização	(829)	(1.448)
Atualização	2.025	909
Outros	337	2
Saldo final	25.774	23.241

Na preparação das demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2018, a companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

No semestre findo em 30 de junho de 2018, as principais movimentações na provisão ocorreram na revisão do êxito em ação de indenização de natureza cível na Petrobras, além de decisões judiciais e administrativas desfavoráveis à companhia em diversos processos que resultaram na alteração da expectativa de perda para provável, parcialmente compensadas pela reversão de ações coletivas sobre RMNR após decisão do Supremo Tribunal Federal - STF, conforme nota explicativa 28.3.1.

Adicionalmente, destaca-se a atualização cambial da provisão da *Class Action* no período, bem como o pagamento de impostos sobre remessa da primeira parcela do Acordo da Ação Coletiva pela Petrobras em 1º de março de 2018, conforme nota explicativa 28.4.1.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

28.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Ativo não circulante	Consolidado	
	30.06.2018	31.12.2017
Fiscais	14.486	10.922
Cíveis	3.086	2.947
Trabalhistas	4.349	3.998
Ambientais	606	581
Outros	18	17
Total	22.545	18.465

	Consolidado	
	30.06.2018	31.12.2017
Saldo inicial	18.465	13.032
Adição, líquido de reversão	3.725	5.155
Utilização	(246)	(441)
Atualização de juros	512	721
Outros	89	(2)
Saldo final	22.545	18.465

No primeiro semestre de 2018, a companhia realizou depósitos judiciais no montante de R\$ 3.725 incluindo depósitos decorrentes da decisão desfavorável proferida pelo Tribunal Regional Federal do RJ em outubro de 2017, ao entender que as remessas para pagamento de afretamento, no período de 1999 a 2002, estariam sujeitas ao IRRF, e depósitos garantindo ações de lucro de controladas e coligadas domiciliadas no exterior não adicionado à base de cálculo do IRPJ e CSLL, conforme nota explicativa 28.3.

28.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 30 de junho de 2018, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Consolidado	
	30.06.2018	31.12.2017
Fiscais	131.715	129.466
Trabalhistas	30.508	23.825
Cíveis - Gerais	35.940	31.825
Cíveis - Ambientais	8.385	7.787
Total	206.548	192.903

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, cível, ambiental e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa	
	30.06.2018	31.12.2017
Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil.		
1) Incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE e PIS/COFINS-importação sobre as remessas para pagamentos de afretamentos de embarcações. Situação atual: A discussão jurídica relacionada à incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, no período de 1999 a 2002, trata da legalidade de ato normativo da Receita Federal que garante alíquota zero para as referidas remessas. A companhia ratifica a classificação da perda como possível em virtude de haver manifestações favoráveis ao entendimento da Companhia nos Tribunais Superiores e buscará assegurar a defesa de seus direitos. Os demais processos envolvendo CIDE e PIS/COFINS encontram-se em fase administrativa e judicial diversas e são classificados como possível em função de haver previsão legal em linha com o entendimento da Companhia.	43.970	43.141
2) Lucro de controladas e coligadas domiciliadas no exterior não adicionado à base de cálculo do IRPJ e CSLL. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas, permanecendo como perda possível face ao fato de haver manifestações favoráveis ao entendimento da Companhia nos Tribunais Superiores.	13.414	13.191
3) Pedidos de compensação de tributos federais não homologados pela Receita Federal. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	11.862	11.977
4) Incidência da contribuição previdenciária sobre pagamento de abonos e gratificação contingente a empregados. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa e judicial.	5.165	5.097
5) Cobrança da CIDE-Combustível em transações com distribuidoras e postos de combustíveis detentores de medidas liminares que determinavam a venda sem repasse do referido tributo. Situação atual: A questão envolve processos na esfera judicial em fases distintas.	2.252	2.224
6) Dedução da base de cálculo do IRPJ e CSLL dos valores pagos como incentivo à repactuação do Plano Petros (ativos e inativos) e serviço passado. Situação atual: A sentença publicada em maio e confirmada em junho de 2017 reconheceu a dedutibilidade na base de cálculo IRPJ e da CSLL, porém, limitada a 20% da folha de salários dos empregados e da remuneração dos dirigentes vinculados ao Plano. No ano de 2017, após análise dos fundamentos das referidas decisões, a companhia alterou para perda provável o processo relativo à dedução que excedia ao limite de 20% e para perda remota a discussão relativa à dedução dentro desse limite. As questões remanescentes, cujo fundamento jurídico é distinto, permanecem neste item como perda possível e encontram-se em fase administrativa e judicial.	2.062	2.028
Autor: Secretaria da Fazenda do Estado de SP.		
7) Aplicação de diferimento de ICMS nas operações de venda de Biodiesel B100, bem como uso da alíquota de 7% em operações interestaduais de venda de Biodiesel B100 com os Estados do Centro-Oeste, Norte, Nordeste e com o Estado do ES. Situação atual: A questão envolve processos em fases administrativa e judicial diversas.	2.984	2.933
8) Cobrança de ICMS decorrente do desenquadramento da admissão temporária pelo fato de o desembarço aduaneiro da importação da sonda ter sido realizado no Estado do RJ e não no Estado de SP. Situação atual: A questão envolve processos em fase judicial.	2.545	2.518
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do RJ, BA e AL.		
9) Exigência de ICMS em operações de saída de Líquido de Gás Natural – LGN e C5+ com emissão de documento fiscal não aceito pela fiscalização, bem como questionamento do direito ao aproveitamento do crédito. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	4.594	4.519
Autor: Prefeituras Municipais de Anchieta, Aracruz, Guarapari, Itapemirim, Maratáizes, Linhares, Vila Velha e Vitória.		
10) Cobrança do imposto incidente sobre serviços prestados em águas marítimas (ISSQN), em favor de alguns municípios do Estado do ES sob o argumento de que o serviço fora executado em seus "respectivos territórios marítimos". Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	4.258	4.050
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do RJ, SP, PR, RO e MG.		
11) Cobrança de diferenças de alíquotas de ICMS decorrente de vendas de QAV para empresas aéreas no mercado interno e outros questionamentos decorrentes da utilização de benefício fiscal de ICMS. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial.	3.667	3.595
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do RJ, AL, AM, PA, BA, GO, MA, SP e PE.		
12) Crédito de ICMS não estornado em razão de saídas isentas ou não tributadas próprias ou promovidas por terceiros em operações subsequentes. Situação atual: A questão envolve processos que se encontram na esfera administrativa e judicial diversas.	3.563	3.404
Autor: Secretaria de Fazenda dos Estados do RJ, SP, ES, BA, PE, MG, RS, AL e SE.		
13) Apropriação de crédito de ICMS sobre aquisições de mercadorias que, no entendimento da fiscalização, não configurariam bens do ativo imobilizado. Situação atual: A questão envolve processos ainda na esfera administrativa, e outros na esfera judicial.	3.266	3.287
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do PR, AM, BA, ES, PA, PE, SP e PB.		
14) Incidência de ICMS sobre diferenças no controle de estoques físico e fiscal. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	3.346	3.227
Autor: Secretarias de Fazenda dos Estados de SP, RS e SC.		
15) Cobrança do ICMS referente à importação de gás natural proveniente da Bolívia, sob a alegação de serem esses Estados os destinatários finais (consumidores) do gás importado. Situação atual: A questão envolve processos nas esferas judicial e administrativa, além de três ações cíveis originárias em trâmite no Supremo Tribunal Federal.	2.843	2.817
Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados de SP, CE, PB, RJ, BA e PA e AL.		
16) Cobrança e creditamento de ICMS em operações de consumo interno de óleo bunker e óleo diesel marítimo destinados a embarcações afretadas. Situação atual: Há autuações lavradas pelos Estados, sendo algumas discutidas ainda na esfera administrativa e outras na esfera judicial.	1.949	1.912
Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados do RJ, SP, SE e BA.		

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

17) Aproveitamento de créditos de ICMS na aquisição de brocas e de produtos químicos utilizados na formulação de fluido de perfuração. Situação atual: A questão envolve processos em fases administrativa e judicial diversas. Autor: Secretaria de Fazenda dos Estados do AM, BA, RS e RJ.	1.759	1.696
18) Cobrança de ICMS pelos Estados em razão de controvérsia quanto à formação da base de cálculo nas operações interestaduais e internas de transferências entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte. Situação atual: A questão envolve processos ainda na esfera administrativa e outros na esfera judicial. Autores: Estados de GO, PA, RJ, RR, SC, SP e TO	1.502	1.481
19) Cobrança de ICMS-ST sobre remessa e devolução simbólica de querosene de aviação à estabelecimento varejista que, no entendimento da fiscalização, há retenção e o recolhimento do ICMS-ST pelas operações posteriores por se tratar de remessa para contribuinte varejista estabelecido no Estado. Situação atual: A questão envolve processos em fases administrativa e judicial diversas. Autor: Secretaria de Fazenda do Estado de PE.	1.478	1.376
20) Cobrança de ICMS sobre as vendas interestaduais de gás natural com destino às distribuidoras localizadas em seu Estado. A fiscalização entende que as operações seriam de transferência, uma vez que as atividades realizadas no city-gate são de industrialização, caracterizando-o como um estabelecimento e consequentemente exigindo a diferença entre o imposto incidente na operação de venda e de transferência. Situação atual: A questão envolve processos na esfera judicial. Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados de MG, MT, GO, RJ, PA, CE, BA, PR, SE, AL, RN, SP e PR.	1.134	1.108
21) Apropriação de crédito de ICMS sobre a aquisição de mercadorias (produtos em geral) que, no entendimento da fiscalização, se enquadrariam no conceito de material de uso e consumo, sendo indevido o creditamento do imposto. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	1.164	941
22) Processos diversos de natureza fiscal	12.938	12.944
Total de processos de natureza fiscal	131.715	129.466

Descrição dos processos de natureza trabalhista

	Estimativa	
	30.06.2018	31.12.2017
Autor: SINDIPETRO dos Estados do ES, RJ, BA, MG, SP, PE, PB, RN, CE, PI, PR e SC.		
1) Ações coletivas que requerem a revisão da metodologia de apuração do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR). Situação atual: O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho julgou o incidente de recurso repetitivo instaurado e decidiu contrariamente à companhia. Considerando as premissas fixadas pela tese proclamada na sessão de julgamento no TST, a companhia atualizou os valores segundo a sua melhor estimativa. A companhia ingressou com medida cautelar no STF e obteve decisão favorável suspendendo todos os processos em âmbito nacional, que ensejou na mudança da expectativa de provável para possível em alguns processos. A companhia aguarda a publicação do acórdão para definir as novas medidas cabíveis e entende que a decisão do TST e a suspensão obtida no STF não alteram a análise de fundamentos da causa.	21.665	14.940
Autor: Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense – SINDIPETRO/NF.		
2) O Autor objetiva a condenação da companhia a remunerar como extraordinária a jornada de trabalho que ultrapassar o limite de 12 horas diárias de trabalho efetivo em regime de sobreaviso. Pretende, ainda, que a companhia seja obrigada a respeitar o limite de 12 horas de efetivo trabalho em regime de sobreaviso e o intervalo interjornada de 11 horas, sob pena de multa diária. Situação atual: O processo encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho para julgamento do recurso de revista do reclamante.	1.324	1.286
3) Processos diversos de natureza Trabalhista	7.519	7.599
Total de processos de natureza trabalhista	30.508	23.825

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição dos processos de natureza cível	Estimativa	
	30.06.2018	31.12.2017
Autor: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis- ANP.		
1) Processos que discutem a determinação da ANP de: unificar os campos de Lula e Cernambi no Consórcio BM-5-11, unificar os Campos de Baúna e Piracaba, unificar os Campos de Tartaruga Verde e Mestiça; e unificar os Campos de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote, Caxaréu, Jubarte e Pirambu, no complexo Parque das Baleias, gerando assim impactos no recolhimento das participações especiais (PE). Situação atual: A lista envolve processos judiciais e arbitrais, conforme abaixo: a) Lula/Cernambi: os valores das supostas diferenças de participações especiais foram depositados judicialmente, porém com a cassação da liminar favorável, segue suspensa a arbitragem e atualmente as diferenças têm sido pagas diretamente para a ANP até que seja reformada a decisão judicial correspondente; b) Baúna e Piracaba: o Tribunal revisou a ordem anterior que vedava o depósito judicial, de modo que a Petrobras, atualmente, vem depositando os valores controversos. Segue suspensa a arbitragem; c) Tartaruga Verde e Mestiças: a Petrobras igualmente foi autorizada a realizar os depósitos dos valores controvertidos. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região entendeu pela competência do Tribunal Arbitral, autorizando o prosseguimento da arbitragem; d) Campos de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote, Caxaréu, Jubarte e Pirambu, no complexo Parque das Baleias, o STJ concluiu seu julgamento no sentido de que é o tribunal arbitral quem deve avaliar se o caso é arbitrável, ou não. O Poder Judiciário proferiu decisões permitindo o prosseguimento da arbitragem. Em seguimento, o Tribunal Arbitral do caso Parque das Baleias proferiu decisão cautelar afastando a cobrança de participações especiais realizadas pela ANP, determinando que a Petrobras ofereça garantia para os débitos a serem negociados com a ANP.	10.008	8.711
2) Processos administrativos que discutem diferença de participação especial e royalties em campos diversos. A linha também inclui discussão por multas aplicadas pela ANP por suposto descumprimento de programa exploratório mínimo e irregularidades no cumprimento de normas aplicáveis à indústria do petróleo. Situação atual: As questões envolvem processos em fase administrativa e fase judicial diversas. Esta linha incluía o processo envolvendo o campo de Lula que foi, em dezembro de 2017, transferido para perda remota, sendo, ao final de março de 2018, zerada a exposição em razão do cancelamento da autuação.	5.968	5.410
Autor: Diversos autores no país e EIG Management Company nos Estados Unidos.		
3) Arbitragens no país e ação judicial nos Estados Unidos relativos à Sete Brasil Participações S.A. ("Sete") Situação atual: A ação judicial proposta pela EIG e afiliadas alega que a Companhia teria praticado fraude ao induzir os autores a investir na "Sete", através de comunicações que teriam deixado de revelar um suposto esquema de corrupção envolvendo a Petrobras e a "Sete". A Corte Federal do Distrito de Colúmbia acolheu em parte a defesa preliminar da Petrobras (motion to dismiss). A Petrobras recorreu da parte da decisão referente à sua defesa preliminar que lhe foi desfavorável. No dia 19 de janeiro de 2018, foi realizada uma audiência para apresentação de argumentos orais das partes relativos ao recurso, perante a Corte Federal de Apelações do Distrito de Columbia. Em 3 de julho de 2018, uma turma da Corte Federal de Apelações proferiu decisão, por maioria, rejeitando o recurso interposto pela Petrobras. Esta decisão não avaliou o mérito das alegações da EIG e analisou apenas se os EUA possuem jurisdição para o caso. Em 2 de agosto de 2018, a Petrobras interpôs recurso para o órgão colegiado superior da Corte de Apelações desta decisão.	7.579	7.036
Autor: Vantage Deepwater Company e Vantage Deepwater Drilling Inc.		
4) Arbitragens nos Estados Unidos sobre rescisão unilateral de contrato de prestação de serviço de perfuração vinculado ao navio-sonda Titanium Explorer. Situação atual: Decisão desfavorável foi proferida em 02/07/2018. O Tribunal Arbitral formado por três árbitros decidiu por maioria, com um voto divergente, que a Vantage tem direito a US\$ 622,02 milhões a título de ressarcimento pela rescisão antecipada do contrato de serviços de perfuração da sonda Titanium Explorer e por serviços faturados. A Petrobras questionará a decisão arbitral proferida por maioria em razão de lhe terem sido negadas as proteções fundamentais de imparcialidade e devido processo legal, conforme manifestação do árbitro dissidente. Tendo em vista os argumentos apresentados pelo árbitro dissidente e com base na avaliação dos consultores jurídicos, a Companhia manteve como possíveis as chances de êxito, e nenhuma provisão foi reconhecida contabilmente.	2.495	1.323
5) Processos diversos de natureza cível	9.890	9.345
Total de processos de natureza cível	35.940	31.825

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição dos processos de natureza ambiental	Estimativa	
	30.06.2018	31.12.2017
Autor: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual do Paraná, AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária, IAP - Instituto Ambiental do Paraná e IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.		
1) Processo judicial que discute obrigação de fazer, indenização em pecúnia e dano moral referente ao acidente ambiental havido no Estado do Paraná em 16 de julho de 2000. Situação atual: Processos julgados procedentes em parte, mediante sentença contra a qual autores e a companhia, ré, interpuuseram recursos de apelação.	3.315	3.115
Autor: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA e Ministério Público Federal.		
2) Processos administrativos decorrentes de multas ambientais relacionadas a operação de exploração e produção (upstream) impugnadas em virtude de divergência quanto à interpretação e aplicação de normas pelo IBAMA, bem como uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal por suposto dano ambiental em virtude do afundamento acidental da Plataforma P-36. Situação atual: Quanto às multas, algumas aguardam julgamento de defesa e recurso na esfera administrativa e outras já estão sendo discutidas judicialmente. E no que toca à ação civil pública, a companhia recorreu da sentença que lhe foi desfavorável no juízo de primeiro grau e acompanha o trâmite do recurso em julgamento pelo Tribunal Regional Federal.	1.481	1.469
3) Processos diversos de natureza ambiental	3.589	3.203
Total de processos de natureza ambiental	8.385	7.787

28.4. Ações coletivas (*class actions*) e processos relacionados

28.4.1. Ação coletiva nos Estados Unidos e processos relacionados

Entre 8 de dezembro de 2014 e 7 de janeiro de 2015, cinco ações coletivas (*class actions*) foram propostas contra a companhia, Petrobras International Finance Company S.A. ("PifCo"), Petrobras Global Finance BV ("PGF," e coletivamente com a companhia e PifCo, a "Petrobras"), certos subscritores de ofertas públicas de títulos de dívida feitas pelos Réus da Petrobras (os "Subscritores"), entre outros réus (os "Réus"), perante a Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque, nos Estados Unidos (United States District Court for the Southern District of New York, "SDNY" ou a "Corte Distrital"). Estas ações foram consolidadas em 17 de fevereiro de 2015 ("Ação Coletiva Consolidada" ou "Ação Coletiva"). A Corte designou um autor líder, Universities Superannuation Scheme Limited ("USS"), em 4 de março de 2015.

Em resumo, na Ação Coletiva Consolidada, foram apresentados pedidos com base no United States Securities Exchange Act de 1934 (o "Exchange Act") e no United States Securities Act de 1933 (o "Securities Act"), sob a alegação de que a companhia, através de fatos relevantes, comunicados e outras informações arquivadas na United States Securities and Exchange Commission (a "SEC"), teria reportado informações materialmente falsas e cometido omissões capazes de induzir os investidores a erro, principalmente com relação ao valor de seus ativos, despesas, lucro líquido e eficácia de seus controles internos sobre as demonstrações financeiras e as políticas anticorrupção, em função de denúncias de corrupção com relação a determinados contratos, o que teria supostamente elevado de maneira artificial o preço dos valores mobiliários da Petrobras.

Adicionalmente à Ação Coletiva Consolidada, trinta e três ações foram propostas por investidores individuais perante a mesma Corte, e uma ação foi proposta na Corte Federal para o Distrito Leste da Pennsylvania, nos Estados Unidos (United States District Court for the Eastern District of Pennsylvania, coletivamente as "Ações Individuais"), com alegações similares àsquelas apresentadas na Ação Coletiva Consolidada.

Entre agosto de 2015 e dezembro de 2015, a companhia e determinados réus apresentaram *Motion to Dismiss* requerendo a extinção sumária de pedidos feitos na Ação Coletiva Consolidada e em determinadas Ações Individuais. Alguns pedidos foram extintos de forma definitiva, e outros foram extintos, mas com permissão para que fossem formulados novamente. Portanto, as ações continuaram contra a companhia e outros réus em relação a determinados pedidos. Após a fase de *Motion to Dismiss*, a petição inicial que passou a ser considerada para fins de julgamento, na Ação Coletiva Consolidada, foi a quarta petição consolidada, apresentada em 30 de novembro de 2015 pelos autores USS, Employees' Retirement System of the State of Hawaii ("Hawaii"), North Carolina Department of State Treasurer ("North Carolina", coletivamente "Autores Principais"), e um outro autor cujos pedidos foram posteriormente extintos.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

O Juiz determinou que a audiência de julgamento da Ação Coletiva e das Ações Individuais começaria no dia 19 de setembro de 2016, tendo determinado, também, que quaisquer Ações Individuais apresentadas perante a Corte Distrital após 31 de dezembro de 2015 seriam suspensas para todos os efeitos até o encerramento do julgamento das ações consolidadas. Seis das Ações Individuais foram suspensas como resultado desta decisão.

Em 2 de fevereiro de 2016, o Juiz acolheu o pedido dos Autores Principais para certificação de classe, certificando uma classe de investidores cujos pleitos se baseiam no Securities Act representada por Hawaii e North Carolina (a "Classe do Securities Act"), e uma classe dos investidores cujos pleitos se baseiam no Exchange Act, representada por USS (a "Classe do Exchange Act"). A Classe do Securities Act foi definida, em grande parte, como todos os adquirentes de valores mobiliários emitidos por Petrobras, PifCo e/ou PGF, em transações nos Estados Unidos, diretamente em, nos termos de e/ou rastreáveis a ofertas públicas de 15 de maio de 2013 e 11 de março de 2014, e que sofreram prejuízos. A Classe do Exchange Act foi definida, em grande parte, como todos os adquirentes de valores mobiliários da Petrobras, da PifCo e/ou da PGF, entre 22 de janeiro de 2010 e 28 de julho de 2015, na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Securities Exchange) ou por meio de outras transações ocorridas nos Estados Unidos, e que sofreram prejuízos.

Em 15 de junho de 2016, a Corte Federal de Apelações (United States Court of Appeals for the Second Circuit, a "Corte de Apelações") admitiu recurso da Petrobras e (outros réus) contra a decisão da Corte Distrital que certificou as classes da Ação Coletiva. A Petrobras (e outros réus) requereram ao Juiz que suspendesse os processos perante a Corte Distrital. Em 24 de junho de 2016, o Juiz negou o pedido de suspensão, e, em 27 de junho de 2016, as partes apresentaram seus pedidos de julgamento sumário da causa. A Petrobras (e outros réus), então, solicitaram à Corte de Apelações a suspensão de todos os processos. Em 2 de agosto de 2016, a Corte de Apelações acolheu o pedido de suspensão de todos os processos perante a Corte Distrital, enquanto o recurso estivesse pendente de julgamento.

Entre 21 de outubro de 2016 e 13 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou acordos para encerrar vinte e uma Ações Individuais (as "Ações Individuais Encerradas"), deixando treze Ações Individuais pendentes (seis das quais estavam suspensas desde o ajuizamento) (as "Ações Individuais Pendentes"). Os termos dos acordos das Ações Individuais Encerradas são sigilosos e a Petrobras nega todas as alegações de prática de atos contrários à legislação. Os acordos têm por objetivo eliminar incertezas, ônus e custos associados à continuidade dessas disputas.

Para refletir os acordos celebrados nas Ações Individuais Encerradas, assim como as negociações em estágio avançado com outros autores de ações individuais, a companhia reconheceu R\$ 1.476 no resultado (R\$ 261 em 2017 e R\$ 1.215 em 2016).

Em 7 de julho de 2017, a Corte de Apelações anulou, em parte, a decisão de certificação de classes da Ação Coletiva e determinou que a Corte Distrital reavaliasse o tema.

A Corte de Apelações acolheu parcialmente o recurso da Petrobras (e outros réus), ao rejeitar alguns aspectos da decisão da Corte Distrital e confirmar outros. Dentre outras questões, a Corte de Apelações entendeu que o Juiz deveria ter considerado a necessidade de prova de localização das transações nos Estados Unidos através de evidências comuns aos membros da classe e, caso negativo, se questões coletivas prevaleceriam sobre questões individuais. O efeito da decisão da Corte de Apelações é a anulação das classes certificadas pela Corte Distrital, enquanto pendente a reavaliação do tema em primeira instância.

Em 21 de julho de 2017, a Petrobras (e outros réus) interpuseram recurso para o órgão colegiado superior da Corte de Apelações, impugnando os aspectos da decisão da Corte de Apelações que confirmaram a decisão da Corte Distrital, o qual foi rejeitado em 24 de agosto de 2017.

Em 1º de novembro de 2017, a Petrobras (e outros réus) apresentaram recurso à Suprema Corte contra a decisão da Corte de Apelações referente à certificação de classe. Em 3 de novembro de 2017, a Corte de Apelações acatou o pedido de suspensão do processo apresentado pela Petrobras em 30 de agosto de 2017.

Ao final de dezembro de 2017, a companhia assinou um acordo para encerrar a Ação Coletiva Consolidada, que estava sujeito à aprovação judicial (o "Acordo da Ação Coletiva").

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

O Acordo da Ação Coletiva teve por objetivo encerrar todas as demandas atualmente em curso e que poderiam ser propostas por adquirentes de valores mobiliários da Petrobras nos Estados Unidos ou por adquirentes de valores mobiliários da Petrobras listados para transações ou que foram liquidados por meio da Depository Trust Company nos Estados Unidos. Nos termos do Acordo da Ação Coletiva, para fins do acordo apenas, as partes concordaram com a certificação de uma nova classe definida como todos os indivíduos que (i) durante o período entre 22 de janeiro de 2010 e 28 de julho de 2015 (o "Período da Classe") adquiriram valores mobiliários da Petrobras, incluindo valores emitidos por PifCo e/ou PGF, na Bolsa de Valores de Nova Iorque ou nos termos de outras Transações Cobertas; e/ou (ii) adquiriram valores mobiliários emitidos por Petrobras, PifCo e/ou PGF em Transações Cobertas, diretamente em, nos termos de e/ou rastreáveis à oferta pública de 13 de maio de 2013 registrada nos Estados Unidos e/ou à oferta pública de 10 de março de 2014 registrada nos Estados Unidos, antes que a Petrobras tornasse disponível aos detentores de seus valores mobiliários uma declaração financeira cobrindo um período de pelo menos doze meses a partir da data efetiva das ofertas (11 de agosto de 2014 para a oferta pública de 13 de maio de 2013, e 15 de maio de 2015 para a oferta pública de 10 de março de 2014).

Transações Cobertas foram definidas como (i) qualquer transação relacionada a valores mobiliários da Petrobras listados para transações na Bolsa de Valores de Nova Iorque; (ii) qualquer transação relacionada a valores mobiliários da Petrobras que foram liquidados por meio do sistema de registro da Depository Trust Company; ou (iii) qualquer transação relacionada a valores mobiliários da Petrobras que de outra forma se qualifique como "doméstica" nos termos da decisão da Suprema Corte em *Morrison v. National Australia Bank*, 561 U.S. 247 (2010). Aquisições de valores mobiliários da Petrobras na B3 estão excluídas da definição de Transações Cobertas.

O Acordo da Ação Coletiva elimina o risco de um julgamento desfavorável, que, conforme anteriormente reportado pela Petrobras, poderia causar um efeito material adverso à companhia e a sua situação financeira, bem como elimina incertezas, ônus e custos associados à continuidade dessa disputa.

No Acordo da Ação Coletiva, a Petrobras (juntamente com sua subsidiária PGF) concordou em pagar US\$ 2.950 milhões (R\$ 9.759), em duas parcelas de US\$ 983 milhões (R\$ 3.252) e uma última parcela de US\$ 984 milhões (R\$ 3.255). Desta forma, a companhia reconheceu no resultado do quarto trimestre de 2017, em outras despesas operacionais, o valor de R\$ 11.198 considerando impostos (*gross up*) da parcela referente à Petrobras. Em 1º de março de 2018, a Petrobras e PGF depositaram a primeira parcela do acordo numa conta designada pelo autor-líder da Ação Coletiva ("*Escrow Account*"), registrada em outros ativos no ativo circulante. A segunda parcela foi depositada no dia 2 de julho de 2018, dez dias após a aprovação final do Acordo da Ação Coletiva. A terceira parcela será depositada até 15 de janeiro de 2019. A atualização cambial da provisão gerou uma despesa de R\$ 1.576, registrada em outras despesas operacionais.

Em 16 de janeiro de 2018, a Suprema Corte dos Estados Unidos acolheu um pedido consensual das partes para postergar a análise do recurso da Petrobras enquanto estiver pendente a aprovação final do Acordo da Ação Coletiva.

O Acordo da Ação Coletiva foi apresentado à Corte Distrital para aprovação preliminar. Em 23 de fevereiro de 2018, foi realizada audiência perante a Corte Distrital, tendo o juiz decidido favoravelmente à aprovação preliminar no dia 28 de fevereiro de 2018. Os potenciais membros da classe foram notificados e tiveram a oportunidade de aderir ou não ao acordo, assim como apresentaram objeções.

Após a notificação e o período para objeções, a Corte Distrital conduziu uma audiência, em 4 de junho de 2018, com a finalidade de ouvir os argumentos das partes e dos objetores, tendo sido proferida decisão no dia 22 de junho de 2018 que aprovou definitivamente o acordo e rejeitou as impugnações apresentadas pelos objetores. Alguns objetores apelaram da decisão definitiva. Caso as instâncias superiores anulem o acordo, ou se o acordo não se tornar final por outras razões, a companhia retornará à posição em que estava antes do Acordo da Ação Coletiva e, dependendo do resultado da disputa subsequente, a companhia pode ser obrigada a pagar quantias substanciais, que podem ter um efeito material adverso à sua condição financeira, seus resultados operacionais consolidados ou seu caixa consolidado para um período de declaração específico.

Algumas pessoas físicas estão buscando medidas no Brasil contra a Petrobras para anular e/ou suspender o Acordo da Ação Coletiva. Até o momento, nenhuma medida adversa foi tomada contra o referido acordo.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Com relação às treze Ações Individuais pendentes, apenas dois autores exerceram a opção de serem excluídos do Acordo da Ação Coletiva. As ações dos dois autores que optaram por não aderir ao Acordo da Ação Coletiva continuarão.

As Ações Individuais Pendentes restantes envolvem questões bastante complexas, sujeitas a incertezas substanciais e que dependem de fatores como: ineditismo de teses jurídicas, o cronograma definido pela corte, o tempo das decisões judiciais, a obtenção de provas em poder de terceiros ou oponentes, a decisão da corte em questões chave, e análises de peritos. Ressalvado o disposto acima, a companhia não é capaz de determinar uma estimativa confiável de eventuais perdas, se houver, com as Ações Individuais Pendentes de autores que decidiram não aderir ao Acordo da Ação Coletiva.

A companhia pretende se defender firmemente nessas ações.

28.4.2. Ação coletiva movida por Fundação de investidores na Holanda

Em 23 de janeiro de 2017, Stichting Petrobras Compensation Foundation ("Fundação") ajuizou uma ação coletiva na Holanda, na Corte Distrital de Rotterdam, contra a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, e suas subsidiárias, Petrobras International Braspetro B.V. (PIB BV) e, Petrobras Global Finance B.V. (PGF), e empreendimento controlado em conjunto Petrobras Oil & Gas B.V. (PO&G) e alguns ex-gestores da Petrobras.

A Fundação alega que representa um grupo não identificado de investidores e requer declaração judicial de que os réus teriam atuado ilegalmente em relação a investidores que adquiriram ações ou valores mobiliários emitidos por Petrobras e PGF fora dos EUA antes de 28 de julho de 2015, em conexão com os alegados atos ilegais, afirmando que a suposta perda financeira desses investidores se relacionaria com fatos revelados pela Operação Lava-Jato e, por supostas informações financeiras falsas divulgadas pela companhia.

Petrobras, PGF, PIB BV e PO&G apresentaram petição ao juízo no dia 3 de maio de 2017, comparecendo ao processo e indicando os seus advogados.

A demanda diz respeito a questões complexas e o resultado está sujeito a incertezas substanciais, que dependem de fatores como: a legitimidade da Fundação para representar os investidores, as leis aplicáveis ao caso, a produção de provas na posse de terceiros, análises periciais, cronograma a ser definido pela Corte e decisões judiciais sobre questões-chave do processo. Não é possível prever no momento se a empresa será responsável pelo pagamento efetivo de indenizações, eis que essa análise dependerá do resultado desses procedimentos, bem como se e quais investidores poderiam apresentar pedidos indenizatórios.

Em 23 de agosto de 2017, foi realizada audiência, na Corte Distrital de Rotterdam, para estabelecer o cronograma do processo. A Petrobras e outros réus apresentaram defesas preliminares em 29 de novembro de 2017 e a Fundação apresentou sua resposta em 28 de março de 2018. Em 28 de junho de 2018, foi realizada audiência para apresentação de argumentos orais das partes. A Corte informou que proferirá sua decisão - a qual poderá ser tanto uma decisão não definitiva como uma sentença final - sobre esses temas preliminares no dia 19 de setembro de 2018. Caso o processo não seja extinto ou suspenso, as partes e a Corte irão discutir o curso seguinte do processo, no final de 2018, com base na estrutura da defesa da Petrobras.

Tendo em vista as incertezas presentes no momento, não é possível realizar qualquer avaliação segura a respeito de eventuais riscos relacionados a este litígio. A Fundação não tem direito a reclamar quaisquer perdas e danos e, caso estes sejam reconhecidos, deverão ser fixados em processos específicos posteriores a serem ajuizados pelos próprios investidores ou em nome dos mesmos, a menos que um acordo seja celebrado incluindo esses investidores.

A Petrobras e suas subsidiárias negam as alegações apresentadas pela Fundação e irão se defender firmemente na ação em referência.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

28.4.3. Arbitragens e processos judiciais no Brasil

A companhia também é parte em arbitragens e processos judiciais no Brasil, os quais estão atualmente em suas etapas iniciais. Esses processos foram propostos por investidores que compraram ações na B3 e alegam prejuízos decorrentes dos atos revelados pela Operação Lava Jato.

29. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP no total de R\$ 7.471 para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, permanecendo em vigor R\$ 3.220 líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R\$ 2.706 correspondem ao penhor do petróleo de campos previamente identificados e já em fase de produção e R\$ 514 referem-se a garantias bancárias.

30. Gerenciamento de riscos

A Petrobras está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco relacionado aos preços de petróleo e derivados, às taxas cambiais e de juros, risco de crédito e de liquidez. A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde atua. Para a gestão de riscos de mercado/financeiro são adotadas ações preferencialmente estruturais, criadas em decorrência de uma gestão adequada do capital e do endividamento da empresa. Na companhia, os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios da diversificação.

As tabelas a seguir apresentam um resumo das posições de instrumentos financeiros derivativos mantidos pela companhia em 30 de junho de 2018, reconhecidas como outros ativos e passivos circulantes, além dos valores reconhecidos no resultado, outros resultados abrangentes do exercício e garantias dadas como colaterais por natureza das operações:

	Posição patrimonial consolidada				Vencimento
	Valor nominal		Valor Justo		
	30.06.2018	31.12.2017	Posição Ativa (Passiva)	31.12.2017	
Derivativos não designados como Hedge					
Contratos Futuros ⁽¹⁾					
Compra/Petróleo e Derivados	(6.227)	(15.561)	(136)	(323)	
Venda/Petróleo e Derivados	45.212	43.862	-	-	2018
Contratos de Opções OTC ⁽¹⁾					
Venda/Petróleo e Derivados	(51.439)	(59.423)	-	-	2018
Contratos a Termo					
Compra/Câmbio (BRL/USD) ^(**)	128.000	-	16	-	2018
Venda/Câmbio (BRL/USD) ^(**)					
Compra/Câmbio (EUR/USD) ^(**)	US\$ 62	US\$ 55	5	1	2018
Venda/Câmbio (EUR/USD) ^(**)	US\$ 89	US\$ 78	(14)	(1)	2018
SWAP	EUR 2.700	-	(9)	-	2019
Câmbio - cross currency swap ^(**)					
Câmbio - cross currency swap ^(**)	GBP 700	GBP 700	374	305	2026
Câmbio - cross currency swap ^(**)	GBP 600	GBP 600	(81)	41	2034
Total reconhecido no Balanço Patrimonial			155	23	

⁽¹⁾ Valor nominal em mil bbl

^(**) Valores em US\$ (dólares), GBP (libras) e EUR (euros) representam milhões das respectivas moedas.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Ganho/(Perda) reconhecido(a) no resultado do período (*)				Ganho/(Perda) reconhecido(a) no patrimônio líquido (**)			
	2018		2017		2018		2017	
	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Derivativos de <i>commodities</i>	(1.252)	(1.957)	140	252	-	-	-	-
Derivativos de moeda	(636)	(285)	29	31	-	-	-	-
Derivativos de juros	-	-	(3)	(8)	-	-	(1)	1
	(1.888)	(2.242)	166	275	-	-	(1)	1
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações (***)	(2.846)	(5.507)	(2.371)	(4.806)	(27.743)	(26.181)	(5.370)	2.524
Total	(4.734)	(7.749)	(2.205)	(4.531)	(27.743)	(26.181)	(5.371)	2.525

(*) Valores reconhecidos como resultado financeiro no período.

(**) Valores reconhecidos como outros resultados abrangentes no período.

(***) Utilizando instrumentos financeiros não derivativos, conforme nota explicativa 30.2.

	Garantias dadas (recebidas) como colaterais	
	30.06.2018	31.12.2017
	Derivativos de <i>commodities</i>	278
Derivativos de moeda	(734)	(166)
Total	(456)	513

A análise de sensibilidade do valor dos instrumentos financeiros derivativos com relação aos diferentes tipos de risco de mercado, em 30 de junho de 2018 é apresentada a seguir:

Operações	Risco	Consolidado		
		Cenário Provável (*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Derivativos não designados como Hedge				
Contratos Futuros	Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	-	(512)	(1.023)
Contratos a Termo	Câmbio - Desvalorização do BRL frente ao USD	(1)	25	51
Opções OTC	Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	-	(15)	(16)
		(1)	(502)	(988)

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Preços de Petróleo e Derivados - valor justo em 30.Jun.2018 / Real x Dólar - valorização do real em 1,4%. Fonte: Focus

30.1. Gerenciamento de risco de preços de petróleo e derivados

A Petrobras tem preferência pela exposição ao ciclo de preços, à realização sistemática de proteção das operações de compra ou venda de mercadorias, cujo objetivo seja atender suas necessidades operacionais, com utilização de instrumentos financeiros derivativos. Entretanto, condicionada à análise do ambiente de negócios e das perspectivas de realização do Plano de Negócios e Gestão, a execução de estratégia de proteção ocasional com derivativos pode ser aplicável.

Desta forma, a Petrobras executou estratégia de *hedge* protetivo de parte de sua produção de óleo prevista para o ano de 2018 (contratos de opções – OTC). As operações foram realizadas ao longo dos meses de fevereiro e março, em volume equivalente a 128 milhões de barris de óleo. Foram adquiridas opções de venda com preço de exercício referenciado na média das cotações do petróleo tipo Brent daqueles meses até o fim de 2018, com custo médio de US\$ 3,48 por barril e preço de exercício médio em torno de US\$ 65/barril. O vencimento das opções se dará no fim do ano.

A operação visa proteger parcela da geração operacional de caixa projetada pela companhia para o ano de 2018, garantindo um nível de preço mínimo para o volume de produção objeto da operação sem, entretanto, travar o preço caso a cotação média do Brent no ano supere o valor de referência. Assim, há proteção nos cenários de baixa dos preços e continua havendo fruição dos preços mais elevados nos cenários de alta do *Brent*. O objetivo é reduzir o impacto negativo na geração de caixa da empresa nos cenários de preço mais adverso, aumentando o grau de confiança da estratégia de desalavancagem.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

No primeiro semestre de 2018, em função da marcação a mercado das opções de venda deste *hedge* protetivo e em decorrência da valorização da *commodity* no mercado internacional, foi apurada uma variação negativa nas opções de venda no montante de R\$ 1.450, alocada no segmento corporativo, registrada em outras despesas operacionais, sendo R\$ 550 no primeiro trimestre e R\$ 900 no segundo trimestre.

30.2. Gerenciamento de risco cambial

No que se refere ao gerenciamento de riscos cambiais, a Política de Gestão de Riscos da Petrobras prevê que a companhia pratique, por princípio, uma gestão integrada de riscos cujo foco não está nos riscos individuais – das operações ou das unidades de negócio – mas na perspectiva mais ampla e consolidada da corporação, capturando possíveis benefícios oriundos da diversificação dos negócios.

Para gerir o risco de variação cambial, a companhia considera conjuntamente todos os fluxos de caixa de suas operações. Isso se aplica especialmente ao risco de variação da taxa de câmbio entre o real e o dólar norte-americano, para o qual, a companhia avalia de forma integrada não apenas os seus fluxos de caixa futuros denominados em dólares norte-americanos, como também os fluxos de caixa denominados em reais, mas que sofrem influência da moeda norte-americana, tais como as vendas de diesel e gasolina no mercado interno.

Nesse sentido, o tratamento dos riscos financeiros envolve, preferencialmente, a adoção de ações estruturais, ou seja, envolvendo utilização de operações no âmbito dos negócios da Petrobras.

As variações na taxa de câmbio spot R\$/US\$, assim como de outras moedas em relação ao Real, podem afetar o lucro líquido e balanço patrimonial. Tais consequências podem advir, principalmente, de itens em moeda estrangeira, tais como:

- Transações futuras altamente prováveis;
- Itens monetários; e
- Compromissos firmes.

Nessas situações, a companhia busca mitigar o efeito gerado pelas variações potenciais nas taxas de câmbio spot R\$/US\$, principalmente, por meio da captação de recursos de terceiros em dólares norte-americanos visando redução da exposição líquida entre as obrigações e os recebimentos nessa moeda, representando uma forma de proteção estrutural, levando em conta critérios de liquidez e competitividade de custos.

A proteção ao risco de variação cambial do conjunto das exportações futuras em dólares norte-americanos da companhia em um dado período ocorre por meio do conjunto (portfólio) de endividamento em dólares norte-americanos buscando a proteção mais eficiente considerando as alterações nas posições de tais conjuntos ao longo do tempo.

A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para tratamento da exposição cambial de certas obrigações da companhia, especialmente quando da existência de compromissos em moedas para as quais a companhia não possua expectativa de fluxos de recebimentos, como ocorre no caso da libra esterlina, por exemplo.

No curto prazo, o tratamento do risco é realizado por meio da alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda.

a) Hedge de fluxo de caixa envolvendo as exportações futuras da companhia

Considerando a relação de proteção natural e a estratégia de gestão de risco descrita anteriormente, a companhia designa relações de *hedge* entre as variações cambiais de “exportações futuras altamente prováveis” (item protegido) e as variações cambiais de proporções de certas obrigações em dólares norte-americanos (instrumentos de proteção), de forma que os efeitos cambiais de ambos sejam reconhecidos no mesmo momento na demonstração de resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Variações cambiais de proporções de fluxos de caixa de dívidas (instrumentos financeiros não derivativos), bem como de contratos de câmbio a termo, foram designados como instrumentos de proteção. Os derivativos vencidos no decorrer do período foram substituídos por dívidas nas relações de *hedge* para os quais haviam sido designados.

As relações de *hedge* individuais foram estabelecidas na proporção de um para um, ou seja, as “exportações futuras altamente prováveis” de cada mês e as proporções dos fluxos de caixa dos endividamentos, utilizadas em cada relação e *hedge* individual, possuem o mesmo valor nominal em dólares norte-americanos. A companhia considera como “exportações futuras altamente prováveis” apenas uma parte do total de suas exportações previstas.

A exposição das exportações futuras da companhia ao risco de variação da taxa de câmbio spot R\$/US\$ (posição ativa) é compensada por exposição inversa equivalente de suas dívidas em dólares norte-americanos (posição passiva) ao mesmo tipo de risco.

As relações de *hedge* podem ser descontinuadas e reiniciadas em cumprimento com a estratégia de gestão de riscos. Neste sentido, tais avaliações são realizadas mensalmente.

Caso as exportações cujas variações cambiais foram designadas em relação de *hedge* deixem de ser consideradas altamente prováveis mas continuem previstas, a relação de *hedge* é revogada e a variação cambial acumulada até a data da revogação é mantida no patrimônio líquido, sendo reclassificado para o resultado no momento em que as exportações ocorrerem.

Também podem ocorrer situações em que as exportações cujas variações cambiais foram designadas em relação de *hedge* deixem de ser previstas. Nestes casos, a variação cambial, referente às proporções dos fluxos de caixa das dívidas que excederem o total das exportações que ainda sejam consideradas previstas, acumulada no patrimônio líquido até a data da revisão na previsão, é reclassificada imediatamente para o resultado.

Adicionalmente, quando um instrumento financeiro designado como instrumento de *hedge* vence ou é liquidado, a companhia pode substituí-lo por outro instrumento financeiro, de maneira a garantir a continuidade da relação de *hedge*. Similarmente, quando uma transação designada como objeto de proteção ocorre, a companhia pode designar o instrumento financeiro que protegia essa transação como instrumento de *hedge* em uma nova relação de *hedge*.

As potenciais fontes de inefetividade devem-se ao fato dos itens protegidos e dos instrumentos de proteção possuírem prazos de vencimento distintos, bem como pela taxa utilizada para descontar os itens protegidos e os instrumentos de proteção a valor presente. No semestre findo em 30 de junho de 2018, foi reconhecido um ganho cambial de R\$ 216 referente à inefetividade na linha de variação cambial.

Os valores de referência, a valor presente, dos instrumentos de proteção em 30 de junho de 2018, além da expectativa de reclassificação para o resultado do saldo da variação cambial acumulada no patrimônio líquido em períodos futuros, tomando como base uma taxa R\$/US\$ de 3,8558, são apresentados a seguir:

				Valor de referência (a valor presente) dos instrumentos de proteção em 30 de junho de 2018	
Instrumento de hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Período de proteção	US\$ milhões	R\$ million
Variações cambiais de proporções de fluxos de caixa de instrumentos financeiros não derivativos	Variações cambiais de parte das exportações mensais futuras altamente prováveis	Cambial - taxa Spot R\$ x US\$	De julho/2018 a junho/2028	58.631	226.068

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação do valor de referência (principal e juros)	US\$ milhões	R\$
Designação em 31 de dezembro de 2017	58.400	193.189
Novas designações, revogações e redesignações	10.168	34.205
Realização por exportações	(3.000)	(10.081)
Amortização de endividamento	(6.937)	(23.149)
Variação Cambial	-	31.904
Valor em 30 de junho de 2018	58.631	226.068
Valor nominal dos instrumentos de hedge (financiamentos) em 30 de junho de 2018	66.880	257.875

As exportações futuras designadas como objetos de proteção nas relações de *hedge* de fluxo de caixa representam, em média, 73,3% das exportações futuras altamente prováveis.

A seguir é apresentada a movimentação da variação cambial acumulada em outros resultados abrangentes em 30 de junho de 2018, a ser realizada pelas exportações:

	Variação cambial	Efeito tributário	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(38.058)	12.940	(25.118)
Reconhecido no patrimônio líquido	(2.073)	705	(1.368)
Transferido para resultado por realização	10.059	(3.420)	6.639
Transferido para resultado por exportações previstas que deixaram de ser esperadas/realizadas	8	(3)	5
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(30.064)	10.222	(19.842)
Reconhecido no patrimônio líquido	(31.688)	10.774	(20.914)
Transferido para resultado por realização	5.507	(1.872)	3.635
Saldo em 30 de junho de 2018	(56.245)	19.124	(37.121)

Alterações das expectativas de realização de preços e volumes de exportação em futuras revisões dos planos de negócios podem vir a determinar necessidade de reclassificações adicionais de variação cambial acumulada no patrimônio líquido para resultado. Uma análise de sensibilidade com preço médio do petróleo Brent mais baixo em US\$ 10/barril que o considerado na última revisão do PNG 2018-2022, não indica a necessidade de reclassificação de variação cambial do patrimônio líquido para o resultado.

A expectativa anual de realização do saldo de variação cambial acumulada no patrimônio líquido em 30 de junho de 2018 é demonstrada a seguir:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	Consolidado Total
Expectativa de realização	(6.623)	(11.528)	(10.135)	(9.653)	(10.534)	(6.218)	(3.216)	1.662	(56.245)

b) Contratos de *swap* – Libra esterlina x Dólar

Em 2017, a Petrobras, por meio de sua controlada indireta Petrobras Global Trading B.V. (PGT), contratou operação de derivativo denominada *cross currency swap*, com o objetivo de se proteger da exposição em libras esterlinas versus dólar, devido à emissão de *bonds*; no valor nominal total de GBP 1300 milhões, sendo GBP 700 milhões com vencimento em dezembro de 2026 e GBP 600 milhões com vencimento em janeiro de 2034. A companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

c) Contratos de *Non Deliverable Forward* (NDF) – Euro x Dólar

No segundo trimestre de 2018, a Petrobras, por meio de sua controlada indireta Petrobras Global Trading B.V. (PGT), contratou operação de derivativo denominada *non deliverable forward*, no valor nominal de EUR 2.700 milhões e vencimento em 2019, com o objetivo de se proteger da exposição em euro versus dólar, devido à emissão de *bonds*. A companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

d) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

O cenário considerado provável e referenciado por fonte externa, além dos cenários possível e remoto que consideram valorização do câmbio (risco) em 25% e 50%, respectivamente, à exceção dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de controladas no exterior, quando realizados em moeda equivalente às suas respectivas moedas funcionais, estão descritos a seguir:

Instrumentos	Exposição em 30.06.2018	Risco	Cenário Provável (*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Ativos	19.617		(284)	4.904	9.809
Passivos**	(248.113)	Dólar / Real	3.591	(62.028)	(124.057)
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações	226.068		(3.272)	56.517	113.034
	(2.428)		35	(607)	(1.214)
Passivos	(390)	Iene / Dólar	(3)	(98)	(195)
	(390)		(3)	(98)	(195)
Ativos	15	Euro / Real	-	4	8
Passivos	(28)		-	(7)	(14)
	(13)		-	(3)	(6)
Ativos	16.044	Euro / Dólar	28	4.011	8.022
Passivos	(26.518)		(47)	(6.630)	(13.259)
Non Deliverable Forward (NDF)	12.159		22	3.040	6.079
	1.685		3	421	842
Ativos	3	Libra / Real	-	1	2
Passivos	(79)		1	(20)	(40)
	(76)		1	(19)	(38)
Ativos	11.730	Libra / Dólar	89	2.933	5.865
Passivos	(17.778)		(135)	(4.445)	(8.889)
Derivativo - cross currency swap	6.616		50	1.654	3.308
	568		4	142	284
Total	(654)		40	(164)	(327)

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar - valorização do real em 1,4% / Iene x Dólar - valorização do iene em 0,7% / Euro x Dólar - valorização do euro em 0,2% / Libra x Dólar - valorização da libra em 0,8% / Real x Euro - valorização do real em 1,3% / Real x Libra - valorização do real em 0,7%.

Fonte: Focus e Bloomberg

(**) Inclui provisão da Class Action (nota explicativa 28.4).

30.3. Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Petrobras, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar a exposição às flutuações das taxas de juros, em função de não acarretarem impacto relevante, exceto em função de situações específicas apresentadas por controladas da Petrobras.

30.4. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado de atuação.

A carteira de crédito comercial é bastante diversificada entre clientes do mercado interno do país e de mercados do exterior.

O crédito concedido a instituições financeiras é utilizado na aceitação de garantias, na aplicação de excedentes de caixa e na definição de contrapartes em operações de derivativos, sendo distribuído entre os principais bancos internacionais classificados como "grau de investimento" pelas principais classificadoras internacionais de riscos e os bancos brasileiros com classificação mínima de risco A2/F2.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

30.5. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas e é gerenciado pela companhia através de ações como: centralização do caixa do sistema, otimização das disponibilidades e redução da necessidade de capital de giro; manutenção de um caixa robusto que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto prazo, mesmo em condições adversas de mercado; bem como através do alongamento do prazo médio de vencimento das dívidas, da ampliação das fontes de financiamento, explorando a capacidade dos mercados doméstico e internacional, desenvolvendo uma forte presença no mercado de capitais e buscando novas fontes de financiamento (novos produtos de captação de recursos e em novos mercados), além da utilização de recursos oriundos do programa de desinvestimento.

A companhia avalia regularmente as condições do mercado e pode realizar transações de recompra de seus títulos ou de suas subsidiárias no mercado de capitais internacional, por diversos meios, incluindo ofertas de recompra, resgates de títulos e/ou operações em mercado aberto.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento	2018	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Consolidado	
							30.06.2018	31.12.2017
Principal	4.572	10.403	25.361	32.404	51.324	233.384	357.448	365.632
Juros	10.479	20.553	19.771	18.351	16.356	128.096	213.606	200.887
Total	15.051	30.956	45.132	50.755	67.680	361.480	571.054	566.519

31. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

	Valor justo medido com base em			Total do valor justo contabilizado
	Nível I	Nível II	Nível III	
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	4.086	-	-	4.086
Derivativos de <i>commodities</i>	-	16	-	16
Derivativos de Moeda Estrangeira	-	379	-	379
Saldo em 30 de junho de 2018	4.086	395	-	4.481
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.051	346	-	6.397
Passivos				
Derivativos de Moeda Estrangeira	-	(104)	-	(104)
Derivativos de <i>commodities</i>	(136)	-	-	(136)
Saldo em 30 de junho de 2018	(136)	(104)	-	(240)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(323)	-	-	(323)

Não há transferências relevantes entre os níveis.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

O valor justo estimado para os financiamentos de longo prazo da companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 15.3.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, a dívida de curto prazo e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

32. Eventos subsequentes

Assinatura de acordo de leniência com a SBM

Em 26 de julho de 2018, a companhia assinou acordo de leniência com o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), a Advocacia-Geral da União (AGU), a SBM Offshore N.V. e a SBM Holding Inc S.A. O acordo prevê o pagamento de R\$ 549 pela SBM à Petrobras, em até 90 dias, além do abatimento do valor nominal de US\$ 179 milhões de pagamentos futuros, devidos pela Petrobras à SBM, com base em contratos vigentes.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

33. Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2017 e 30 de junho de 2018

Títulos das notas explicativas	Números das notas explicativas	
	Anual de 2017	ITR do 2T-2018
A companhia e suas operações	1	1
Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	2	2
“Operação Lava Jato” e seus reflexos na companhia	3	3
Sumário das principais práticas contábeis	4	4
Estimativas e julgamentos relevantes	5	5
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	7	6
Contas a receber	8	7
Estoques	9	8
Vendas de ativos e outras reestruturações societárias	10	9
Investimentos	11	10
Imobilizado	12	11
Intangível	13	12
Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás	15	13
Fornecedores	16	14
Financiamentos	17	15
Arrendamentos mercantis	18	16
Partes relacionadas	19	17
Provisões para desmantelamento de áreas	20	18
Tributos	21	19
Benefícios concedidos a empregados	22	20
Patrimônio líquido	23	21
Receita de vendas	24	22
Outras despesas (receitas) operacionais líquidas	25	23
Custos e Despesas por natureza	26	24
Resultado financeiro líquido	27	25
Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	28	26
Informações por segmento	29	27
Processos judiciais e contingências	30	28
Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo	32	29
Gerenciamento de riscos	33	30
Valor justo dos ativos e passivos financeiros	34	31
Eventos subsequentes	35	32

As notas explicativas do relatório anual de 2017 que foram suprimidas no ITR de 30 de junho 2018 pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Títulos das notas explicativas	Números das notas explicativas
Novas normas e interpretações	6
<i>Impairment</i>	14
Contas petróleo e álcool	19.8
Contingências ativas	30.5
Compromisso de compra de gás natural	31
Gestão de capital	33.4
Seguros	33.7

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

PETROBRAS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida República do Chile, 65, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob nº 33.000.167/0001-01, declaram que as demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas nos termos da lei ou do estatuto social e que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da Petrobras do período findo em 30 de junho de 2018;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da Petrobras do período findo em 30 de junho de 2018.

Rio de Janeiro, 02 de agosto de 2018.

Ivan de Souza Monteiro
Presidente

Rafael Salvador Grisolia
Diretor Executivo Financeiro e de
Relacionamento com Investidores

Hugo Repsold Júnior
Diretor Executivo de Desenvolvimento da
Produção e Tecnologia

Nelson Luiz Costa Silva
Diretor Executivo de Estratégia,
Organização e Sistema de Gestão

Eberaldo de Almeida Neto
Diretor Executivo de Assuntos Corporativos

Jorge Celestino Ramos
Diretor Executivo de Refino e Gás Natural

Solange da Silva Guedes
Diretora Executiva de Exploração e Produção

Rafael Mendes Gomes
Diretor Executivo de Governança e Conformidade



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38, setor 2, 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Efeitos da Operação Lava Jato nas operações da Companhia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3 às informações contábeis intermediárias, que descreve que: i) não foi identificada, até o momento, qualquer informação adicional que impactasse de forma relevante a metodologia de cálculo adotada para constituição da baixa com pagamentos indevidos registrada em 30 de setembro de 2014; e ii) investigações internas conduzidas por escritórios de advocacia independentes, sob a direção de um Comitê Especial constituído pela Companhia, e investigação conduzida pela *Securities and Exchange Commission - SEC* continuam em andamento, sendo que até o presente momento nenhum impacto adicional aquele divulgado nas demonstrações contábeis intermediárias foi identificado.

Nosso relatório não está modificado em função desses assuntos.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1